

JORGE DONETTO JUNIOR

DISSUASÃO CONVENCIONAL NA AMÉRICA DO SUL:
O CASO DA TRÍPLICE FRONTEIRA VENEZUELA-BRASIL-GUIANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF) como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos. Área de Concentração: Teoria e Análise de Relações Internacionais e de Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Vágner Camilo Alves

Niterói
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JORGE DONETTO JUNIOR

DISSUAÇÃO CONVENCIONAL NA AMÉRICA DO SUL:
O CASO DA TRÍPLICE FRONTEIRA VENEZUELA-BRASIL-GUIANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF) como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos. Área de Concentração: Teoria e Análise de Relações Internacionais e de Segurança Internacional.

Aprovada em maio de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. VÁGNER CAMILO ALVES – Orientador
UFF

Prof. Dr. THOMAS FERDINAND HEYE
UFF

Prof. Dr. ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA
UNB

Niterói

2010

A todos os civis e militares que pensam e trabalham com honestidade de propósito para o fortalecimento do segmento militar da defesa.

AGRADECIMENTOS

À Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica por permitir as ausências necessárias à realização deste mestrado,

Ao Professor Doutor Vágner Camilo Álves pela cordial atenção nas orientações seguras e precisas que nortearam este trabalho,

Aos amigos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica pelas discussões e dicas,

À minha esposa Eliane pelas dicas metodológicas e paciência,

Aos meus filhos Lucas, Júlia e João Pedro meus agradecimentos pelo tempo que roubei da nossa convivência e minhas desculpas pelos momentos de ausência, tenham a certeza que serão compensados doravante,

E, sobretudo, meus mais profundos agradecimentos aos meus pais, Jorge e Maria José, pelo apoio incondicional em tudo que faço e pela forma como me educaram para persistir na busca dos meus objetivos e nunca desistir.

EPÍGRAFE

“A guerra não é apenas um trabalho. Nem, francamente, uma aventura. Como a medicina, o direito, e os estudos acadêmicos, é uma profissão e requer uma sincera e desinteressada devoção de seus praticantes.”

Citino (2004).

RESUMO

Embora a América do Sul seja considerada pela diplomacia internacional como a região mais pacífica do globo, os problemas de fronteiras ainda estão presentes no continente. Estas questões são pontos de tensão que podem desestabilizar o continente sul-americano, transformando-o em uma região com focos de conflitos armados. Esta dissertação busca analisar a capacidade de dissuasão convencional dos Estados nesse contexto continental. Para isso estabelece um processo sistemático de comparação entre as expressões do poder regional, utilizando como estudo de caso o Brasil *vis-à-vis* a Venezuela. Para construção desse modelo foram utilizadas as teorias estabelecidas pelo cientista político John Mearsheimer para o emprego das estratégias convencionais baseadas em três tipos de ação militar: a guerra de atrição, a estratégia de objetivos limitados e a *blitzkrieg*. Ao fim, a capacidade dissuasória brasileira, parametrizada no hipotético conflito na tríplice fronteira Venezuela-Brasil-Guiana, é entendida como geral, estrita, com características de negação, não podendo ser estendida a outros países da América do Sul.

Palavras-chaves: Estratégias militares. Dissuasão convencional. América do Sul. Equilíbrio de poder. Região Amazônica.

ABSTRACT

Although South America is considered by international diplomacy as the most peaceful region of the globe, border problems are still present on the continent. These issues are points of tension that could destabilize the South American continent, transforming it into an area with outbreaks of armed conflict. This work analyzes the capacity of conventional deterrence in the continental context. For this aim, it was established a systematic process of comparisons among expressions of the regional power using a case study Brazil *vis-à-vis* Venezuela. To build this model, it was used the theories established by the political scientist John Mearsheimer about the use of conventional strategies based on three types of military action: the war of attrition, the strategy of limited aims and the *blitzkrieg*. In the end, Brazilian's deterrent capacity, parameterized in the hypothetical conflict in the tri-border Venezuela-Brazil-Guyana, is seen as general, narrow, with characteristics of denial and cannot be extended to other countries of South America.

Keywords: Military strategies. Conventional deterrence. South America. Balance of power. Amazonas' region.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig. 1 Mapa Político da Venezuela com a Região de Essequibo (território continental), f. 72
- Foto 1 Avião abandonado pelos venezuelanos no Boqueirão da Lua, f. 76
- Foto 2 Desembarque do Gen. Edmundo da Costa Neves, f. 79
- Foto 3 Tenente Jander do CIGS (agachado, segurando a cinta de munição) com os armamentos capturados dos revoltosos em caixas encontradas próximas ao Rio Maú, f. 80
- Foto 4 Jipe apreendido em ação próximo ao Rio Tacutu, f. 81
- Foto 5 Placa oferecida pelo Gen. Thaumaturgo em comemoração ao 35º aniversário do CIGS, fazendo menção a captura do jipe no episódio do Rupununi, f. 82
- Fig. 2 Mapa do extremo norte de Roraima (RR) com destaque para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, f. 86
- Fig. 3 Mapa de Navegação Aérea Visual da Tríplice Fronteira Venezuela-Brasil-Guiana. No destaque, a pista de Caramambatai, f. 100
- Foto 6 Pista de Caramambatai com o Monte Roraima ao norte, f. 101
- Fig. 4 Mapa de Análise das Distâncias dos Grandes Centros à Caramambatai, f. 102
- Fig. 5 Mapa de Situação do Exército Venezuelano, f. 103
- Fig. 6 Mapa de situação do EB na área de emprego imediato, f. 106
- Fig. 7 Área de Cobertura do SIVAM a 10.000 m, f. 123
- Fig. 8 Comparação da área de Cobertura Radar a 6.000m e próximo ao solo, f. 124

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Equilíbrio de Poder entre o Pacto de Varsóvia e OTAN entre 1974 e 1983, f. 59
- Tabela 2 – Comparação dos Indicadores Econômicos do Brasil e da Venezuela, f. 93
- Tabela 3 – População, f. 94
- Tabela 4 – População Mobilizável para o Serviço Militar, f. 94
- Tabela 5 – Efetivo das Forças Armadas da Venezuela e do Brasil, f. 95
- Tabela 6 – Fatores do Poder Militar – Balanço 2008, f. 97
- Tabela 7 – Proporção, em termos de Poder Latente e Militar, entre Brasil e Venezuela, f.98
- Tabela 8 – Fatores do Poder Militar na Região do Objetivo Limitado, f. 108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

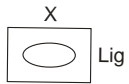
ADM	Armas de Destruição em Massa
BABV	Base Aérea de Boa Vista
BAMN	Aéreas de Manaus
B Av Ex	Batalhão de Aviação do Exército
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BDA AAAe	Brigada de Artilharia Anti-Aérea
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
C ³	Comunicação, Comando e Controle
CAAAD	Companhia de Artilharia Antiaérea de Autodefesa
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> – Central de Inteligência Americana
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CISCEA	Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo
CMA	Comando Militar da Amazônia
COMAR	Comando Aéreo Regional
EB	Exército Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
ESG	Escola Superior de Guerra
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FAN	<i>Fuerza Armada Nacional</i> – Forças Armadas Venezuelanas
FAV	Força Aérea Venezuelana
GAA Ae	Grupo de Artilharia Anti-Aérea
GAC	Grupo Aéreo de Caça
GAC SI	Grupo de Artilharia de Campanha de Selva
GDF	<i>Guyana Defense Force</i> – Força de Defesa da Guiana
Gen	General
HIPC	<i>Highly Indebted Poor Country</i> – Países Pobres Altamente Endividados
II GM	Segunda Guerra Mundial
I GM	Primeira Guerra Mundial

IDF	<i>Israel Defense Force</i> – Força de Defesa de Israel
LOFAN	Lei Orgânica das Forças Armadas Nacionais
MAD	<i>Mutual Assured Destruction</i> – Destruição Mútua Assegurada
MD	Ministério da Defesa
MBT	<i>Main Battle Tank</i> – Tanques Principais de Batalha
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NBC	<i>Nuclear, Biological and Chemical</i> – Nuclear, Biológico e Químico
OM	Organização Militar
ONU	Organização das Nações Unidas
OPANAL	Agência para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	<i>People's Progressive Party</i> – Partido Progressivo Popular
RAF	<i>Real Air Force</i> – Força Aérea Real Inglesa
RM	Região Militar
SALT	<i>Strategic Arms Limitation Talks</i> – Acordo para Limitação das Armas Estratégicas
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização Nacional
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SM	Serviço Militar
START	<i>Strategic Arms Reduction Treaty</i> – Tratado para a Redução das Armas Estratégicas
TI	Terra Indígena
TCel	Tenente-Coronel
TNP	Tratado de Não-Proliferação
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAF	<i>United States Air Force</i> – Força Aérea Americana
U.S Army	Exército Americano

LISTA DE SÍMBOLOS



BRIGADA BLINDADA



BRIGADA BLINDADA LIGEIRA



BRIGADA DE CAVALARIA MOTORIZADA



BRIGADA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO



BRIGADA DE INFANTARIA



BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA – BRASIL



BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA – VENEZUELA



BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA



BRIGADA DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO – VENEZUELA



COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA



DIVISÃO BLINDADA



DIVISÃO DE INFANTARIA



REGIÃO MILITAR

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO, p. 15

2 DISSUAÇÃO MILITAR, p. 19

2.1 DISSUAÇÃO CONVENCIONAL OU NUCLEAR? A REALIDADE SUL-AMERICANA, p. 19

2.2 A ESTRATÉGIA DISSUASÓRIA E A CONSTRUÇÃO DAS AMEAÇAS, p. 26

2.3 A GUERRA DE ATRIÇÃO, p. 30

2.3.1 A GUERRA DE ATRIÇÃO COMO OPÇÃO ESTRATÉGICA, p. 30

2.3.2 A COMPOSIÇÃO DO PODER, p. 33

2.3.3 O BOMBARDEAMENTO ESTRATÉGICO COMO PUNIÇÃO E A GUERRA DE ATRIÇÃO, p. 35

2.4 A ESTRATÉGIA DE OBJETIVOS LIMITADOS, p. 39

2.5 A GUERRA RELÂMPAGO – BLITZKRIEG, p. 45

2.5.1 A IDEALIZAÇÃO CONTROVERSA, p. 45

2.5.2 A GUERRA CIVIL ESPANHOLA, p. 47

2.5.3 A ARMA AÉREA E A BLITZKRIEG, p. 50

2.5.4 OS FATORES PARA IMPLEMENTAR UMA BLITZKRIEG, p. 58

3 A HIPÓTESE DE CONFLITO ENTRE BRASIL E VENEZUELA, p. 63

3.1 A TENDÊNCIA PACÍFICA DA AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XX, p. 63

3.2 A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DA GUIANA INGLESA E A “ZONA EN RECLAMACIÓN”, p. 69

3.3 A REIVINDICAÇÃO VENEZUELANA, p. 71

3.4 A SUBLEVAÇÃO RUPUNUNI, p. 73

3.5 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SUBLEVAÇÃO RUPUNUNI, p. 77

3.6 A ATUALIDADE DA REIVINDICAÇÃO, p. 83

3.7 GUYANA DEFENSE FORCE, p. 88

4 ANÁLISE DA DISSUAÇÃO NO CASO HIPOTÉTICO, p. 91

4.1 O BALANÇO DO PODER NA ESTRATÉGIA DE ATRIÇÃO, p. 91

4.1.1 O PODER LATENTE, p. 91

4.1.2 O PODER MILITAR, p. 95

4.2 O NORTE DE RORAIMA COMO OBJETIVO LIMITADO, p. 98

4.2.1 O EQUILÍBRIO DAS FORÇAS PARA A ESTRATÉGIA DOS OBJETIVOS LIMITADOS, p. 102

4.3 AS CONDIÇÕES PARA LANÇAR UMA *BLITZKRIEG*, p. 112

4.3.1 OS MEIOS E O TERRENO, p. 112

4.3.2 AS DOCTRINAS DE EMPREGO, p. 115

4.3.3 MOBILIZAÇÃO DA DEFESA, p. 119

4.5.4 OS MEIOS DE DETECÇÃO E A GUERRA AÉREA, p. 122

5 CONCLUSÃO, p. 125

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 130

7 APÊNDICES, p. 137

7.1 MAPA DETALHADO DA TRÍPLICE FONTEIRA VENEZUELA-BRASIL-GUIANA, p. 138

7.2 ENTREVISTA COM O GEN. THAUMATURGO SOTERO VAZ, p. 139

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto a dissuasão convencional no contexto sul-americano, estudo realizado através de um conflito hipotético entre o Brasil e a Venezuela.

O termo dissuasão ganhou relevo na literatura das relações internacionais com o advento da bomba atômica e o início da Guerra Fria. Esse extremo da busca pelo equilíbrio de poder fez com que o fenômeno das relações entre a capacidade de segurança e força de cada Estado tornasse mais comum o conceito de dissuasão. A complexidade do fenômeno bélico nuclear fez com que várias formas de dissuasão surgissem para explicar a proteção das alianças formadas no pós-Segunda Guerra Mundial (II GM). O mundo, dividido em dois blocos, vivia a ameaça da destruição nuclear e assistia, passivamente, a dialética das vontades em um contexto internacional de bipolaridade, tendo de um lado os Estados Unidos da América (EUA) e do outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Na segunda seção desta pesquisa, o conceito mais geral de dissuasão é trabalhado, através de uma revisão da literatura, como sendo capacidade de se infringir um custo maior que o benefício que uma ação militar pode proporcionar a um Estado que queira continuar a política através do seu braço armado. Esta é a definição de dissuasão adotada neste trabalho. Ainda que o termo esteja associado a questão nuclear, devido à ausência de artefatos bélicos nucleares na América do Sul, a dissuasão será examinada em seu aspecto convencional, de acordo com Mearsheimer, em função de três estratégias militares que o atacante pode empreender: *atrição*, *objetivos limitados* e *blitzkrieg*.

O objetivo geral deste estudo consiste em estabelecer um processo sistemático de comparação entre as expressões do poder bélico regional, utilizando como estudo de caso o Brasil *vis-à-vis* Venezuela. Para construção desse modelo foram utilizadas as teorias estabelecidas por Mearsheimer para o emprego das estratégias convencionais baseadas em três tipos de ação militar: a guerra de atrição, a estratégia de objetivos limitados e a *blitzkrieg*. Os elementos essenciais para a definição dos fatores que possibilitaram utilização de cada uma dessas estratégias por parte do atacante e dos fatores que levaram a dissuasão do Estado defensor a falhar foram pesquisados e extraídos de conflitos bélicos ocorridos no século XX.

Embora se tenha vivido, nas últimas décadas, uma situação relativamente pacífica na região sul-americana, as poucas crises com possibilidade de escalada para o conflito bélico têm sido pouco divulgadas. A terceira seção se inicia com a descrição de alguns fatores que puderam ter influenciado na transição da América do Sul beligerante, durante o século XIX, em região pacífica no século XX. Ainda assim algumas questões fronteiriças continuam em aberto e, embora os países do continente tenham demonstrado uma forte tendência em optar pelas arbitragens internacionais e pelos tratados internacionais para solução pacífica dos conflitos, existem tensões, como no caso da Bolívia que continua requerendo uma saída para o Oceano Pacífico, o Equador que reclama o acesso ao Rio Amazonas, a Argentina, o território perdido nas Malvinas e a Venezuela com a reclamação secular sobre a região de Essequibo.

A questão de Essequibo foi escolhida como hipótese de emprego pela possibilidade de envolvimento do Brasil. Para programar uma ação militar naquela região, a Venezuela teria que atravessar parte do território brasileiro. Por esse motivo o estudo vislumbrou uma comparação entre Brasil e Venezuela, tendo como hipótese central de que as forças armadas do Brasil não seriam capazes de dissuadir qualquer estratégia militar da Venezuela no sentido de utilizar o território e espaço aéreo brasileiro para resolver a questão de Essequibo pelo uso das armas.

A escassa literatura sobre a reivindicação venezuelana e as pesquisas científicas existentes cobrem somente o aspecto histórico-social, ficando a análise estratégica esquecida na memória e arquivos militares. Trazer para a academia um tema inédito, com a possibilidade de expandir o assunto para as outras áreas do

conhecimento científico, constitui a relevância desta pesquisa. Válido também é testar a teoria da dissuasão de Mearsheimer através do emprego do armamento convencional em estruturas existentes, as forças armadas do Brasil e da Venezuela.

O problema de pesquisa para o qual se procura uma resposta é: contra quais tipos de estratégias militares as forças armadas do Brasil seriam capazes de dissuadir a Venezuela de resolver a questão de Essequibo, utilizando o território e o espaço aéreo brasileiro?

Para se buscar essa resposta, na quarta seção foi feita uma análise dos fatores pesquisados nos conflitos do século XX. Com base nessa análise, elaborou-se uma projeção para a capacidade atual do Brasil como estado defensor e da capacidade da Venezuela como atacante, levando-se em consideração as potencialidades de cada Estado e como os respectivos poderes militares estão estruturados e equipados. Esta capacidade foi testada, isoladamente, para cada estratégia começando da mais ampla, a atrição, passando para a estratégia de objetivos limitados e por último a estratégia da *blitzkrieg*.

Neste ponto é importante ressaltar que não é a intenção deste trabalho eleger inimigos ou estabelecer estados de tensão que não existam na atualidade. Como foi dito anteriormente, o estudo apresenta uma hipótese de emprego com base numa tensão já existente e, que pela proximidade fronteira e características geográficas da região, pode envolver o Brasil. A comparação para os dois países foi estabelecida meramente com a intenção de se criar um modelo aplicável a outras situações, envolvendo Estados e teatros de operações diferentes.

Como dissertação científica, pretendeu-se dar um tratamento escrito a um assunto original, através de metodologias utilizadas para as pesquisas na área da Ciência Política, enquadrando-a como estudo de caso, pois a teoria foi testada em estruturas existentes e tangíveis. Além de uma extensa pesquisa bibliográfica realizada em fontes primárias e secundárias, através de livros, artigos, revistas e arquivos eletrônicos para conferir ao trabalho o embasamento científico necessário, buscou-se, também, o embasamento, utilizando-se de pesquisa documental em fontes primárias dos dois países em questão.

Destaca-se a pesquisa realizada em *sítes* especializados em estudos estratégicos, defesa e segurança que facilitaram a coleta de vários dados atualizados sobre o desenvolvimento econômico e militar dos países analisados,

principalmente no que concerne aos dados que eram obtidos já com o devido tratamento estatístico.

Para o esclarecimento e a comprovação de pontos históricos sobre a questão de Essequibo e a Revolta do Rupununi, sublevação que ocorreu na Guiana em janeiro de 1969 com o apoio da Venezuela, além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram consultados documentos arquivados em unidades militares e uma entrevista não estruturada com o General Thaumaturgo Sotero Vaz que participou como capitão das tropas brasileiras deslocadas para garantir as fronteiras brasileiras durante o evento em 1969.

Finalmente, a conclusão foi estabelecida ao se comparar os resultados obtidos da verificação da capacidade de emprego da força atacante, a Venezuela, para implementar as estratégias militares, com o poder brasileiro para retaliar a ofensa. Desta forma pode-se analisar, então, capacidade do Brasil, segundo as classificações apresentadas pelo estrategista Lawrence Freedman para cada tipo de dissuasão: estreita ou ampla, estendida ou central, de negação ou punição e imediata ou geral.

2 DISSUAÇÃO MILITAR

2.1 DISSUAÇÃO CONVENCIONAL OU NUCLEAR? A REALIDADE SUL-AMERICANA

O mecanismo básico da dissuasão é uma ameaça expressa de custos que superam os potenciais benefícios de uma ação indesejada do adversário, levando o oponente a decidir contra a ação. (PAYNE & WALTON, 2002, p. 164, tradução nossa).

O termo “dissuasão” ganhou relevo na literatura das relações internacionais juntamente com a criação do artefato nuclear no pós-II GM. Desde que passou à condição de estratégia internacional, explorada amplamente por autores considerados criadores do pensamento da dissuasão nuclear, como Bernard Brodie dentre outros, a dissuasão adquiriu um significado próprio relacionado diretamente com a Guerra Fria (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2002). No entanto, o termo deve ser entendido de forma mais ampla. Ele deve encerrar no seu conceito mais geral a capacidade de se infringir custos superiores aos potenciais benefícios de uma ação indesejada do adversário, levando-o a decidir contra a ação. Em outras palavras, os ganhos que o adversário poderia obter numa investida não compensariam os danos da retaliação, independentemente do tipo de artefato militar utilizado nessa retaliação: nuclear, químico, biológico e convencional, ou uma combinação entre eles.

Nesta condição, a dissuasão pode ser alcançada por outros meios bélicos que não os de destruição em massa. Aron (1986, p. 152) chama a atenção para este fato quando sugere que uma represália gradual, através de mecanismos menos terríficos do que uma represália maciça, pode ser mais credível. Para demonstrar a sua assertiva, o autor convida os analistas a se questionarem “como garantir a

credibilidade da ameaça de represálias nucleares?” ao invés de se perguntarem “quem pode dissuadir quem, a que, através de que ameaças, em que circunstâncias?”. Sem diminuir a importância estratégica do domínio da tecnologia bélica nuclear, ao se analisar o posicionamento de Raymond Aron (que, como realista, não desprezava esse tipo de armamento) fica explícito que os artefatos convencionais são mais factíveis de utilização quando comparados aos nucleares, principalmente, quando ocorrer uma simetria destes últimos entre os atores, posto que o atacante deva levar, fortemente, em consideração a possibilidade de uma retaliação nuclear.

Neste ponto, é importante ressaltar que alguns autores apontam para a crescente importância de outros armamentos que não as Armas de Destruição em Massa (ADM). Estes autores sugerem que a política de segurança baseada na estratégia nuclear, bem como nas demais ADM, é um sinal de fraqueza. Para suplantarem estes artefatos, apontam para as novas estratégias convencionais, como a tecnologia computadorizada na era da informação e para o alto grau de precisão de armamentos lançados a longa distância que torna desnecessário o recurso da ogiva nuclear (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2002). No entanto, este pesquisador não está convencido disso. Davis e Gray (2002, p. 254-285), por exemplo, consideram que a capacidade de manter artefatos nucleares continua sendo importante para a estratégia de dissuasão. Tanto que, segundo os autores, alguns países continuam a adquirir artefatos dessa natureza e, como justificativa, apresentam quatro razões específicas: melhorar a segurança e, se possível, estendê-la a seus aliados; aumentar a sua segurança em detrimento de outro Estado específico; satisfazer as ambições e alimentar os interesses domésticos; e ganhar prestígio ou honra.

Outra questão reforçada pelos autores é o fato de que alguns países detentores de armas nucleares continuam a mantê-las como forma de dissuasão por que mesmo sem a certeza de que uma dissuasão nuclear vai ou não funcionar, qualquer Estado sabe que a possibilidade de uso dessas armas tem que ser tratada com respeito. Um Estado com uma política externa suscetível de entrar em conflito com um adversário detentor de armas nucleares tem de conceber uma forma de neutralizar a utilização desses artefatos. Davis e Gray evidenciam que, muito embora planos audaciosos, estratégias tortuosas, forças convencionais no estado-da-arte e proibições legais ou morais de uso do armamento nuclear possam

ajudar, efetivamente, só a ameaça de um contra-ataque nuclear é uma estratégia prudente.

Para Mearsheimer a dissuasão convencional é definida em função da capacidade de negar a um agressor a consecução dos objetivos no seu próprio campo de batalha através do emprego de forças convencionais. Sobre as armas nucleares, o autor comenta que:

As armas nucleares, obviamente, continuam a desempenhar um papel importante na dissuasão das guerras na Europa e irá continuar desempenhando enquanto continuarem disponíveis. No entanto, a aceitação crescente da inutilidade das armas nucleares para fins de defesa trouxe um maior interesse no balanço do armamento convencional nos últimos anos. (MEARSHEIMER, 1983, p.13, tradução nossa).

O próprio Mearsheimer explica melhor o seu posicionamento com relação ao poder militar convencional. Ainda que, durante a Guerra Fria, as duas grandes potências vivenciassem a realidade da Destruição Mútua Assegurada (*Mutual Assured Destruction* – MAD), ambas buscaram ampliar as forças convencionais, preocupadas com o equilíbrio de poder na Europa Central. Os EUA e a URSS competiram entre si por aliados e bases em todo o mundo, desde o início da rivalidade entre os dois, após a II G M, se estendendo até o fim da Guerra Fria. O autor conclui que, “apesar de seus enormes arsenais nucleares, os dois lados investiram enormes recursos em suas forças convencionais, e ambos os lados estavam profundamente preocupados com o equilíbrio das forças terrestres e aéreas na Europa, bem como em outros lugares ao redor do globo.” (2001, p.130-132, tradução nossa).

A preocupação de Mearsheimer em destacar a importância dos artefatos convencionais está de acordo com as fases da Guerra Fria e parece está diretamente influenciadas por elas. Freedman (2001, p. 407) relata que a década de 1970, período conhecido como *detente* (distensão, relaxamento), é marcada por uma grande paridade entre as potências e que os EUA vinham tentando, de várias formas, se desvencilharem da armadilha da MAD através de estratégias baseadas no princípio do domínio da escalada.

Desta forma, as armas nucleares passaram a ter um papel direcionado para a defesa, a ser utilizada se, numa guerra convencional, o objetivo do atacante fosse a aniquilação do oponente. Ao contrário, se a guerra convencional a ser travada fosse de objetivos limitados, havia uma crença de que o conflito nunca viria a escalar para uma guerra nuclear. Fica clara a necessidade de se estabelecer um equilíbrio militar convencional, uma vez que esta seria a guerra mais provável de acontecer.

Citino (2004, p. 229-237) destaca que o equilíbrio de poder convencional favorável ao Pacto de Varsóvia poderia trazer uma luta demasiadamente sangrenta e em uma escalada inimaginável. Se os EUA e a OTAN quisessem fazer frente ao oponente deveriam voltar as suas atenções para a tradicional vantagem de 3:1 reconhecida para o defensor e explorar, além de pontos de defesas bem escolhidos e fortificados, o desenvolvimento de armas convencionais que produzissem o máximo de efetividade. No entanto, havia uma necessidade de se explorar melhor o potencial bélico americano que se caracterizava por equipamentos tipicamente de movimento como os blindados, artilharia autopropulsada, infantaria mecanizada, armas antitanque aerotransportada, helicópteros e aeronaves para o apoio aéreo aproximado. Estas características fizeram surgir o conceito de defesa ativa.

Ainda que essa doutrina não tenha durado muito, foi nesta atmosfera que Mearsheimer expressou a sua opinião sobre sua relativa descrença nos artefatos nucleares. É importante ressaltar que, após 1982, portanto depois da obra de Mearsheimer, as animosidades entre as duas potências aumentaram e durante o governo do Presidente Ronald Reagan estas tensões levaram os EUA a acelerar a corrida armamentista nuclear com a criação do projeto da barreira de mísseis defensivos e dos mísseis de médio alcance que poderiam ser lançados de pontos estratégicos da Europa Ocidental. Como a economia soviética já se encontrava bastante debilitada devido à crise econômica mundial de 1980, que fez com que o preço de algumas commodities soviéticas caísse, o presidente Gorbachov se viu obrigado a lançar uma série de medidas econômicas (*Perestroika*), uma delas era a redução do orçamento militar o que implicou a diminuição dos investimentos em armamentos, isto impossibilitou uma nova corrida armamentista no ritmo imposto pelos EUA, acabando por determinar o fim da Guerra Fria. (KISSINGER, 1994).

No entanto, tal debate não se aplica à questão em tela. Pretende-se levar o debate teórico da dissuasão para aplicação dos conceitos relacionados à utilização

do artefato bélico convencional, adequando-se as possibilidades de conflitos à realidade sul-americana, região livre de armas nucleares, como será visto a seguir.

O agravamento das tensões na Guerra Fria, durante a crise dos mísseis de Cuba de 1962, colocou à prova se o sistema de “paz pelo medo” no mundo bipolar poderia ser mantido. A transferência da tecnologia nuclear ou desses próprios armamentos para nações pertencentes aos blocos poderia tornar mais difícil a manutenção da dissuasão, fazendo com que o controle da crise ou até mesmo a escalada de um possível conflito saísse do controle das duas superpotências, EUA e URSS. Aron (1986) sugere que, no intuito de se reduzir essa possibilidade e manter restrito o “clube atômico” os países centrais começaram a pensar em mecanismos para o controle da proliferação dos armamentos nucleares.

O autor conclui que estas medidas cumpririam duas funções. Primeiro, prevenir a provocação da guerra termonuclear por vários motivos como, por exemplo, a antecipação (opção primária pelo ataque nuclear), erro técnico ou humano, rápida escalada e decisão precipitada de um Estado menos importante. Segundo, visaria manter a exclusividade dos benefícios e influências políticas que estes artefatos garantem aos seus detentores. De uma forma ou de outra, o que estava em jogo era a fragmentação da diplomacia internacional.

A tentativa de solução para o problema da ampliação do número de países detentores de armamentos nucleares foi a idealização do Tratado de Não-Proliferação (TNP), aberto para assinatura em julho de 1968 (BALYS, 2002). Basicamente, o TNP encerra em seus artigos o comprometimento dos países signatários divididos em Estados militarmente nucleares (EUA, Rússia, Inglaterra, França e China) que se comprometem não transferir equipamentos, tecnologia e materiais que fomentem o desenvolvimento de armas nucleares bem como os armamentos nucleares propriamente ditos e os Estados militarmente não-nucleares que se comprometem não desenvolver tecnologia nuclear com fins bélicos e não receber estes armamentos ou materiais que fomentem o desenvolvimento de armas nucleares¹.

Para validar esse instrumento jurídico intergovernamental são necessárias a assinatura e a ratificação do tratado pelo Estado participante. O Manual de tratados elaborado pela Seção de Tratados do Escritório Jurídico da ONU (Organização das

¹Disponível em <<http://www.onu-brasil.org.br/>> acesso em 16 dez. 2009 21h47min.

Nações Unidas) estabelece a função de cada um dos referidos atos. A assinatura por si só indica a intenção do Estado em aderir às medidas do tratado. No entanto, para se comprometer juridicamente com a integralidade dos artigos dispostos no tratado, é necessário que o Estado participante faça uma ratificação.²

Com relação ao TNP, o Brasil assinou e ratificou o tratado em 1998. Já a Venezuela assinou o tratado em 1968 e o ratificou 1975.

As tentativas de controle, redução e desarmamento nuclear precederam o período da *detente*. Este período foi marcado pela abertura das negociações entre os EUA e a URSS, motivadas, principalmente, pelo fim da Guerra do Vietnã e a diminuição da influência soviética no Oriente Médio ao mesmo tempo em que após a Guerra do Yom Kippur, em 1973, crescia a possibilidade de paz entre os povos árabe e israelense. Ainda que este período tenha sido interrompido na década de 1980, provocado pela invasão soviética ao Afeganistão (KISSINGER, 1994), o acordo firmado entre as duas potências conhecido como SALT I (*Strategic Arms Limitation Talks*), ratificado em 1974, ganhou força gerando o SALT II e, na década de 1990, os tratados para redução das armas estratégicas (*Strategic Arms Reduction Treaty – START*) que foram mais facilmente atingidos em decorrência do fim da Guerra Fria (BAYLIS, 2002).

Como efeito, somente alguns poucos países que já se encontravam adiantados na tecnologia nuclear com fins bélicos continuaram dando prosseguimento às pesquisas e desenvolvimentos desses artefatos, como foi o caso da França e da China que, atualmente, são signatários. Outros três países detentores de armas nucleares, Índia, Israel e Paquistão, não aderiram ao tratado (ibid., 2002 e WALTON & GRAY, 2004). No entanto, algumas regiões do globo, de uma maneira geral as subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, não haviam desenvolvido ou adquirido a tecnologia nuclear, tornando mais fácil o surgimento e o comprometimento regional com tratados que impedissem a proliferação do armamento nuclear nas áreas que foram intituladas com “Zonas livres de Armas Nucleares”. A América do Sul é uma dessas regiões.

O Tratado de Tlatelolco (Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe), assinado e ratificado por todas as trinta e três nações da América Latina e do Caribe, assegura que seus signatários ficam proibidos de

²Manual de Tratados – Naciones Unidas disponível em: <<http://treaties.un.org/doc/source/publications/THB/Spanish.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2009 9h12min.

produzir, manufaturar, adquirir, guardar e testar qualquer material nuclear com fins bélicos. Este tratado, que entrou em vigor em 2002 após Cuba, o último dos 33 Estados participantes, ter feito a ratificação, foi assinado pelo Brasil em 9 de maio de 1967, tendo sido ratificado em 29 de abril de 1968 e pela Venezuela em 14 de fevereiro de 1967 com data de ratificação de 23 de março de 1970. A Agência para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL) é o organismo intergovernamental criado pelo próprio tratado para garantir o cumprimento das obrigações previstas no corpo do documento. Este órgão é também responsável pela convocação de conferências regulares, especiais e reuniões de consulta sobre assuntos relacionados com as finalidades, políticas e procedimentos estabelecidos em seu texto, além de monitorar o sistema de controle e cumprimento das obrigações decorrentes do Tratado de Tlatelolco³.

Nos casos específicos do Brasil e da Venezuela, além de ambos terem ratificado os Tratado de Tlatelolco e o Tratado de não-proliferação de Armas Nucleares, a Constituição da República Federativa do Brasil, na alínea “a” do inciso XXIII do artigo 21, determina que a energia nuclear só poderá ser utilizada para fins pacíficos e a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, no artigo 129 proíbe a entrada e a produção de armas nucleares, químicas e biológicas no território venezuelano.

A Política de Defesa Nacional do Brasil encerra, no corpo do seu texto, a situação da América do Sul em relação ao artefato bélico nuclear:

A América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão e **livre de armas nucleares**, é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiabilidade regional e a solução negociada dos conflitos.⁴ (BRASIL, DECRETO Nº 5.484, 2005, grifo nosso).

³Tratado de Tlatelolco. Disponível em: <<http://www.opanal.org>>. Acesso em: 21 abr. 2009 7h58min.

⁴Política de Defesa Nacional – Decreto Nº 5.484. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=ambiente_regional>. Acesso em: 24 jan. 2009.

2.2 A ESTRATÉGIA DISSUASÓRIA E A CONSTRUÇÃO DAS AMEAÇAS

Freedman (2008, p. 28, tradução nossa) traz como um princípio conceitual que a dissuasão é uma estratégia coercitiva e, pela definição do autor, a coerção pode ser “uma potencial ou atual aplicação de força para influenciar a ação de um agente voluntário”. Portanto, um Estado pode dissuadir outro por uma ameaça credível ou pela efetivação do uso da força.

Decorrem da afirmação acima os conceitos de coerção por punição ou por negação elaborados por Pape (1996). Como consequência, o autor adota que “A chave do sucesso na coerção convencional não é a punição, mas a negação, ou seja, a capacidade de frustrar a estratégia militar do estado alvo para controlar os objetivos em disputa.” (ibid., p.10, tradução nossa). O autor continua seu posicionamento teórico explorando um ponto fundamental para a pesquisa que trata da aplicação da teoria da negação para exigir que o adversário interrompa tanto uma invasão territorial como a própria manutenção de territórios já conquistados, evitando um ataque ou parando um já em curso.

Pape argumenta que, embora dissuasão e coerção estejam em lados opostos nas disputas, na prática os conceitos estão intimamente ligados e ambos têm o foco em influenciar os cálculos do adversário para a decisão a ser tomada. Essa ação pode se dar, basicamente, de duas formas: a coerção pela punição e a coerção pela negação. Ambas visam à mudança de comportamento do adversário. Por analogia, a dissuasão também pode ser aplicada na forma de punição e negação, como será visto mais à frente nas classificações dos tipos de dissuasão apresentadas por Freedman (2004).

A coerção pela punição consiste na aplicação do poder bélico sobre adensamentos populacionais civis, no intuito de aumentar o custo do adversário em se manter na campanha. Outro efeito explorado pela punição é a depreciação da condição moral da população civil do Estado atacado que exerceria pressão sobre os dirigentes no sentido de abreviar o conflito.

A coerção pela negação explora a aplicação das forças sobre o poder militar do adversário, seja as tropas em operações ou sobre o apoio logístico. O autor reforça que em uma disputa utilizando o armamento convencional, como é o caso das forças a serem comparadas na pesquisa, a ação mais eficiente é a coerção pela

negação e não sobre a população civil, como forma de punição. Nas disputas que envolvem o armamento nuclear, nestas sim, a punição teria mais êxito.

Para este trabalho, foi levada em consideração a premissa de que o defensor adota uma postura dissuasória de negação, portanto a resposta ao atacante está limitada aos objetivos afetos ao poder militar. Esta limitação foi estabelecida para evitar que o defensor adote uma ação punitiva caso não seja capaz de dissuadir o atacante de implementar alguma das estratégias militares analisadas nesta pesquisa. De uma forma ou de outra, a estratégia da dissuasão depende do comportamento ou do potencial comportamento hostil que o defensor possa se valer para responder a ofensa e como este potencial é interpretado pelo ator ofensivo a quem se quer dissuadir.

Esta interpretação pode sofrer várias influências. Payne e Walton (2002) listam uma série delas. A interpretação errada do potencial dissuasório, ou seja, subestimar a capacidade de resposta do defensor, a super valorização do próprio potencial e a sobre valorização dos objetivos pretendidos (por exemplo, a importância da Região de Essequibo para Venezuela em detrimento do relacionamento interestatal na América do Sul).

Outro fator que os autores evidenciam está associado aos problemas psicológicos dos decisores ou ainda à influência que esses decisores podem sofrer pelo uso de drogas como, por exemplo, o álcool dentre outras. Estas influências tornariam o cálculo da dissuasão muito complexo ou, até mesmo, impossível de se fazer ante a imprevisibilidade que estes fatores podem promover nas decisões dos governantes. Por esse motivo, a premissa deste trabalho leva em conta que os atores envolvidos são racionais e efetuam o cálculo de acordo com essa condição, não se deixando influenciar pelos fatores descritos por Payne e Walton.

Portanto, a construção das ameaças deve partir do mesmo princípio racional e levar em consideração o questionamento de Aron citado no início deste capítulo. Quem quer dissuadir tem, obrigatoriamente, um oponente que deseja programar um tipo de ação em um determinado lugar. Resta ao pretense dissuasor calcular a maneira de impedir a ofensiva.

Ao se levar em consideração as ameaças, Freedman (2008) identifica quatro tipos importantes de dissuasão: estreita ou ampla, estendida ou central, de negação ou punição e imediata ou geral.

Na dissuasão estreita o potencial militar do poder defensivo estaria limitado a dissuadir apenas algum ou alguns tipos de guerra ou de operações militares numa guerra. Como exemplo, pode-se utilizar a capacidade de deter um ataque aéreo. Se a força defensora não tiver aeronaves e armas antiaéreas capazes de impedir esse ataque, faltará a ela poder dissuasório especificamente em relação a esse aspecto, ainda que ela possa deter operações como, por exemplo, navais ou terrestres. No entanto se a força defensora tiver meios de deter qualquer tipo de operação de um atacante a sua dissuasão é classificada como ampla.

A dissuasão central está diretamente relacionada a desestimular uma ofensiva contra o próprio Estado e a dissuasão estendida seria aquela que pretende dissuadir um ataque contra um Estado aliado. Freedman (2008, p.35, tradução nossa) assume que a dissuasão central é muito mais credível que a dissuasão estendida, principalmente se o Estado ofensivo tem condições de atingir o Estado que está protegendo um terceiro. Para exemplificar, o autor menciona a fase da Guerra Fria em que o Pacto de Varsóvia ameaça invadir o oeste europeu contra as forças da OTAN, lançando a seguinte questão: “Os EUA iniciariam uma guerra nuclear para defender terceiros, mesmo sendo incapazes de defender o seu território contra uma retaliação nuclear Soviética?”

Os conceitos de Freedman para classificar a dissuasão pela negação e pela punição não diferenciam dos conceitos adotados por Pape. Freedman acrescenta que a negação tem elementos coercitivos, mas, essencialmente, tende ao controle, ou seja, a ameaça é para controlar as opções do inimigo. No cálculo dos custos, o adversário teria que considerar aqueles que seriam realizados na batalha por controle. Já a dissuasão por punição, esta sim seria puramente coercitiva. Na dissuasão por negação o defensor não deixa opções para o atacante, negando, no campo de batalha, a consecução do objetivo do atacante. Na dissuasão por punição a defesa não tem como objetivo as forças inimigas no campo de batalha, mas sim os bens que o atacante pode considerar valiosos.

Com relação à prontidão do poder dissuasor, Morgan (1977 apud FREEDMAN, 2008) descreve como dissuasão imediata aquela onde as tensões entre os Estados é tal que as forças poderão ser empregadas num curto espaço de tempo. Já a dissuasão geral é representada pelo poder militar, dentro de um contexto político internacional, onde a idéia principal é mostrar a possíveis

opponentes que a resolução dos interesses pelo uso da força não será uma boa opção.

Para realizar a definição e o enquadramento de cada um desses tipos de dissuasão, serão levadas em consideração as estratégias militares para emprego de armamento convencional definidas por Mearsheimer (1983), onde ele define a dissuasão convencional em função da capacidade de negar a um agressor a conquista de seus objetivos no campo de batalha, utilizando o emprego de forças convencionais. Pela própria definição, Mearsheimer associa o conceito de dissuasão convencional à negação e não à punição. Esta última seria uma função associada ao emprego de artefatos nucleares.

Essa definição do conceito de negação, restrita ao campo de batalha, é importante para o entendimento da razão pela qual o defensor não procura um desfecho para o conflito, “arrastando” a sua retaliação para uma agressão no território inimigo, aplicando o conceito de punição, após qualquer iniciativa do ofensor. Ou seja, a resposta à ofensa se limita a restabelecer a soberania onde ela foi atingida em conformidade com o conceito de negação.

O foco da teoria de Mearsheimer (1983, p. 15) é representado por uma questão básica: “quando dois atores estão frente a frente em uma crise, quais considerações militares são analisadas para levar um lado a concluir que pode lançar uma operação militar com sucesso?”. Estas considerações estão associadas à relação dos custos e dos riscos decorrentes de uma ação militar, ou seja, a probabilidade de sucesso. Sendo assim, o conflito tem mais chances de acontecer quando o ator que deseja mudar o *status quo*, o ofensivo, tem superioridade militar em relação ao ator que quer manter o *status quo*, o defensivo. Ou ainda, quando o ofensivo acredita ser capaz de ter uma superioridade militar em um ponto determinante para o conflito.

Para estabelecer essa relação entre os atores envolvidos, alguns autores analisam a capacidade bélica de cada ator, ou seja, levam em consideração somente a quantidade e qualidade de poder de fogo disponível para o emprego imediato. Outros consideram o equilíbrio de poder, os meios bélicos disponíveis e outros critérios como capacidade econômica e população dentre outros. Mearsheimer (1983, p. 25) considera que ambas as teorias são insuficientes para explicar o processo dissuasório e sugere complementar a relação de equilíbrio de

poder associando-o, também, às estratégias militares específicas para avaliar a dissuasão convencional.

Assim, a dissuasão convencional estará diretamente relacionada com a arquitetura das forças armadas, hipoteticamente envolvidas, e o seu emprego para atingir determinado objetivo. Essa arquitetura, segundo Mearsheimer (1983, p. 30) pode ser classificada em três tipos de estratégia: *atrição*, objetivos limitados e *blitzkrieg*. “Cada tipo de estratégia terá diferentes implicações para a dissuasão”.

2.3 A GUERRA DE ATRIÇÃO

2.3.1 A GUERRA DE ATRIÇÃO COMO OPÇÃO ESTRATÉGICA

Atrição é um processo gradual e fragmentado para destruir a capacidade militar do inimigo. Todas as concepções da guerra de atrição partem dessa característica principal. Tem sido um método razoavelmente eficaz de aplicar o poder militar, muitas vezes preferível a muitas outras estratégias operacionais. (MALKASIAN, 2002, p. 1, tradução nossa).

Embora Malkasian (2002) tenha descrito as características de uma estratégia de atrição conforme a citação acima, o autor reconhece que o termo “guerra de atrição” pode ter vários significados. No entanto, tem sido utilizado para descrever batalhas com desenrolar lento e sangrento e de utilidade duvidosa. Esta imagem foi reforçada, principalmente, durante a Primeira Guerra Mundial (I GM) nas batalhas do Verdun e do Somme. Nesta última, entre julho e agosto de 1916, centenas de milhares de vidas foram ceifadas, aproximadamente 360.000, dentre ingleses, franceses e alemães sem que a linha de frente fosse movimentada mais que três milhas desde primeiro de julho. (KEEGAN, 1998 apud MALKASIAN, 2002, p. 1).

Ainda assim a estratégia tem sido considerada fundamental para as guerras nas quais, para alcançar os objetivos do Estado, torna-se necessário esmagar completamente o inimigo. Além disso, Malkasian (2002) ressalta que os principais pontos de virada, onde o Estado que estava em desvantagem passa a assumir a liderança, em vários conflitos, foram resultado do atrito. Quase todas as grandes guerras testemunharam a execução do atrito como uma estratégia operacional em pelo menos uma campanha.

De fato, as guerras convencionais travadas até a II GM demonstraram que o atrito foi a principal estratégia alternativa para se buscar uma batalha decisiva, através do desgaste do inimigo em batalhas anteriores. O autor ressalta que essa forma de atrição, influenciadora dos campos de batalhas até os dias atuais, foi um refinamento dos impérios para se defenderem das inovações criadas por Napoleão, no intuito de atender a sua tendência de levar toda guerra para uma guerra total, buscando alcançar vitórias rápidas, empregando movimento e combinação de tropas com características diferentes, num sentido contrário as tendências das outras nações européias à época.

Na Guerra Peninsular, o Duque de Wellington implementou uma revolucionária estratégia de atrição de 1809 a 1812. Enquanto defendia Portugal, desgastava o exército francês, aguardando um momento de melhora para lutar uma batalha decisiva. Para atingir o seu objetivo, Wellington ordenou uma retirada do povo português para o interior de Portugal e, enquanto se retirava, obrigava o exército francês a estender a linha de suprimento. Concomitantemente, instruiu a população a, durante a retirada, destruir pontes, moinhos e plantações (tática da terra arrasada) enquanto que a guerrilha portuguesa castigava a tropa francesa durante o seu avanço. Essa estratégia possibilitou ao Duque criar posições defensivas avançadas para fazer frente ao exército francês que já havia perdido 30.000 homens dos 80.000 iniciais, contra uma perda de 5.000 dos aliados. Desta forma a estratégia de atrição foi eficaz como forma preliminar para uma estratégia mais ampla que deu a vitória ao Duque de Wellington. (ibid., 2002).

Outro exemplo que Malkasian evidencia, durante as Guerras Napoleônicas, que revolucionou a estratégia de atrição foi a Invasão da Rússia em 1812. Embora a resistência russa não tenha empregado tática muito diferente das utilizadas pelo Duque de Wellington, tática da terra arrasada e retirada para uma posição defensiva em profundidade para dificultar a linha de suprimento do atacante, os russos levaram-na ao extremo, queimando as próprias vilas para dificultar a ofensiva francesa. Outro fator de desgaste foi o apoio dado aos russos pelos lituanos e alguns poloneses. Grande parte da população compôs milícias para resistir ao avanço da Grande Armée. Com a dificuldade de avanço, as tropas foram atingidas pelo rigoroso inverno russo. Dos 600.000 homens do exército francês somente 95.000 restavam quando Moscou foi capturada. O exército russo, composto

inicialmente de 400.000, na ocasião da invasão de Moscou já havia decaído para 121.000. Sofrendo 44.000 baixas na batalha ficou impossibilitado de impedir a capitulação. O General Kutusov, evitando uma batalha decisiva, comandou uma retirada estratégica para a cidade de Kaluga, deixando Napoleão em uma posição insustentável devido à falta de suprimentos, linha de comunicação interrompida e uma população local armada desgastando ainda mais as suas tropas. Napoleão tentou negociar uma paz. No entanto, o Czar Alexandre, uma vez que Moscou estava destruída, não tinha muito mais a perder se continuasse a guerra. Desta forma Napoleão perdeu muito mais homens do seu exército numa campanha sem uma batalha decisiva do que ele já havia infligido aos seus adversários em batalhas decisivas durante as Guerras Napoleônicas.

Das inovações da guerra de atrição ocorridas no século XIX pode-se destacar que a atrição pode ser muito eficaz se utilizada como forma preliminar para uma guerra de aniquilação, ou seja, desgastar o inimigo até que outra estratégia possa ser empregada. A atrição funciona, ainda, como uma opção quando existe alguma dificuldade tática ou impasse para se utilizar uma guerra de movimento.

Apesar dos esforços dos teóricos em tentar definir, categoricamente, um conceito para a guerra de atrição, o que se tem conseguido é tão somente capturar a essência da expressão através dos fatores apresentados na maioria das guerras, como duração, quantidade e qualidade do poder nacional envolvido, progressão das tropas, quantidades de mortos e feridos etc. Mesmo Mearsheimer (1983) procura, nas interpretações de Clausewitz, pontos que se aproximem da pretensa definição. Por exemplo, a própria questão de que somente a aniquilação do inimigo em uma batalha definitiva é o caminho para a consecução dos objetivos ou ainda que é ingênuo pensar que se pode desarmar ou derrotar o inimigo sem muito derramamento de sangue. Estes fatores por si só não são suficientes para conceituar a estratégia. Grandes quantidades de mortos e feridos podem aparecer na estratégia de objetivos limitados e na *blitzkrieg*. A aniquilação, ou seja, a derrota total do inimigo também é uma característica da *blitzkrieg*.

Para Malkasian (2002) é comum os estudiosos da estratégia interpretarem que toda guerra de atrito é, necessariamente, uma guerra oposta, conceitualmente, a uma guerra de movimento. Para evitar esta classificação, o autor considera que a estratégia de atrição é aquela adotada para desgastar o inimigo, passando a

analisar os conflitos históricos sob esta ótica. Como o atrito pode ocorrer numa guerra sem que tenha sido planejado, para poder comparar esta estratégia a outras como a de objetivos limitados ou *blitzkrieg* é necessário que a atrição tenha sido uma opção e não a consequência inesperada de um conflito.

Mearsheimer (1983), em acordo com Malkasian elucida a guerra de atrição ao considerar que, para a aplicação vitoriosa da estratégia, são necessárias batalhas que empurrem a defesa para trás numa frente ampla. Essas sucessivas derrotas e recuos acabam por desgastar o defensor. O processo é demorado e, em última análise, o sucesso vem quando o defensor não pode continuar a lutar. Mas, o autor destaca como consenso entre os estudiosos que, para o atacante alcançar a vitória, nas batalhas intermediárias, o poder ofensivo sofre mais perdas que a defesa. Deste fato decorre, então, que a decisão de implementar essa estratégia depende dos recursos que um Estado dispõe em relação a outro potencialmente rival, ou seja o poder de um comparado ao outro.

2.3.2 A COMPOSIÇÃO DO PODER

Mearsheimer (2001, p. 55) considera que, embora o poder seja o cerne da política internacional, não há muita concordância sobre o que é exatamente o poder e nem como medi-lo. Para equacionar a questão, ele propõe que o poder de um Estado seja dividido em dois tipos: o poder latente e o poder militar, onde o primeiro é representado pelos recursos sócio-econômicos, baseado na riqueza do Estado e na dimensão global da população que vão compor o segundo, o poder militar. Este conjunto se traduziria na capacidade de um Estado controlar ou influenciar outro.

Embora pesquisas de tendência quantitativa elaborem o cálculo do poder baseado simplesmente nos recursos materiais, Mearsheimer (*ibid.*, p. 58) defende que, mesmo tais recursos sendo considerados a base do poder, sozinhos não são capazes de possibilitar uma previsão para o desfecho de um conflito e sugere que seja levado em consideração outros fatores como, estratégia, inteligência, determinação, condições climáticas e doenças. No entanto, para se valer da estratégia da atrição, onde o objetivo é desgastar o inimigo, a “virtude da superioridade material” deve ser fortemente levada em consideração. Nessa estratégia, o Estado que tem mais recurso é o mais provável de vencer a guerra.

Outro fator componente do poder latente que, segundo o autor, deve ser analisado é a população em termos quantitativos de uma nação. Para formar exércitos nacionais superiores numericamente, os Estados devem ter uma reserva populacional em número suficientemente grande para convocá-la. Além disso, uma população expressivamente numérica pode representar produção, elevando o que Mearsheimer chama de riqueza do Estado.

A riqueza do Estado em termos financeiros e tecnológicos pode ser também determinante para o desfecho de um conflito. Uma nação rica dispensa a análise da população, pois é presumível que essa riqueza derive dela. No entanto, considerar somente a população pode não ser um bom indicativo. O autor faz referência a países populosos, numericamente superiores aos EUA e URSS durante a Guerra Fria, como China e Índia que, no entanto, não tinham riqueza suficiente para influenciar as potências.

A discussão da importância da riqueza para a construção do poder militar sugere que a distribuição de poder latente entre os Estados deva refletir a distribuição do poder militar, e por isso deve ser possível equiparar os dois tipos de poder. Ainda assim, o autor defende que para a riqueza refletir o poder militar algumas considerações devem ser feitas. Deve-se observar a porção da riqueza destinada à composição do poder militar, se esta conversão está sendo bem feita e se as compras militares vão, efetivamente, influenciar o equilíbrio do poder militar entre os Estados. A sua tese é que as grandes potências, com objetivo de maximizar as suas quotas de poder no mundo, reforçam a idéia da equiparação entre o poder latente e o poder militar. Mas, a força econômica nem sempre é um indicador seguro da força militar, ela tem que ser convertida em poder militar.

A análise da capacidade do emprego da estratégia de atrição nesta pesquisa foi elaborada, com base no poder latente do Estado e como este poder latente influi nas forças armadas. Foi analisada, então, a riqueza e como parte desta riqueza foi aplicada no poder militar.

Para a comparação direta dos efetivos das forças armadas foi utilizado o cálculo, historicamente reconhecido, que atribui uma vantagem para a defesa de aproximadamente 3:1 em relação ao poder ofensivo. Mearsheimer (1983, p. 47; 51) explica que esta vantagem é decorrente do fato da defesa poder lutar a partir de

posições previamente preparadas, enquanto que o atacante tem que se expor para poder avançar no terreno.

2.3.3 O BOMBARDEAMENTO ESTRATÉGICO COMO PUNIÇÃO E A GUERRA DE ATRIÇÃO

Embora Mearsheimer (2001) considere que a força terrestre é a forma dominante de poder militar no mundo moderno e que somente os exércitos têm potenciais para vencer grandes guerras, ele próprio reconhece a importância do suporte do poder aéreo para o desfecho de um conflito:

[...] as forças aéreas devem ganhar o comando do ar, ou conseguir o que é comumente chamado de **superioridade aérea**, para que possam bombardear as forças inimigas no solo ou promover um ataque no território do adversário. Se uma força aérea não controla os céus, as forças de ataque são susceptíveis de sofrer perdas consideráveis, tornando-se difícil, senão impossível para elas projetar poder contra o inimigo. (ibid., p. 96, grifo do autor, tradução nossa).

Mas, nem sempre o emprego do avião em guerras foi praticado conforme citado por Mearsheimer. O pensamento precursor do emprego do avião como plataforma d'armas remonta ao ano 1909, nas palavras do Gen. italiano Giulio Douhet:

O fato de que o ar esteja na iminência de tornar-se campo de batalha de não menos importância que a terra e o mar, naturalmente parece estranho a nós que vivemos sempre inexoravelmente atados à superfície da terra [...] Mas devemos imediatamente acostumar-nos a esta idéia e começar a preparar-nos para o novo tipo de conflito. (DOUHET apud SANTOS, 1989, p.23).

Ainda que o pensamento de Douhet possa ter levado a Itália, em 1911, durante o conflito ítalo-turco, a aplicar o avião em uma missão hoje conhecida como interdição, despejando granadas de dois quilos sobre as tropas turcas (SANTOS, 1989), as suas teorias apontavam para utilização do avião como coerção punitiva, teoria que ficou conhecida como bombardeio estratégico.

Para Douhet (1988), dominar o ar significa estar em condições de impedir o vôo do inimigo ao mesmo tempo em que se assegura esta faculdade para a própria força aérea. Com a garantia do domínio do ar, o esforço seria dirigido para lançar toneladas de materiais ativos, como explosivos, bombas incendiárias e gases venenosos, sobre a população inimiga. Tais ações cumpririam dupla finalidade: causar destruição material e influenciar o moral do povo inimigo.

As teorias de Douhet despertaram o interesse de alguns militares seus contemporâneos como Trenchard, Mitchell e Seversky que influenciaram a aplicação do poder aéreo nos países aliados, EUA e Inglaterra, que aplicaram o bombardeamento estratégico sobre a Alemanha, durante a II Guerra Mundial. Eles trouxeram significativas contribuições aos escritos de Douhet. No entanto, o pensamento básico desses teóricos permanecia a utilização isolada do avião no bombardeio estratégico.

Seversky levava ainda mais ao extremo o otimismo dos resultados que poderiam ser alcançados pelo poder aéreo. Afirmava que a vitória em uma guerra só poderia ser alcançada pelo poder aéreo (SEVERSKY, 1988).

Embora a estratégia do bombeamento estratégico tenha sido aplicada em várias guerras até os dias atuais, a aplicação desta e de outras estratégias do poder aéreo tem sido motivo para a revisão teórica de vários estudiosos do assunto.

Pape (1996) classifica a coerção pelo poder aéreo em quatro categorias: punição, risco, negação e decapitação. Este trabalho restringiu-se a análise de duas delas, a punição e a negação. A manipulação do risco na verdade é uma estratégia derivada da punição, com a diferença de ser aplicada gradualmente. No entanto, o principal objetivo, como na estratégia de punição, também é a população inimiga. E a decapitação é mais um tipo particular de operação, alvejando os dirigentes civis e comandantes militares inimigos. Cumpre ressaltar que não há nenhum exemplo na história das guerras onde este tipo de coerção foi empregado com sucesso. Mesmo no caso em que o almirante japonês Isoroku Yamamoto teve a aeronave que o transportava abatida por caças americanos, o fato não exerceu nenhuma influência no desfecho da guerra. Outras modalidades de decapitação também se mostraram igualmente ineficientes como, por exemplo, o corte das linhas de comunicação entre as lideranças que podem, facilmente, ser substituídas por outros meios de

comunicação. A coerção aérea pela estratégia da negação será vista juntamente com a estratégia da *blitzkrieg* por associar-se mais a ela.

A coerção aérea pela estratégia de punição foi a primeira a ser desenvolvida e foi posta em prática pelos alemães, em 1917. Nesta ocasião, foram utilizados os dirigíveis Zeppelins para bombardear os centros populacionais britânicos (ibid., 1996). Esta estratégia, conforme orientava a teoria de Douhet, tinha como principal objetivo infringir danos materiais e, principalmente, abalar o moral do inimigo. Ao se observar os modelos de guerra realizados até então, pode se perceber a influência da estratégia da atrição neste tipo de emprego aéreo.

Nas guerras modernas, a partir da II GM, o que se viu foram repetições da tentativa frustrada das ações aéreas independentes para acelerar o desgaste do inimigo nas guerras ilimitadas. Malkasian (2002) acrescenta que os proponentes da guerra de atrição têm aumentado a ênfase de que o poder aéreo é a chave para infligir perdas significativas no oponente, utilizando-se do bombardeamento estratégico com a finalidade de evitar o desgaste das tropas terrestres. Mearsheimer e Pape citam alguns exemplos históricos de como a adoção do bombardeamento estratégico demonstraram pouca ou nenhuma eficiência na utilização do poder aéreo para coerção.

No caso do bombardeamento da Alemanha pelos aliados, no final da II GM, Pape (1996, p. 255; 256) destaca três ocasiões em que Hitler, mesmo reconhecendo a situação calamitosa do país e de suas forças armadas, não se rendeu. Em julho de 1944, por acreditar ser possível uma quebra na aliança entre os países do oeste e a URSS, o que poderia causar uma modificação nas posições defensivas, favorecendo a Alemanha. Em janeiro de 1945, havia uma crença da liderança nazista que, embora sem condições de prolongar indefinidamente a guerra, acreditavam que novos recursos poderiam ser gerados para estender um pouco mais o conflito. Este prolongamento da guerra poderia causar divergência de interesses entre os aliados. E, finalmente, em março de 1945, quando as lideranças não aceitaram a rendição incondicional, por achar que a vingança dos russos causaria muito mais danos aos civis do que continuar resistindo aos bombardeamentos.

Ainda na II GM, Pape (1996, seção 4) analisa o caso do bombardeamento estratégico americano as cidades japonesas como outro fracasso da estratégia para

atingir a rendição incondicional. O autor, ainda que haja divergências sobre este aspecto, refuta a aplicação da bomba atômica como uma das possíveis explicações, alegando que o próprio bombardeamento estratégico convencional tinha causado mais danos do que os ataques nucleares. Com relação ao bombardeamento propriamente dito, estudos realizados por oficiais japoneses, com datas anteriores ao bombardeamento, sugerem que o enfraquecimento militar causado pelo bloqueio naval foi a principal causa da rendição. O fato marcante foi a derrota sofrida na Manchúria após o ataque soviético. Ao mesmo tempo em que ocorria o ataque soviético, os EUA planejavam a invasão ao Japão. As lideranças militares japonesa, diante da incapacidade demonstrada por suas enfraquecidas tropas na Manchúria, ficaram convencidas de que o exército japonês não poderia rechaçar a invasão americana. Estes estudos orientavam para a possibilidade de uma rendição antes do início dos ataques aéreos, o que levou o autor a concluir que não foi o flagelo de civis, mas sim a vulnerabilidade militar que influi decisivamente para a rendição japonesa.

No Vietnã, o caso que Pape considera como sendo o mais clássico estudo do emprego da coerção convencional, o efeito do bombardeamento estratégico, *Rolling Thunder*, à cidade de Hanói, no intuito de impedir que o Vietnã do Norte fornecesse armamentos e homens para a insurgência no sul, também resultou em fracasso. Como causa principal, o autor alega que não havia muito que ser destruído e as poucas indústrias destruídas não agregavam valor econômico considerável ao país. (ibid., p.189-195).

Destas análises, Pape (1996, p.316) conclui que o bombardeamento estratégico, nas formas apresentadas, não funciona e, especificamente, se adotado como punição, a exemplo da teoria de Douhet, não favorece o atacante. Adotar níveis de punição de fraco a moderado inspira mais raiva do que medo na população. Por outro lado, bombardeamentos pesados causam apatia e não insurreição contra as lideranças.

Ainda assim, o bombardeamento estratégico como punição continua sendo empregado. Pape encontra três motivos para o fenômeno: serve aos interesses burocráticos das forças aéreas para manter a independência institucional e a autonomia; a crença de dirigentes civis e militares em alcançar uma vitória rápida, barata e sem as perdas de soldados em batalhas no solo, além de ser utilizada

como vingança e manutenção do moral e, finalmente, a deliberada omissão da brutalidade das campanhas de bombardeio estratégico para protegê-los das críticas acaba por ser um fator impeditivo para se realizar uma avaliação precisa dos seus resultados militares. (PAPE, 1996, p. 326-329).

A história mostrou que a teoria precursora do poder aéreo estava equivocada e que, embora o emprego da aeronave como plataforma d'armas seja um importante elemento para o desfecho de uma batalha, a sua aplicação isolada, sem o emprego de outras forças de superfície, pode ser tão dispendiosa quanto a própria guerra de atrição e, ainda, não produzir o efeito desejado.

2.4 A ESTRATÉGIA DE OBJETIVOS LIMITADOS

A guerra de atrição bem como a *blitzkrieg* (que será vista mais adiante) tem como objetivo principal a destruição do poder militar do inimigo. No entanto Mearsheimer (1983) apresenta outra estratégia onde o objetivo principal não é uma vitória decisiva sobre as forças inimigas, mais sim a captura de um segmento territorial do oponente que o autor classifica como objetivo limitado.

Esta estratégia é utilizada quando o poder ofensivo tem como objetivo conquistar uma parte específica do território inimigo, mas deseja evitar um confronto direto com o poder militar principal do defensor. Segundo o autor, para implementar esta estratégia o atacante deve ganhar o território pretendido enquanto a força defensiva ainda for fraca na região, sendo necessário derrotar apenas uma pequena parcela das forças de defesa. Para isso o autor considera essencial a aplicação do fator surpresa.

Mearsheimer (1983) ressalta que, como a destruição total do poder militar do defensor não é o objetivo, a tendência é que o conflito se transforme numa guerra de atrição. No entanto, o que diferencia a estratégia de objetivos limitados da estratégia de atrição é a conquista de parte do território inimigo antes da concentração das suas forças defensoras principais. Dessa forma o atacante inverte a condição, passando a uma posição defensiva no terreno.

Ao subverter a condição de força ofensiva para defensiva, o atacante passa a contar com o cálculo já mencionado na guerra de atrição que atribui uma vantagem para a defesa de, aproximadamente, 3:1 em relação ao poder ofensivo. Para atingir

esta condição, é necessário que o atacante lance mão da surpresa para possibilitar o esmagamento das forças defensivas locais antes que a força defensiva principal seja mobilizada. “O defensor para restabelecer o *status quo* é obrigado a dar início a uma guerra de atrição.” (MEARSHEIMER, 1983, p.53).

O autor explica que sucesso depende, em grande escala, na configuração da defesa, embora a capacidade do atacante não possa ser ignorada. Para o defensor, o ideal é que as suas defesas estáticas estejam em posições avançadas em relação a linha de contato do objetivo limitado. Se essas forças são mantidas nestas posições durante o tempo de paz e com um grau razoável de preparação, mesmo que o invasor consiga uma surpresa estratégica, ele é susceptível de encontrar forte resistência. Por outro lado, se o defensor não costuma manter suas forças em posições avançadas, o atacante encontra pouca dificuldade para obter seus objetivos, considerando que ele vai conseguir surpreender estrategicamente o adversário.

Quando a surpresa estratégica não é possível de ser atingida, é necessária, pelo menos, uma surpresa tática. Mearsheimer (1983, p. 54) considera que esta alternativa não é desejável, especialmente se o defensor tem como característica uma defesa com mobilidade. Esta condição da defesa, projetada para parar um ataque nos pontos de partida da força ofensiva é o melhor preparo para frustrar uma estratégia de objetivos limitados desde que as forças defensivas estejam em posições avançadas quando o ataque começar.

Em dois casos específicos o autor ressalta a ocorrência dos fatores acima como determinantes para as forças envolvidas terem empreendido a estratégia.

O primeiro caso foi quando, no final de setembro de 1939, Hitler informa aos seus comandantes militares a decisão de lançar uma ofensiva contra o oeste e que esta ofensiva deveria ocorrer até meados de fevereiro de 1940, utilizando-se da estratégia de objetivos limitados.

Assim, podemos identificar três atores principais: Hitler e dois grupos dentro do Exército. A complexa interação entre os três, não só estimularam os esforços de Hitler para lançar o exército alemão na persecução da estratégia de objetivos limitados, mas também levou à adoção de *blitzkrieg* usada em maio de 1940. A primeira coalizão composta por três generais percebeu que uma vitória decisiva no Ocidente não era possível e que a única alternativa viável seria uma estratégia de objetivos limitados. Eles foram fortemente

entusiasmados por essa estratégia, ainda que eles pensassem que esta estratégia poderia provocar uma guerra de atrição. (ibid., 1983, p. 106).

Embora haja três teorias para explicar a falha da dissuasão no caso da decisão das lideranças alemã de iniciar a guerra na frente no oeste entre 1939 e 1940, a combinação da estratégia de objetivos limitados, na primeira fase, e da *blitzkrieg* na segunda, adotada por Mearsheimer, parece mais provável.

A primeira teoria adota como premissa a crença na superioridade militar alemã no período, no entanto estudos de documentos elaborados por ambas as partes nos primeiros anos da guerra constatou que na verdade havia uma equiparação numérica entre a soma das forças aliadas quando comparadas ao total da Alemanha. A segunda supõe que a decisão de iniciar a ofensiva parte de uma deliberação não racional de Hitler que teria arrastado seus comandantes militares para a guerra e que o desfecho, favorável a Alemanha, não era esperado por eles. Esta explicação perde o sentido quando se examinam os planos iniciais para ofensiva alemã que tinha como objetivo conquistar os Países Baixos antes que os aliados ocupassem a região. Caso os aliados obtivessem sucesso, ficariam em uma excelente posição para atacar a Região do Ruhr. Outro motivo era o objetivo maior de Hitler de conquistar a hegemonia na Europa, conquistando a França e depois a Inglaterra.

Não era possível para a Alemanha empreender uma guerra de atrição nos moldes do que fora feito contra a Polônia⁵, principalmente, pela equidade com as forças aliadas e pelo desgastes sofridos contra a Polônia. Pelos mesmos motivos a *blitzkrieg* não era uma opção razoável. Hitler e o seu alto-comando diminuíram as metas iniciais e optaram pela estratégia de objetivos limitados, conquistando os Países Baixos para, então, formar uma base para conduzir as operações aéreas e navais contra a Inglaterra ao mesmo tempo em que protegia a região do Ruhr.

⁵ Segundo Mearsheimer (1983, p. 102), o plano alemão na Polônia não foi uma *blitzkrieg*, mas uma estratégia de atrição. Os alemães atacaram as duas extremidades da linha defensiva polonesa, empurraram o exército polonês para trás, e envolveu-o. Com efeito, os alemães atacaram numa frente ampla e, simplesmente, dominaram o exército polonês que era mal equipado e inferior numericamente. Embora as divisões *panzer* e as divisões motorizadas tivessem desempenhado um papel importante na vitória, eles foram limitados a atacar as divisões da infantaria polonesa e não foram autorizadas a implementar uma estratégia de penetrações profundas.

A escolha desta estratégia ocorreu, principalmente, pelo fato de Hitler não estar seguro se a derrota total dos aliados, naquela ocasião, seria possível através da *blitzkrieg* e a guerra de atrição, por outro lado, estava fora de cogitação devido as lembranças dos efeitos dessa estratégia na I GM.

Na segunda metade do século XX, nas Guerras Árabe-Israelense ocorridas em 1956, 1967, de 1968 a 1972 (guerra de atrição) e 1973, observa-se o segundo caso ressaltado por Mearsheimer da aplicação da estratégia de objetivos limitados. As lideranças do Egito optaram por essa estratégia, em 1973, na Guerra do Yom Kippur, após sofrer duas derrotas para a *blitzkrieg* de Israel (1956 e 1967), e outra na guerra de atrição de 1968 a 1972. Diante desses fracassos, os egípcios chegaram à conclusão que não seria possível anexar a região do Sinai, lançando uma ofensiva para derrotar completamente o inimigo.

Segundo Citino (2004), a formação da Força de Defesa de Israel (*Israel Defense Force* - IDF) sofreu grande influência do General de carreira Moshe Dayan. O primeiro contato de Dayan com as armas foi aos dez anos de idade e aos quatorze participou das lutas contra os árabes, defendendo a Muralha Oeste de Jerusalém, em 1929. Durante a revolta árabe, em 1937, Dayan serviu como guia para as forças britânicas, quando então, pode tirar lições das falhas dessas forças: “Tornou-se claro para mim que a única maneira de lutar contra eles [os árabes] era tomando a iniciativa, atacando-os nas suas bases, surpreendendo-os enquanto eles estavam se movendo.” (DAYAN apud CITINO, 2004, p. 157, tradução e observação entre colchetes nossa).

Dayan foi líder do comando na Guerra de Independência, em 1948. Nesta ocasião, quando acompanhando o corpo de um americano judeu morto na guerra enquanto servia na IDF, conheceu Abraham Baum, que tinha servido em um batalhão de carros de combates americano. Baum, um entusiasta da guerra de movimentos, alertou-o que, embora Dayan estivesse fazendo um excelente trabalho em Israel, ele deveria fazer ataques com carros e movimentos, “atirando e dirigindo, atirando e dirigindo” (CITINO, 2004, p. 157). Com este pensamento, Dayan formou a doutrina da IDF, lançando a *blitzkrieg* na Campanha do Sinai, em 1956. Iniciada em 29 de outubro, teve o seu desfecho em apenas 8 dias, quando Israel conquistou a Península do Sinai, capturando mais de 5.000 soldados árabes. As baixas israelenses contabilizaram 172 mortos e 700 feridos.

Após a Campanha do Sinai Israel e Egito continuaram reforçando suas tropas. Israel adquiriu equipamentos franceses e americanos e o Egito equipamentos soviéticos. As tensões continuaram altas e, em 5 de junho de 1967, Israel toma a iniciativa da ofensiva, imprimindo um nível tão elevado de velocidade, surpresa e destruição que Crevelde (1998 apud Citino, 2004, p.166) define a ação como sendo “o apogeu da *blitzkrieg*”. (CITINO, 2004).

Convencidos de que não poderiam derrotar Israel numa guerra de manobras, os egípcios optaram por uma guerra de atrição, apostando que Israel não pagaria um custo alto para ressuprir as fortificações que formavam a linha defensiva do canal de Suez, conhecida como Linha *Bar-Lev*. E, de fato, Dayan, então Ministro da Defesa na ocasião, temia que com a intensificação do conflito pudesse ocorrer uma intervenção soviética. No entanto, o número de mortes dos soldados israelenses fez com que a opinião pública demandasse uma ação decisiva do governo. (MALKASIAN, 2002, p. 206-209).

A guerra de atrito não pôde ser evitada nos conflitos ocorridos entre 1968 e 1970 e a conquista estratégica de Israel dos 240 km de deserto pela região do Sinai que afastavam seus centros populacionais da fronteira com o Egito foi mantida com batalhas sangrentas como retrata o comentarista militar Gen. de Divisão Chaim Herzog (1977), ex-diretor do Serviço de Informações Militares de Israel e sexto presidente de Israel.

Para a nova investida do Egito, o plano básico era atravessar o Canal de Suez, capturar uma parte estreita do território no Sinai e, uma vez capturado este território, estabelecer uma defesa forte o suficiente para que as tropas de Israel não fossem capazes de penetrar. Com esta operação, os egípcios esperavam que Israel sofresse pesadas baixas na tentativa de retomar as posições. Desta forma, após se estabelecer na região, as lideranças egípcias acreditavam que os israelenses não se envolveriam numa guerra de atrição mais pesada. Outra possibilidade seria a intervenção dos países centrais após a conquista de posições defensivas nas margens do Sinai criar uma situação a seu favor.

Com relação à intervenção da diplomacia internacional, Herzog (1977, p.377) destaca que os egípcios cumpriram esse objetivo. No entanto, a autor assinala que com relação às potências mundiais a intervenção da URSS e dos EUA foi, justamente, no movimento de suprir os Estados envolvidos. Enquanto a URSS já

vinha, sistematicamente, fornecendo armamentos ao Egito e a Síria, os EUA foram em socorro de Israel fornecendo, aproximadamente, “2.200 toneladas de armas e munição em mais de 560 vôos”, ainda que este ressurgimento só tenha ocorrido após as várias tentativas do embaixador israelense, nos EUA, de superar os entraves burocráticos.

Herzog (1977), ao analisar as estratégias adotadas pelos beligerantes, ressalta que a questão central na falha na dissuasão na Guerra do Yom Kippur, em (1973) foi o fato de que os decisores de Israel avaliaram as intenções do Egito, fortemente, influenciado pela guerra de atrição de 1968 a 1970, o que levou a crença do Estado-Maior israelense de que os egípcios não tentariam atravessar o Canal de Suez sem alcançar a superioridade aérea:

Nesse ponto reside um dos erros fundamentais da avaliação da estratégia árabe – a falha em estimar que os egípcios poderiam optar por uma solução militar limitada à segurança proporcionada pelo “guarda-chuva” de mísseis e, conseqüentemente, desenvolver uma estratégia limitada. O erro do Estado-Maior de Israel segundo seus próprios padrões de pensamento militar; não lhes ocorreu que os árabes poderiam chegar à conclusão de que poderiam atingir seus objetivos militares por meio de uma estratégia limitada sob a cobertura de seu “guarda-chuva” de mísseis. (ibid., 1977, p. 376).

A doutrina de dissuasão de Israel falhou. No entanto, embora os árabes tivessem conseguido colocar em prática a estratégia de objetivos limitados, alcançando a surpresa operacional e estratégica, Israel conseguiu imprimir uma derrota esmagadora na batalha de blindados ocorrida no deserto do Sinai.

Enquanto os egípcios mantinham o planejamento para uma guerra de objetivos limitados estavam imprimindo grandes perdas na IDF. Mas, outro acontecimento fez com que as lideranças militares do Egito abandonassem a estratégia e partissem para a ofensiva no Deserto do Sinai. A Síria, que estava próxima da capitulação, na frente no Monte Golan, apelou para que os egípcios ajudassem, partindo para o ataque no Sinai. O presidente egípcio Anwar Sadat, temendo a condenação do mundo árabe, caso não ajudasse os seus aliados sírios, ordenou a ofensiva. Fora do alcance dos mísseis ar-terra, a Força Aérea Israelense,

aliada as estratégias militares dos generais da IDF, pode equilibrar a diferença de 1.500 blindados egípcios contra 500 israelenses⁶.

Aproveitando o crescente moral das suas tropas e, em contrapartida a queda do moral árabe, Israel realizou a travessia do Canal de Suez, aplicando a combinação de suas armas, surpreendendo os egípcios na outra margem do Canal. Graças à intervenção da política internacional os árabes conseguiram escapar de mais uma derrota humilhante, a exemplo do que havia acontecido em 1967.

Ao se analisar os conflitos acima, cinco fatores se fizeram presentes, influenciando diretamente nos desfechos. Para se estipular o cálculo da dissuasão, no intuito de frustrar a estratégia de objetivos limitados, deve-se verificar as seguintes condições:

- a) a capacidade de imprimir a surpresa estratégica da força ofensiva;
- b) o poder militar que o atacante poderá empregar;
- c) o posicionamento do defensor na região do objetivo limitado com relação a fronteira;
- d) a prontidão do defensor;
- e) a capacidade de mobilização da principal força de defesa.

2.5 A GUERRA RELÂMPAGO – BLITZKRIEG

2.5.1 A IDEALIZAÇÃO CONTROVERSA

Os estrategistas ingleses e franceses (com a notável exceção de Liddell Hart e Charles de Gaulle) destacariam a ofensiva de Guadalajara como prova de que um avanço blindado era estratégia sem valor. Os alemães, pelo contrário, sabiam que não fora adequadamente realizado e que, para começar, as tropas italianas estavam mal treinadas para tal manobra. (BEEVOR, 2007, p.313).

A “tal manobra” a que o trecho acima se refere é uma ação mecanizada através da combinação de carros-de-combate, bombardeio de mergulho, artilharia e infantaria, promovendo grande cadência de tiro, superioridade material e de poder

⁶ CHOQUE de Titãs – Tanques no Sinai. Guerra na Paz. Rio de Janeiro: Ed. Rio Gráfica, 1984, V. 4, p. 880 – 884.

de fogo, empregadas de forma maciça em pontos decisivos. Essa ação, explorando a surpresa e a velocidade, proporcionava ao atacante uma profunda penetração nas linhas inimigas, utilizando-se da tática de infiltração e flanqueamento. Com a destruição das linhas de comunicação, a desordem e as perdas materiais eram inevitáveis. O defensor perde bem mais do que a vantagem física. Ele fica desmoralizado e paralisado.

A descrição acima pode ser encontrada em vários livros e artigos de autores que retratam as estratégias militares como, por exemplo, Geyer (2003), Bond e Alexander (2003) e o próprio Mearsheimer (1983) dentre outros, todos reproduzindo as palavras dos defensores da *blitzkrieg*.

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, destacaram-se como visionários da utilização dos carros-de-combate como “um tipo moderno de cavalaria pesada” (HART, 1925, *apud* BOND e ALEXANDER, 2003, p. 183) que deveria ser empregada de forma maciça contra o ponto fraco do exército inimigo, o Coronel J. F. C. Fuller, o escritor de matérias militares Basil H. Liddell Hart e o então Coronel Francês Charles de Gaulle.

Algumas tentativas frustradas de explorar a ação dos carros-de-combate como doutrina foram feitas tanto pelo exército francês como pelo inglês. Na França, os ministros da guerra de 1935, Jean Fabry e de 1936, Daladier, este último do Partido Radical, com medo dos blindados pesados atentarem contra a democracia, pressionaram Gamelin a abandonar o projeto, alegando que soldados de carreira associados a estas armas tinham conotação de golpe de estado. Além disso, uma tentativa fracassada dos Generais Weygand e Gamelin de mostrar o valor de um “destacamento mecanizado de combate” em Mailly, em 1932, associados à forte tendência de uma estratégia defensiva originada pelas perdas e devastações da I GM, materializada no governo francês pela construção da Linha *Maginot*, causaram a desmobilização da unidade de blindados e o retardamento do seu desenvolvimento futuro. Na Inglaterra, “o conservantismo militar tradicional e a crise financeira limitou severamente e muito desencorajou inovações e experimentos futuros”, mesmo depois de uma demonstração bem sucedida, elaborada pelo Brigadeiro Charles Broad, em 1931, quando a 1ª Brigada de Regimentos Reais de Tanques mostrou a sua eficiência para o Conselho do Exército Britânico. (BOND e ALEXANDER, 2003, p. 177 – 210).

Comparando os pensamentos do Estado-Maior Britânico e, principalmente, do Francês, com o pensamento do Estado-Maior Alemão, Miksche (1942) chama a atenção que, como os dois primeiros, o Estado-Maior Alemão discutia e argumentava sobre a questão de se utilizar tanques ofensivamente. No entanto, buscou experimentos práticos para consolidar a nova doutrina:

Mas não estava satisfeito com a discussão ou com manobras em tempo de paz, ele precisava da prova. Precisava de uma base sólida de experiência e de fato, sobre a qual poderia construir seus preparativos para a *Blitzkrieg* que iria lançar sobre a Europa. (ibid., p. 32, tradução nossa).

Segundo Biddle (2002, p. 98), quando a II GM começou, as Divisões Panzer da Alemanha angariaram uma série de “deslumbrantes vitórias” avançando ofensivamente como uma ponta de lança contra as forças defensivas aliadas mal conduzidas.

De fato, as forças alemãs, através da combinação de armas, surpreenderam tanto a Europa Ocidental como a URSS. A *blitzkrieg* nazista teve um papel fundamental para os desfechos das batalhas de 1939-41. No entanto, esta trajetória vitoriosa da estratégia alemã, no começo da guerra, teve início anos antes da eclosão do maior evento bélico que a humanidade já presenciou. O laboratório estava à disposição dos países centrais do continente, mas, efetivamente, somente a Alemanha soube valorizar adequadamente a oportunidade.

2.5.2 A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Ao retornarmos a citação de Beevor feita na seção anterior, que retrata o fracasso da tentativa do Exército Italiano em pôr em prática a *blitzkrieg* contra as unidades republicanas na Batalha de Guadalajara, pode-se observar como este evento alimentou os críticos da mecanização da infantaria.

Miksche (1942, p. 37) ressalta que este confronto serviu para os opositores da aplicação ofensiva dos carros-de-combate reforçarem suas teorias de que estes não eram necessários na frente de batalha. Mas o Estado-Maior Alemão teve outro

ponto-de-vista, “talvez blindados pelo profundo desprezo pelos soldados italianos”: eles deduziram que o problema não era “o fazer” e sim quem estava tentando fazer.

Os observadores militares alemães puderam tirar alguns ensinamentos que viriam consolidar a estratégia para o seu emprego contra os aliados na II GM. Miksche (1942) considera Batalha de Guadalajara um excelente exemplo de como não se deve empregar um ataque mecanizado.

Primeiro, embora tivessem utilizado a surpresa, não exploraram a velocidade e, após romperem a linha de defesa republicana diminuíram a velocidade de progressão, permitindo a formação de uma segunda linha de defesa mais forte. Segundo, não observaram as condições climáticas que impediram o apoio aéreo, na sua maioria baseados próximos a cadeias de montanhas intransponíveis quando coberta por nuvens. Terceiro, os veículos não eram os mais adequados para as condições do terreno que, no caso específico, era lamacento.

O material motorizado não era adequado para as condições meteorológicas ou do terreno. O bom trabalho de engenheiros pode fazer uma boa estrada transitável, mesmo quando ela foi fortemente bombardeada, mas nada pode fazer quando uma estrada de barro fica intransitável para certos veículos. (ibid., 1942, p. 37, tradução nossa).

Outra batalha, a de Brunete, teve também importância para as conclusões erradas do Estado-Maior Francês com relação à modernização da guerra. Os Republicanos, detentores de superioridade material (especificamente nesta batalha), principalmente de blindados, e se aproveitando da surpresa, não conseguiu dividir o Exército Nacionalista de Franco. As cinco brigadas internacionais e as formações comunistas somavam 70.000 homens, 132 blindados, 43 outras viaturas blindadas, 217 canhões de campanha, 50 bombardeiros e 50 caças (BEEVOR, 2006). Miksche (1942) e Beevor (2006) atribuem o fracasso republicano à falta de concentração do fogo combinado, aplicando as divisões e blindados de “forma espalhada”. Outro fator, as posições conquistadas inicialmente eram perdidas devido ao erro estratégico de conquistar e manter os pontos fortes (*thrust-point tactics*) com a primeira força ofensiva ao invés de deixar a tarefa de mantê-la para a segunda linha, o que permitiria o contínuo avanço da primeira. Este fato causou a paralisação da tropa de rompimento, permitindo a reorganização da defesa para o contra-ataque.

Mesmo quando a aplicação da *blitzkrieg*, principalmente a partir de 1938, era feita com a aplicação correta da combinação de fogo, infiltração e estabelecimento dos pontos fortes, como no caso das batalhas ao redor de Bilbao, Teruel, Aragão, dentre outras, os militares e analistas franceses não conseguiam valorizar corretamente os acontecimentos no campo de batalha por achar que a Guerra Civil Espanhola acontecia numa escala muito pequena e a uma velocidade muito lenta. (MIKSCHE, 1942).

No entanto, o autor complementa que nenhum observador militar treinado poderia deixar de detectar que, nas campanhas na Espanha, uma série constante e cuidadosa de experimentos realizados em pequena escala e lentamente eram as condições primordiais para o estudo:

O uso de novos armamentos como o bombardeiro de mergulho e as submetralhadoras foram estudados lá, juntamente com o uso de tanques e aviões em combinação. Então, adaptar e se necessário modificar armas e táticas para atender as necessidades que se apresentavam. (MIKSCHE, 1942, p.32, tradução nossa).

Ao despontar a II GM, a Alemanha deu mostras que soube aproveitar os ensinamentos colhidos na Guerra Civil Espanhola. E, “a compreensão de que o comando inimigo poderia ser paralisado por meio de súbito e rápido ataque”, contribuição do General alemão Guderian para o emprego dos blindados (FULLER, 1966, p. 248), levou os nazistas a investir esmagadoramente sobre os seus alvos, como foi demonstrado nas ofensivas contra Polônia, Noruega e França, vitórias que, segundo Citino (2004), até os dias atuais continuam sendo o auge da arte militar moderna.

O Estado-Maior Alemão entrou na guerra com uma visão de que uma vitória rápida poderia ser atingida através de uma guerra de movimento num nível operacional. [...] Os oficiais alemães estavam convencidos da exatidão da sua doutrina. Eles tinham trabalhado laboriosamente em exercícios operacionais durante o período entre guerras, exercícios desenvolvidos em torno do tema da cooperação e da coordenação entre as forças aéreas e terrestres. Sua confiança cresceu após a vitória sobre a Polônia, e mais ainda depois do triunfo incrível do *Case Yellow*⁷. (ibid., 2004, p. 73, tradução nossa).

⁷ Nome usado pelos alemães para se referir as batalhas de Flanders e Artois. (CITINO, 2004).

Muito embora Mearsheimer (1983) defenda que o plano inicial da Alemanha era aplicar a estratégia de objetivos limitados para depois, já com recursos garantidos, suportar uma guerra de atrição contra os aliados, ele assume que foi a capacidade de implementar a *blitzkrieg* que a impulsionou para ofensiva. O que acabou por ocorrer nas batalhas que se seguiram. A crença alemã na sua capacidade fez com que a dissuasão dos aliados falhasse.

2.5.3 A ARMA AÉREA E A *BLITZKRIEG*

Não foi só a aplicação dos blindados como arma ofensiva que foi negligenciada pelas nações vitoriosas na I GM. No período entre-guerras, as teorias de Douhet, Trenchard e Mitchell não surtiram o efeito necessário para o desenvolvimento de forças aéreas suficientemente poderosas e independentes. A Força Aérea Real Inglesa (RAF), a única independente, havia sofrido uma considerável redução. No entanto, a Alemanha, mesmo restrita pelo Tratado de Versalhes, soube valorizar e desenvolver, mesmo que secretamente, a sua capacidade aérea. (Garden, 2002).

A Luftwaffe, criada em 1935, como um serviço independente, acabou por adotar uma doutrina própria para o emprego da arma aérea, diferente das preconizadas, até então, pelos teóricos do poder aéreo:

A Luftwaffe era primeiramente treinada e equipada para atacar as forças inimigas no ar, no solo e no mar. Ela foi projetada para concentrar poder de fogo para dismantelar e destruir a capacidade militar do adversário. A doutrina alemã da *Blitzkrieg* requeria poder aéreo antecipado e maciço para dar suporte ao combate a força inimiga. (ibid., p.144, tradução nossa).

Mais uma vez os autores ressaltam a Guerra Civil Espanhola como um evento de grande importância para os experimentos bélicos de guerra moderna. Garden (2002) observa que foi nos céus da Espanha que as armas aéreas da União Soviética, Itália, Alemanha e da própria Espanha desenvolveram as suas táticas valorizando corretamente o emprego do poder aéreo. A União Soviética, que viria a compor as nações aliadas contra a Alemanha, foi a única que aplicou o poder aéreo

na guerra da Espanha, entretanto utilizava bombardeiros de pouca precisão e, na sua maioria, vulnerável aos aviões de caça alemães. Sem negligenciar a experiência que o laboratório espanhol era capaz de fornecer, a Alemanha verificou que o emprego do avião em operações conjuntas com as forças de superfície trazia resultados bastante favoráveis, passando, então, a exercitar esta doutrina.

Quando Hitler reestruturou a *Luftwaffe*, o primeiro Chefe de Estado-Maior, o Gen. Walther Wever publicou o manual “A Condução da Guerra Aérea”, que estabelecia claramente a aplicação da aviação combatendo conjuntamente com as demais armas. Isoladamente, as ações deveriam ser dirigidas para objetivos que contribuíssem para o alcance da superioridade aérea e outros objetivos militares definidos. Ataques a centros populacionais eram explicitamente proibidos por serem considerados contraproducentes e contrários as leis da guerra. (CREVELD, 1994, p. 28).

O Estado-Maior Alemão fez mais do que acompanhar a tendência do emprego do avião àquela época. Na vanguarda da modernização do emprego dos meios bélicos na guerra moderna, não aplicou, inicialmente, o bombardeamento estratégico como uma estratégia de punição, preconizado por Douhet.

Pape (1996, p. 70) ressalta que os alemães foram os primeiros a empregar o avião para romper as linhas inimigas na frente de batalha em estreita cooperação com as tropas de superfície. Além disso, o bombardeamento aéreo funcionava como uma espécie de “artilharia aérea” para atingir alvos fixos e móveis próximos aos pontos de ataque, mas ainda fora do alcance da artilharia do exército. Outro aspecto fundamental era a possibilidade de impedir o reforço por de traz das linhas inimigas e próximos a linha de frente. O autor aponta três aspectos que favoreceram a consolidação da doutrina alemã de emprego da arma aérea em combinação com as forças terrestres:

- a) como o tratado de Versalhes proibia o desenvolvimento, na Alemanha, de uma força aérea independente, ela se desenvolveu, secretamente, sob a tutela do exército até 1935. Este fato não deu oportunidade para uma criação de uma doutrina de emprego independente;
- b) o aprendizado na Guerra Civil Espanhola de que o ataque a centros populacionais afetava muito menos o moral do povo inimigo do que o

esperado e de que a precisão dos bombardeamentos a alvos industriais estava abaixo dos seus limites tecnológicos;

- c) não era um objetivo estratégico do III Reich destruir a força industrial européia, mas sim anexá-las.

Desta forma surgiu, então, o conceito de utilização do poder aéreo para negar ao inimigo as realizações dos objetivos militares no campo de batalha.

A estratégia da negação procura frustrar a estratégia militar do inimigo para tirar ou manter os seus objetivos territoriais conquistados, obrigando-os a fazer concessões com a finalidade de evitar despesas desnecessárias de recursos adicionais. Assim, as campanhas de negação são geralmente centradas sobre a destruição das fábricas de armamentos, interdição de fornecimentos de produção para frente de batalha, a interrupção do movimento e da comunicação no teatro de operações e o desgaste das forças desdobradas. (ibid., p.69, tradução nossa).

Quando a II GM começou, a Alemanha estava mais bem preparada para a luta, pois, além de desenvolver secretamente o seu parque aeronáutico, tinha tripulações mais bem preparadas, pois já haviam acumulado experiência na Guerra Civil Espanhola, e também já havia desenvolvido uma doutrina própria para utilização da arma aérea em combinação com os blindados, artilharia e infantaria.

Na Batalha da Noruega, Citino (2004, p. 42, tradução nossa) destaca o emprego da *Luftwaffe*:

A real diferença na Noruega, contudo, foi o poder aéreo. A *Luftwaffe* fez a campanha vitoriosa possível. O *X Fliegerkorps* foi uma força onipresente nessa campanha. Ela quebrou a resistência e as posições fortificadas da Noruega nas cruciais primeiras horas; encabeçou as forças terrestres germânicas em suas duas frentes dirigidas de Oslo através de Gudbrandsdal e Osterdal para efetivar a ligação com Trondheim [...]

Segundo o autor, a operação possibilitou a Alemanha se manter superior às forças navais na região. Uma operação de transporte aéreo de tropas mobilizadas por quinhentas aeronaves sustentou o reforço das tropas e o ressuprimento. Esta ponte-aérea, uma inovação alemã, garantiu a manutenção da posse das posições isoladas em Trondheim.

Mearsheimer (1983) faz considerações favoráveis ao apoio aéreo, principalmente na ofensiva alemã de maio de 1940 e na ofensiva de Israel contra as forças egípcias em 1967 e 1973. Ressalta que os aviões de ataque ao solo são armas ideais e que, devido à mobilidade inerente a aeronave, é a arma mais flexível, funcionando como um complemento perfeito para as forças blindadas de movimento rápido. Outras qualidades evidenciadas são os poucos problemas logísticos ou problemas de comando e controle em relação à artilharia. E acrescenta: “uma força de ataque que enfrenta uma falta de defesa, tanto de um sistema eficaz de defesa aérea no solo ou de aviões de caça, poderia tirar o máximo proveito dos seus aviões de ataque ao solo”. (ibid., p.199, tradução nossa).

Após a II GM ocorreram outros conflitos e o que se viu, em alguns deles, foi que a crença de uma das partes na sua capacidade de aplicar a *blitzkrieg* como principal estratégia causou a falha da dissuasão. Mearsheimer (1983) destaca as Guerras Árabe-Israelense (1956, 1967 e 1973) como um caso em que uma das forças, Israel, estava preparada para o uso dessa estratégia. Segundo Citino (2004), nas guerras de 1956 e 1967, Israel tomou a iniciativa, combinando astúcia e surpresa, movimento e agressividade, antecipando-se e improvisando melhor no campo de batalha numa guerra de movimento sem comparação desde o desempenho da *Wehrmacht* nos primeiros anos da II GM.

A improvisação nos campos de batalha é considerada uma característica marcante das tropas israelenses. Citino (2006) acrescenta que, durante o conflito de 1956, alguns comandantes militares como Ariel Sharon, Ben Ari e Simchoni desobedeceram a ordens diretas de Dayan, deixando de entrar em combate quando determinado pelo comandante ou fazendo-o quando as ordens eram para evitar a luta em determinadas situações. No entanto, Dayan não era um comandante comum e, de certa forma, simpatizava com as iniciativas vindas dos comandantes nos campos de batalhas. Esta característica de comando e controle flexível é destacada por Mearsheimer (1983) como sendo fundamental para se empregar com sucesso a *blitzkrieg*.

Esta capacidade foi decisiva para os líderes decidirem lançar as ofensivas militares de 1956 e 1967, ou ainda uma contra-ofensiva, em 1973, quando o Egito tomou a iniciativa da ofensiva, empregando a estratégia de objetivos limitados.

Para se valer de um caso mais recente, pode-se analisar os fatores apresentados por Pape (1996) quando examina a Primeira Guerra do Golfo em 1991. Este conflito, mais recente, tem como característica a análise equivocada de especialistas, onde, de uma maneira geral, houve a interpretação de que a estratégia aérea, sozinha, foi suficiente para ganhar a guerra. Esse conflito apresentou a coerção aérea⁸ sob duas formas: a decapitação e a negação. Para Pape, somente a coerção aérea não foi suficiente para retirar as tropas iraquianas do Kuwait. No entanto, ela foi fundamental para o emprego vitorioso das tropas da Coalizão.

O autor apresenta esse conflito como sendo o mais importante caso no qual se tentou utilizar o bombardeamento estratégico para decapitar as lideranças do oponente com o objetivo de alcançar a vitória, mudando ou paralisando o governo inimigo. A estratégia priorizou a decapitação, num primeiro momento, atacando políticos, líderes militares e a rede de comunicação, ao invés de focar os bombardeamentos as indústrias que fomentavam o poder militar.

O plano inicial da Coalizão, em 25 de agosto de 1990, era, segundo Putney (1993 apud Pape, 1996) empregar o poder aéreo, primeiro, conforme as seguintes fases:

- a) Fase I: Campanha Aérea Estratégica – obter superioridade aérea sobre o Iraque e “aleijar” a liderança política e militar;
- b) Fase II: Campanha Aérea no Kuwait – ganhar a superioridade aérea sobre o Kuwait para permitir a operação das aeronaves de asas fixas e rotativa (helicóptero);
- c) Fase III: Atrição com as Forças de Combate Terrestre – reduzir a capacidade das tropas terrestres iraquianas, reduzir a possibilidade de ataques químicos e destruir a capacidade da Guarda Republicana do Iraque para reforçar as tropas iraquianas no Kuwait;
- d) Fase IV: Ataque Terrestre – ajudar a expulsar as tropas iraquianas do Kuwait.

⁸ Pape (1996 seção 3) apresenta a coerção aérea dividida em dois grupos: o bombardeamento estratégico que engloba três formas de aplicação, a punição, o risco (escalada da punição) e a decapitação; e a interdição sob a forma de negação com aplicação direta sobre alvos militares no campo de batalha e sobre as fábricas que fomentem o aparato militar.

No entanto, os líderes do exército forçaram a adoção do ataque aéreo as tropas no Kuwait para diminuir as perdas das tropas da Coalizão. Esta demanda encontrou reforço no fato de a Coalizão ter alocado, abundantemente, os recursos militares na região. Com relação ao número de aeronaves a situação não era diferente, 1.600 aeronaves permitiram a aplicação simultânea da estratégia de decapitação e de negação.

A demanda da Coalizão era a imediata retirada das tropas iraquianas do Kuwait, bem como a destruição da capacidade militar do Iraque para evitar tentativas futuras de anexação dos poços de petróleo da região. Esta segunda condição só poderia ser alcançada de duas maneiras: impondo uma retirada das tropas em poucos dias, o que obrigaria os comandantes ao abandono dos equipamentos convencionais mais pesados ou a destruição desses equipamentos em uma batalha. Ainda que o comportamento da política iraquiana tenha mudado significativamente desde o início da guerra aérea em 16 de janeiro de 1991, o intenso bombardeio da coalizão não foi suficiente para que Saddam atendesse as exigências americanas na sua totalidade. (PAPE, 1996).

A tentativa do presidente norte-americano George Bush de impor ao presidente iraquiano a retirada das suas tropas em sete dias foi frustrada. Saddam não estava disposto a abandonar o seu arsenal e, então, a guerra em terra começou no dia 23 de fevereiro de 1991. No entanto, no dia 26 de fevereiro, o presidente iraquiano fez uma declaração pública, anunciando a sua retirada do Kuwait. Ainda assim, o presidente Bush declarou que a guerra continuaria, a menos que os soldados iraquianos abandonassem seus equipamentos. Para Pape, o que Bush queria, na verdade, era a rendição dos iraquianos e não a retirada. Dos fatos acima se deduz que o Iraque foi coagido. Pape, então, levanta o questionamento: o que teria feito Saddam Hussein mudar de idéia?

Alguns líderes da força aérea acreditaram que o poder aéreo, sozinho, através da operação *Instant Thunder*, seria capaz de forçar a retirada das tropas iraquianas. O principal mentor deste plano foi o Coronel da Força Aérea Americana (*United States Air Force – USAF*) John A. Warden III, que elencava os seguintes alvos:

- a) liderança política e militar – Regime de Hussein, telecomunicação e C³ (comunicação, comando e controle) Militar/Civil e órgãos governamentais de controle interno;
- b) produção – eletricidade, petróleo e NBC (*Nuclear, Biological and Chemical*)⁹;
- c) infra-estrutura – estradas de ferro e pontes;
- d) população – operações psicológicas;
- e) poder bélico – defesas aéreas e capacidade ofensiva estratégica.

Segundo Pape (1995, p. 222, tradução nossa), o próprio Warden resumia seu plano numa sentença curta: “O regime de Saddam Hussein é o nosso alvo – não o povo iraquiano.” No entanto, a operação não conseguiu cumprir os seus principais objetivos. Nenhuma liderança iraquiana foi atingida, os ataques a Bagdá não provocaram insurgência significativa da população ou das elites iraquianas contra o regime de Saddam (como lembra Pape, não houve, no século XX, abandono de governo, através de insurgências internas, provocado por operação militar externa) e prisioneiros iraquianos afirmaram que, embora as comunicações entre Bagdá e as tropas no Kuwait tivessem sido degradadas, não foi o suficiente para impedir o controle de Saddam. A guerra civil iraquiana começou somente um mês após a destruição da rede de comunicação, rede elétrica e refinarias no Iraque. Na verdade, dois dias após a derrota das tropas no teatro de operações.

O objetivo estratégico da operação, que era a retirada imediata das tropas iraquianas e o abandono dos equipamentos, não foi alcançado e a guerra se estendeu bem mais que o ultimato de sete dias anunciado pelo presidente norte-americano¹⁰.

A campanha aérea, utilizando a estratégia de negação, começou em 23 de janeiro de 1991, sem a oposição aérea do Iraque. Os principais alvos foram logo destruídos em missões de ataque que paralisaram as tropas iraquianas. Os ataques

⁹ MANN III (1995) acrescenta que, além dos locais de produção, os bombardeios também procuraram atingir os locais de pesquisa e estocagem dos produtos NBC.

¹⁰ A administração Bush, ainda insatisfeita com as concessões feitas, intermediadas pela URSS, por considerá-las muito brandas (21 dias para se retirar do Kuwait, 4 dias para se retirar da Cidade do Kuwait e interrupção das sanções econômicas), respondeu com um ultimato: o Iraque deveria se retirar do Kuwait, em sete dias e da Cidade do Kuwait em dois dias e deveria anunciar publicamente aceitação destas condições até as 12h do dia 23 de fevereiro. Como porta-vozes do governo americano explicaram, ao mesmo tempo, estes termos foram projetados para forçar Saddam a abandonar o seu pesado arsenal convencional e, ainda, enfraquecer a sua influência política no Iraque e em todo o mundo árabe. (PAPE, 1995).

foram dirigidos, inicialmente, contra pontes, estradas e pontos de ressuprimento. Com o emprego de novas tecnologias como os armamentos de guiamento a laser, a Coalizão produziu ataques precisos direcionados às tropas blindadas, artilharia e comando e controle iraquiano, que ficaram expostos devido à falta de proteção aérea. Em uma segunda campanha, em 15 de fevereiro, bombardeiros B-52 atacaram a linha de frente inimiga, causando milhares de mortes e deserções. Quando a ofensiva terrestre começou, a estratégia de Saddam para causar atrito nas tropas da Coalizão já havia sido frustrada pela estratégia aérea da negação.

Pape avalia que, com a aplicação da estratégia de negação, Saddam não tinha nenhuma razão para acreditar que ele iria perder mais de suas forças ao recuar depois de uma derrota do que ao aceitar os termos EUA para abandonar a grande totalidade de seus equipamentos militares. Por esta razão o presidente iraquiano não teria aceitado o ultimato de Bush.

Ambas as estratégias aéreas falharam em provocar a retirada das tropas iraquianas do Kuwait, abandonando seus equipamentos. De fato, Saddam só retirou suas tropas após o início da ofensiva terrestre, quando já não poderia mais restabelecer a estratégia de desgastar as tropas da Coalizão.

A estratégia da negação demonstrou eficiência em dar suporte à ofensiva terrestre. Ao contrário, nem mesmo a evolução na precisão dos armamentos aéreos conseguiu conferir maior significância para a estratégia de decapitação. Este conflito demonstra que somente a aplicação do poder aéreo não é suficiente para vencer uma guerra, muito embora a arma aérea utilizada em combinação com as tropas tem se mostrado um importante elemento para diminuir o tempo do conflito bem como as perdas de vidas dos combatentes de solo.

Citino (2004) destaca que, na Operação Tempestade no Deserto, este suporte aéreo foi fundamental para as operações das tropas no solo. O intenso e preciso bombardeamento da Coalizão prejudicou a rede comando do Iraque, destruiu boa parte do exército iraquiano no Kuwait, afetando também as linhas de suprimento e comunicação dessas tropas. No entanto, a guerra de manobra das tropas terrestres mecanizadas, avançando contra o flanco e a retaguarda das tropas iraquianas, com o apoio aéreo aproximado, conferiu à operação o destaque de campanha de maior sucesso na história do exército americano, consagrando a *blitzkrieg* como uma estratégia eficiente e eficaz para a aniquilação do inimigo e

perfeitamente desenvolvida para adaptar-se às novas tecnologias utilizadas nos campos de batalhas.

2.5.4 OS FATORES PARA IMPLEMENTAR UMA *BLITZKRIEG*

Mearsheimer (1983) vai buscar nas tensões entre o Pacto de Varsóvia e a OTAN os elementos essenciais para definir o cálculo da dissuasão no caso específico da *blitzkrieg*. Esta possibilidade de conflito estabelecida pelo autor pode ser analisada para extrair os fatores que favorecem a estratégia da *blitzkrieg* e os fatores para defesa frustrar a ofensiva. Ao analisar as perspectivas da dissuasão convencional na Europa Central, no pós-guerra no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, o autor levanta questionamentos para testar os motivos pelos quais o Pacto de Varsóvia não lançou uma ofensiva, sob a estratégia de uma *blitzkrieg* contra as forças da OTAN.

Ainda que, nesse caso, os decisores soviéticos tivessem que considerar a possibilidade de uma retaliação nuclear, o autor ressalta que, para o seu estudo, foi investigada somente a perspectiva da dissuasão convencional.

Ao examinar o balanço das forças, a vantagem pendia para o Pacto numa proporção maior que 2:1, se considerado o grande total do poder militar, no entanto, para o autor a avaliação do grande total, separadamente, não é uma forma precisa de comparação do poder para este tipo de estratégia. Alguns teóricos como Fischer (1976 apud MEARSHEIMER, 1983) utilizam, para efetuar o balanço das forças, as unidades orgânicas e operacionais que podem ser direcionadas para frente de combate o que reduziria a vantagem soviética para 1,09:1. Estudos do Governo Britânico de 1981, portanto 5 anos após o estudo de Fischer, estabeleciam uma vantagem para o Pacto de Varsóvia de 1,2:1. (MEARSHEIMER, 1983, p. 167-169).

Segundo Martin (1985), na comparação dos equipamentos militares a União Soviética também desfrutava de vantagem numérica na seguinte proporção: 2,6:1 com relação aos tanques principais de batalha (*Main Battle Tank* – MBT) e 2,64:1 para a artilharia. Mais uma vez, a comparação numérica pode ser enganosa para auferir vantagem. No caso específico da Europa Central, Mearsheimer lembra que os equipamentos da OTAN eram significativamente melhores que os do Pacto, o que poderia compensar a vantagem numérica dos últimos.

Tabela 1 – Equilíbrio de Poder entre o Pacto de Varsóvia e OTAN entre 1974 e 1983

FATORES	P. VARSÓVIA	OTAN
Gastos militares como % do PIB	16	5,04
Efetivo Militar	6 milhões	4 milhões
Tanques	46.230	17.730
Blindados de Combate/Transporte para Infantaria e Exploração	94.800	33.000
Artilharia de Campanha	38.800	14.700
Aviões de combate	6.445	2.755

Fonte: Martin (1985).

Como Mearsheimer enfatiza, a história tem demonstrado que a análise simples do equilíbrio das forças não é uma condição suficiente para explicar o desfecho de importantes campanhas militares. Ao se levar em consideração que a União Soviética não detinha uma vantagem esmagadora sobre a OTAN para se lançar numa campanha na Europa, ela dependeria de como a estratégia seria implementada. A construção desta estratégia depende, fortemente, da doutrina de emprego difundida para a tropa nos treinamentos em tempo de paz.

A União Soviética já havia experimentado a estratégia da *blitzkrieg* na II GM na ofensiva contra o Japão na Manchúria. Desde então passaram a ter interesse em estudar as lições tiradas do campo de batalha sobre essa estratégia. Este fato foi reforçado pela lenta ofensiva contra Alemanha, no final da II GM, quando os soviéticos desgastaram as forças alemãs através da estratégia da atrição, empregando, maciçamente, a artilharia de campanha. Destes dois episódios, o autor depreende que as lideranças militares reconheciam a importância da estratégia para o desfecho favorável às suas tropas e desejariam implementá-la. Resta saber se os fatores permitiriam colocá-la em prática, na frente oeste dentro do dividido território alemão, contra as forças da OTAN.

O primeiro obstáculo que o autor destaca é com relação ao tamanho das divisões soviéticas. Elas eram consideradas pelos analistas muito pesadas para imprimir a velocidade desejada e muito extensas, o que dificultaria, também, o comando e controle. Outra grande dificuldade seria fazer chegar a quantidade de suprimento necessário para mantê-las operacionais.

Mearsheimer destaca que a *blitzkrieg* depende, em grande parte, da iniciativa dos militares durante a batalha. Entende-se por iniciativa a capacidade dos

combatentes menos graduados, principalmente tenentes, suboficiais e sargentos, de resolver situações sem depender das ordens diretas dos escalões superiores. Além de um elevado grau de treinamento desses militares, essa característica só é, normalmente, encontrada em forças armadas de estruturas mais flexíveis. Reconhecidamente, os exércitos soviéticos não dispunham de uma estrutura flexível:

É muito difícil para o oficial ocidental avaliar a dificuldade deste conceito [iniciativa] como compatível em uma educação soviética normal. Nunca existiu uma palavra no vocabulário russo para definir iniciativa. A idéia de uma iniciativa unilateral e individual é uma anátema para o sistema soviético. O Exército Soviético sempre foi considerado muito rígido e, no mais alto nível, um sistema de comando centralizado combinado com uma doutrina tática universal. (DORNELLY, 1982 apud MEARSHEIMER, 1983, p. 186, observação entre colchetes no original, tradução nossa).

Outro problema que o autor destaca é a questão do treinamento para se executar a estratégia. No pós-guerra, as divisões russas eram compostas, basicamente, de conscritos, na sua maioria com menos de dois anos de serviço nas forças armadas. Portanto, parcialmente treinados ou sem nenhum tipo de treinamento. A situação era agravada pela notória deficiência dos soldados soviéticos em ler e interpretar mapas.

Ainda que o Pacto de Varsóvia pudesse utilizar outra manobra ofensiva contra as forças da OTAN, outro fator a ser considerado era o posicionamento defensivo dessas forças em relação às frentes formadas no território alemão. Segundo Mearsheimer, as forças da OTAN estavam convictas que, se houvesse uma guerra na Europa Central, esta guerra seria perdida ou ganha dentro da Alemanha. Desta forma, para frustrar qualquer iniciativa soviética, as posições defensivas da OTAN estavam em posições avançadas em relação à fronteira alemã, conforme preconizava a doutrina do exército americano.

Com este posicionamento, mesmo que as forças do Pacto conseguissem romper a defesa em um ou dois pontos, precisaria aplicar um estratégia flexível para continuar penetrando profundamente na Europa Central e seria necessário um longo esquema de ressurgimento que estaria sempre vulnerável ao reposicionamento das defesas avançadas.

Em relação ao terreno, as forças soviéticas estavam divididas entre centro e norte. De uma maneira geral, o terreno montanhoso da Alemanha se constituía em obstáculo para o movimento de forças blindadas e onde estes terrenos não eram muito montanhosos existiam outros obstáculos como brejos, rios e cidades espalhadas ao redor de Hamburgo que dificultariam o avanço de grandes forças blindadas na direção da Europa Central. Mearsheimer destaca a região do centro (em direção à Hof, Coburg, Frankfurt e Stuttgart) como em pior condição para se estabelecer uma *blitzkrieg*, pois além de ter que enfrentar as tropas alemãs e americanas, consideradas as mais bem preparadas, era a região mais numerosa em relação a montanhas, rios e florestas, deixando poucos corredores (na verdade somente três) para que o Pacto estabelecesse seus eixos de ataques.

Já a região norte (em direção à Göttingen, Pardeborn, Ruhr, Hannover e Bremen), embora não oferecesse como obstáculos montanhas e florestas, tinham como barreiras naturais alguns rios. No entanto, a maior dificuldade seria atravessar grandes perímetros urbanos das cidades ao redor de Hannover. Segundo o autor, seria praticamente impossível evitar uma guerra urbana que, devido às suas características, são inadequadas às divisões blindadas.

Ao analisar as condições apresentadas por Mearsheimer, que se constituíram impedimento para que o Pacto de Varsóvia fosse capaz de lançar uma *blitzkrieg* contra as forças da OTAN, pode se extrair alguns fatores críticos na busca de um modelo para equiparação do poder entre Estados e testá-los para chegar a conclusão se o Estado defensivo seria capaz de dissuadir o ofensivo que quisesse implementar a estratégia da *blitzkrieg* em um conflito. São eles:

- a) o balanço das forças envolvidas, com relação às suas disposições nas possíveis linhas de contatos (ressalta-se que a história tem demonstrado que este fator, o quantitativo isoladamente, não é determinante para o desfecho de muitas importantes campanhas militares);
- b) o terreno e a vegetação no terreno;
- c) a doutrina de emprego da força ofensiva;
- d) a doutrina de emprego da força defensiva;
- e) o nível de treinamento do atacante para implementar a estratégia;
- f) a logística do atacante para sustentar a estratégia;
- g) a capacidade de mobilização e contra-ataque da força defensiva.

Ao se analisar os conflitos ocorridos no século XX, foi possível identificar os fatores presentes nas ações militares dos estados envolvidos que determinaram o sucesso ou o fracasso da dissuasão nas estratégias de atrição, objetivos limitados e *blitzkrieg*. Com base nesses fatores será feito um estudo de caso hipotético, no qual os atores analisados serão a Venezuela como força ofensiva e o Brasil como força defensiva.

Os atores foram escolhidos devido à reivindicação venezuelana sobre as terras a oeste do Rio Essequibo, terras que hoje são reconhecidas pela diplomacia internacional como pertencentes a Guiana. A Venezuela, para programar uma ação militar contra a Região de Essequibo, encontra dois obstáculos: o terreno montanhoso ao norte e parte do estado brasileiro de Roraima ao sul.

3 A HIPÓTESE DE CONFLITO ENTRE BRASIL E VENEZUELA

3.1 A TENDÊNCIA PACÍFICA DA AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XX

A América do Sul pode ser analisada, do ponto de vista bélico, em duas fases distintas que, praticamente, coincidem com os séculos XIX e XX. Kalevi (1996) classifica a região, durante o século XIX, como sendo propensa a guerras. Semelhante ao que ocorria com a diplomacia europeia daquela época, era comum encontrar no continente sul-americano elementos políticos característicos de regiões em conflito tais como alianças, medo de uma hegemonia (no caso sul-americano, uma hegemonia do Brasil), a busca pelo equilíbrio de poder e corrida armamentista.

Esta condição do século XIX fica bem caracterizada ao se analisar os números das disputas militarizadas entre os anos de 1816 e 1900. Segundo Hensel (1994 apud KALEVI, 1996), somando-se as ameaças de uso da força militar, demonstração de força militar e aplicação desta força o número chega a 42 ocorrências. Entre essas ocorrências, destacam-se seis guerras declaradas como, por exemplo, a Guerra do Paraguai (Paraguai contra a coalizão Brasil, Argentina e Uruguai) e a Guerra do Pacífico, envolvendo Chile contra Bolívia e Peru (estes últimos aliados). Além dessas guerras podem-se ressaltar, também, algumas grandes intervenções armadas. (GOLDESTEIN, 1992 apud KALEVI, 1996).

Segundo Kelly (1997), as disputas territoriais na região estão fortemente correlacionadas ao número de conflitos. Esses problemas de fronteiras surgiram coma as expansões colonias e nacionais nos séculos XVIII e XIX, através de um território ainda pouco conhecido. Com a expansão, começaram a aparecer os povoados e, quando se tentou estabelecer as fronteira através de conceitos como “fronteiras naturais” para se determinar as fronteiras políticas, determinadas

populações já haviam tomado posse de territórios que pertenciam a outros colonizadores. Este foi o caso da expansão espanhola na fronteira da Gran Colômbia que avançou em direção as terras pertencentes aos holandeses, na região de Essequibo, como será visto na próxima seção.

Após a independência dos Estados e, conseqüentemente, a retirada dos espanhóis do continente, as ex colônias, através do Congresso de Lima, de 1848, recorreram ao *uti possidetis* para estabelecer as fronteiras de modo que correspondessem ao mesmo território da época colonial. Esta decisão desagradou a vários Estados, que haviam se expandido ainda na era colonial, porém não tiveram seus territórios reconhecidos entre os colonizadores, desencadeando os conflitos para definição das fronteiras. (KELLY, 1997, p. 135-136).

Não obstante os conflitos fronteiriços terem deflagrado as intervenções militares, a região passou a ser considerada a mais pacífica do globo a partir do século XX¹¹. Kalevi (1996) destaca apenas duas guerras no período. A Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai iniciada em 1932 e que se estendeu até 1935, podendo ser considerado um conflito sangrento que contabilizou 100.000 mortos e, em 1941, o último grande conflito entre Estados sul-americanos, a Guerra de Marañón entre Peru e Equador (a última guerra no continente foi a Guerra das Malvinas ou Falklands entre Argentina e Inglaterra ocorrida em 1982, mas que ocorreu entre países de continentes diferentes). Ainda assim, não foi o emprego militar, propriamente dito, que fez com que o conflito do Marañón tivesse alguma relevância, pois ocorreram, aproximadamente, mil mortes. Sua importância jaz nas conseqüências geopolíticas da guerra. O Equador perdeu cerca de 200.000 km² do seu território e o acesso ao Rio Amazonas. Por duas vezes o conflito voltou a irromper, em 1981 e 1995. No entanto, a diplomacia internacional atuou de forma eficaz de maneira que o conflito não produziu mais que 75 mortes.

Muitos pesquisadores têm procurado explicações para justificar a transformação do continente em uma região pacífica no século XX. Kalevi (1996, p. 161-175) busca uma combinação de argumentos convincentes oferecidos por analistas que incluem as seguintes abordagens: neo-realista/geostratégica,

¹¹ Kalevi (1997, p. 154) ressalta que a América do Norte é o único continente que não registrou ocorrência de guerras entre os seus Estados no século XX. No entanto, ao se considerar que há quatro vezes mais Estados independentes na América do Sul quando comparada a América do Norte, a ocorrência de duas guerras é uma marca notável. Outras questões, que o autor não aborda, são a hegemonia militar dos EUA e o seu posicionamento territorial entre o México e o Canadá.

aprendizagem com as mudanças da política externa, política interna, cultural/sociológica e liberal-institucional. Além desses, o autor adiciona o seu próprio argumento: “estados fortes” é uma condição necessária se o desenvolvimento de comunidades de segurança pluralista para zonas de paz for insuficiente.

Para os neo-realistas a principal causa da transformação do continente em uma região pacífica está diretamente associada ao equilíbrio de poder, gerando uma política dissuasória entre os Estados, e a influência dos EUA como Estado hegemônico próximo a região, sustentando esse equilíbrio através da regulação do fornecimento de equipamentos militares.

Outra justificativa está diretamente ligada à situação do Brasil como líder hegemônico regional e a sua política de cooperação. Além dessa característica, a conformação geopolítica do Brasil o manteve relativamente afastado das questões fronteiriças.

Historicamente é um Estado costeiro, voltada para a Europa e para os Estados Unidos. A maioria de suas regiões fronteiriças é de baixa densidade populacional, distante dos principais centros urbanos e de difícil abastecimento. Como a América do século XIX, o Brasil do século XX está centrado no desenvolvimento interno ao invés de expansão territorial à custa de outros estados. Há uma abundância de terras e recursos dentro do país de dimensões continentais que não precisa de mais expansão territorial. Desde os seus primeiros anos, a grande tarefa do Brasil foi manter as unidades estaduais unidas, ao invés de expandir-se. (KALEVI, 1996, p. 163, tradução nossa).

A explicação da abordagem geoestratégica sugere que as localizações das fronteiras influenciaram diretamente na formação de forças armadas de pouca expressão bélica. As barreiras naturais produzidas por montanhas, rios e climas extremos, separando os países, podem ter influenciado na localização dos principais centros militarizados dos países sul-americanos próximos às áreas mais densamente povoadas que se desenvolveram na faixa costeira, despreocupadas com posições defensivas.

Neste ponto o autor considera que a teoria neo-realista/geoestratégica torna-se incoerente, pois afirma que ao mesmo tempo em que as forças armadas produzem o efeito dissuasivo, são consideradas fracas. No entanto, pode-se tentar

explicar o posicionamento teórico com base na idéia do equilíbrio de poder, que Kalevi deixou de considerar. Os países, embora não tenham forças armadas poderosas, podem ter uma paridade regional, o que justificaria a dissuasão entre eles.

A abordagem da teoria da aprendizagem com as mudanças da política externa defende que a conversão de área conflituosa em área pacífica ocorreu, basicamente devido à observação de fatos históricos, principalmente as guerras. Ao perceber que os custos de uma investida militar são muito altos, os países teriam optado pela diplomacia. Os proponentes da teoria utilizam como exemplos externos as Guerras Mundiais e a Guerra do Vietnã e como exemplo regional a Guerra do Chaco.

O argumento é fraco na medida em que os próprios países que fizeram as Guerras Mundiais, os EUA em especial, se envolveram em outros conflitos. Se o argumento é a aprendizagem, os Estados sul-americanos poderiam supor que as guerras foram uma vantagem, já que os envolvidos voltaram a utilizar o recurso.

A principal alegação dos defensores da abordagem da política interna como sendo a responsável pela condição pacífica da região é apoiada na crença de que os regimes militares, predominantes na região durante o século XX, teriam, através do seu senso de competência e incorruptibilidade, se voltado para correção de problemas internos que impediam o desenvolvimento. Para isso utilizaram a doutrina de segurança nacional emprestada da França e dos EUA.

O autor encontra nessa explicação um problema que considera fundamental: os abusos aos direitos humanos contra as dissidências e contra as resistências causavam problemas de aceitação e legitimidade, que culminaram com a queda dos regimes militares na América do Sul. Desta forma, em um período do século XX os países do continente eram governados por regimes militares e em outro período por governos civis, tornando imprecisa a teoria da política interna baseada na administração militar. Pode-se acrescentar, ainda, o fato de que a Guerra das Malvinas foi idealizada por um governo militar. O mais correto seria abordar a questão da política interna pelos problemas que os países do continente encontram para alavancar o desenvolvimento, independente do regime político. Esta preocupação poderia ser suficiente para afastar a idéia de um conflito externo.

A explicação que explora a questão cultural e sociológica parte do princípio que a opção dos países sul-americanos pela diplomacia através da arbitragem para resolver os problemas de fronteira influenciou, culturalmente, os países a adotarem um sistema baseado em normas legais, transformando essa opção em uma tradição. No entanto, as arbitragens internacionais podem levar a insatisfações, uma vez que, frequentemente, têm como desfecho um ganhador e um perdedor ao invés de compromissos que atendam as partes envolvidas. Como ressalta Kalevi, é muito difícil uma questão resolvida em arbitragem escalar para um conflito armado, pois isto implicaria em um custo muito alto em termos de prestígio e honra uma vez que a outra parte tenha aceitado a solução da arbitragem.

Para o autor, embora o argumento cultural/sociológico ajude a compreender os procedimentos adotados pelos políticos para a solução legal de conflitos territoriais na América do Sul, ela também não explica adequadamente a transformação da região em um continente pacífico pelo fato de que algumas reivindicações territoriais resultaram em intervenções armadas ao longo do século XX, conforme já foi visto.

Os defensores do argumento liberal-institucional buscam em três perspectivas a explicação para o fenômeno em questão: intervenção das instituições internacionais, o crescimento da democracia e a interdependência econômica.

Kalevi rebate as três argumentações. Primeiro, organizações regionais e internacionais têm desempenhado um papel periférico na resolução de conflitos na América do Sul. Como exemplo, Bolívia e Equador, os dois principais Estados “revisionistas” do continente, têm apelado constantemente para as instituições internacionais. No entanto, os resultados têm sido pouco proveitosos, direcionando os países a entrarem em negociações que geralmente são inócuas. Segundo, os acordos e as guerras aconteceram em regimes democráticos e em períodos de ditaduras, o que exclui o regime como critério para fazer a guerra ou a paz. Terceiro, as relações comerciais entre os países da região, tradicionalmente, sempre foram fracas, expressadas pela dificuldade de ligação entre os principais centros populacionais que, na sua maioria, é realizada por avião.

Para explicar, então, o fenômeno da pacificação do continente, no século XX, Kalevi explora o conceito de Estados fortes. Para o autor os Estados recém formados no século XIX tinham problemas para consolidar a legitimidade da unidade

política. As fronteiras, ainda não muito bem definidas, levaram a conflitos externos, enquanto que problemas de integração interna dificultavam a identificação nacional dos povos com os Estados que se constituíam. Os problemas externos eram poucos quando comparados com os internos. Uma política pautada na “cor” do indivíduo excluía negros, índios e mestiços, gerando exploração e extermínio desses que eram considerados subgrupos. Outro grande problema eram as tentativas de secessão. Esses fatos dificultavam o fortalecimento do Estado.

Embora muitos desses problemas tenham persistido até 1945 e alguns deles perdurem até hoje, mesmo que em menor escala, o autor encontra a explicação para esse fortalecimento em três argumentos: a expressiva tendência republicana das unidades políticas regionais, os regimes militares que ressaltaram essa tendência republicana e mantiveram a unidade dos Estados e o reforço da identificação nacional. Esse último representado pela melhora na inclusão social dos subgrupos que passaram a se identificar com a cultura nacional.

Com relação aos problemas de fronteira, o autor explica que a forte tendência de optar pelas arbitragens internacionais e pelos tratados internacionais para solução pacífica dos conflitos, ainda que gerem o efeito ganhador/perdedor, tem sido uma tradição e os resultados relativamente aceitos, contribuindo para a estabilidade regional.

Os argumentos para justificar a transição de zona de guerra para zona pacífica, ocorrida no continente sul-americano, são vários e, em maior ou menor intensidade, todos exerceram alguma influência para a transformação em pauta. No entanto, os problemas de fronteiras ainda estão presentes na região. Mesmo tendo sido subordinados a arbitragens ou a tratados, alguns “perdedores” mantêm o desejo de rever tais decisões. Por exemplo, a Bolívia continua requerendo uma saída para o Oceano Pacífico, o Equador o acesso ao Rio Amazonas, a Argentina o território perdido nas Malvinas e a Venezuela com a reclamação secular sobre a região de Essequibo, foco dessa dissertação. Estas questões, embora estejam em negociações diplomáticas, são pontos de tensão que podem desestabilizar o continente sul-americano, transformando-o em uma região com focos de conflitos armados.

3.2 A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DA GUIANA INGLESA E A “ZONA EN RECLAMACIÓN”¹²

Já vai longe a origem dos conflitos de fronteira limítrofe ao Estado de Roraima, que envolve a Guiana e a Venezuela, em especial, a região a oeste do Rio Essequibo. Esses problemas remontam à forma pela qual se deu o processo de colonização e expansão dessa região com o objetivo de atender aos propósitos da Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621, que levou os holandeses a desembarcarem na região. Esta Companhia, criada devido ao sucesso da Companhia das Índias Orientais, desenvolveu-se graças aos recursos oriundos das regiões de Essequibo. Os holandeses tiveram o apoio do Rei da Espanha que, após a Paz de Westphalia através do Tratado de Munster (1648), reconheceu as Províncias Unidas da Holanda e as colônias da Companhia na costa sul-americana. (ISMAHEL, 1988).

Como as linhas que dividiam as possessões delimitadas em espanholas a oeste, holandesas a leste e portuguesas ao sul não eram bem estabelecidas, os colonos espanhóis fundavam povoações, através de capuchinhos catalães e atacando postos holandeses na região de Cuyuní, Demerara e Essequibo¹³, região que era, então, pertencente à Holanda. Rios (2001 apud SILVA 2006) relata que o avanço dos capuchinhos, nesta região, estimulou os índios locais a criarem reses e equinos.

No período colonial, a região sob concessão holandesa se desenvolveu baseada no cultivo da cana-de-açúcar as margens dos rios, que se estendia desde o Forte Kljkoveral, construído em 1620 numa ilha do rio Essequibo para ser o centro da administração da Companhia, até uma região mais interiorana ao sul em direção a região do Rupununi.

Esta expansão provocou a mudança do centro administrativo para o Forte Island, na boca do Rio Essequibo, em 1738. A ocupação foi estimulada pelo

¹² “A Guiana Essequiba, ‘Território Essequibo’, ou como os venezuelanos a apelidaram - ‘Zona en Reclamación’ (Zona em Disputa), é a região do Planalto das Guianas, compreendida entre o rio Cuyuni e o rio Essequibo (159.500 km²), representando aproximadamente 66% do território da República Cooperativa da Guiana considerada pela Venezuela como parte integrante de seu território e cuja soberania reclama a nível internacional, através do acordo de Genebra de 17 de fevereiro de 1966”. (REIS E SILVA, 2008).

¹³ Os acidentes geográficos da região da tríplice fronteira Venezuela-Brasil-Guiana estão ilustrados com mais detalhes no apêndice 7.2, onde se pode observar também o fim da cadeia montanhosa do norte do continente sul-americano e o início do Pediplano Rio Branco – Rio Negro.

secretário da Companhia, a época, Laurens Storm van's Gravesande, que concedeu terras e facilidades tributárias para a exportação de produtos aos colonos holandeses. (ISMAHEL, 1988).

No entanto, as guerras na Europa transferiram, inicialmente, o controle da Guiana para os ingleses e depois, em decorrência das Guerras Napoleônicas, para os franceses. Com a queda de Napoleão, o controle voltou para as mãos dos holandeses que, através de agentes financeiros, colocaram os plantadores ingleses, que lá haviam se estabelecido no período da dominação inglesa, em situação econômica difícil.

Para que os colonos ingleses voltassem a ter o controle econômico da colônia, era premente que a posse da região, que estava nas mãos dos holandeses, voltasse para a Inglaterra, o que ocorreu, formalmente, com a assinatura do Tratado de Londres, em 1814, ratificado pelo Tratado de Paris (1815), que estipulava os direitos britânicos do Rio Orinoco ao Rio Essequibo. Em 1831, as colônias foram unificadas e denominadas Colônia da Guiana Britânica.¹⁴

Neste período, ocorrem importantes mudanças políticas no continente. O Brasil tornara-se independente de Portugal, em 1822, e a Venezuela uma república, separando-se da Colômbia em 1830. Segundo Silva (2006, p. 11), estas mudanças provocaram medidas administrativas, “especialmente na Guiana Britânica, que se voltou para explorar o interior, demandando o reconhecimento das suas fronteiras”. Cumpre lembrar que, enquanto a região era disputada por ingleses, franceses e holandeses, os espanhóis estavam presentes no Essequibo através dos capuchinhos e de colonos como mencionado anteriormente.

Para definir as fronteiras da Guiana Britânica, foi contratado Robert Schomburgk. Chegando a região da Guiana em 1835, realizou duas expedições uma pelo Rio Essequibo até o Rupununi e outra ao Pirara. Com base nas suas expedições, foi elaborada, sem nenhuma base cartográfica ou histórica, uma linha fronteira que ficou conhecida como Linha Schomburgk. Esta demarcação sofreu várias críticas por parte da Venezuela, que “perdera” a Região de Essequibo, e do Brasil, que perdera dois terços da Região do Pirara. A linha era traçada a partir de

¹⁴ SILVA, Carlos Alberto Borges da. *Região do Rio Essequibo: Atualidade de Uma Reivindicação Territorial Venezuelana*. Universidade Estadual de Roraima, 2006. Disponível em: <<http://www.uerr.edu.br/revistas/remgads/uploads/c881ba82-22d7-64fe.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2008 21h35min.

“Amacuro até a boca do Cuyuni, seguindo o divisório de águas do Cuyuni e do Mazaruni até o Roraima, e dali descendo o Contigo, Surumu e Tacutu”. Esta linha sofreu várias correções e em uma delas, apresentada por Schomburgk, no início de 1840, foi considerada pelos venezuelanos como adulteração para suprimir mais territórios da Venezuela. (SCHOMBURGK, 1841-1843) ¹⁵.

3.3 A REIVINDICAÇÃO VENEZUELANA

Ao fim, a fronteira entre a Guiana e a Venezuela foi definida por um conselho arbitral, que homologou o Laudo de Paris em 1899, formalizando as linhas definidas por Schomburgk. Neste laudo, arbitrado por um conselho de cinco juristas, a Venezuela perderia as terras a oeste do Rio Essequibo. No entanto, alegando que não havia uma representação oficial venezuelana e outras falhas processuais, a Venezuela considerou tal laudo como viciado de nulidade. Cabe ressaltar que, em 1904, o Brasil também perdeu as terras na região do Pirara. Entretanto, acatou a arbitragem do Rei Vítor Manuel III¹⁶.

No processo de independência da Guiana, iniciado em 1960 pelo *People's Progressive Party* (PPP), o governo da Venezuela passou a ter preocupações mais efetivas com relação à reivindicação. Uma vez reconhecida a independência, a comunidade internacional reconheceria também as fronteiras já demarcadas. Várias tentativas de acordos diplomáticos e de desenvolvimento para região foram propostas, como, por exemplo, a tentativa da Grã-Bretanha de propor, em Genebra, uma comissão mista que estudaria um plano de desenvolvimento econômico para a Guiana Britânica de 1966 a 1972. A proposta incluía, também, um projeto de cooperação econômica entre a Guiana e a Venezuela que renunciariam, por 30 anos, as reclamações por demandas territoriais. Mas a Venezuela se manteve firme

¹⁵SCHOMBURGK, Robert. *History of The Republic of Guyana. Report No.2: Letter from Mr. Schomburgk to Governor Light, Demerara, agosto de 1841*. Reportes de dezembro de 1841 a janeiro de 1843. Disponível em: <http://www.guyana.org/suriname/schomburgk_reports.html>. Acesso em 12 jun. 2009 20h30min.

¹⁶FRANKLIN, Cleber Batalha. Segurança e Defesa nas relações entre o Brasil e a Venezuela. 30º Encontro Anual da ANPOCS. 24 a 28 de outubro de 2006. GT08 - Forças Armadas, Estado e Sociedade. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/218.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2009 15h05min. Guyana's Western Border - From 1897 to 1905. Disponível em <<http://www.guyana.org/Western/1897-1905.html>>. Acesso em 26 set. 2009 22h25min.

no propósito de reaver as terras a oeste do Rio Essequibo, culminando com a ameaça de invasão militar em 1965. (SILVA, 2006; REIS e SILVA, 2007).

Para tentar resolver a problemática fronteiriça antes da formação do Estado soberano da Guiana, a Venezuela insistia na correção dos limites, mas a Grã-Bretanha alegava que não fazia sentido tal pleito, ao mesmo tempo em que colocava a questão como de cunho eleitoral para eleger Raul Leoni presidente da Venezuela. (SILVA, 2006).

Raúl Leoni Otero sucedeu Rómulo Ernesto Betancourt Bello na presidência e continuou reclamando o território perdido na demarcação da Linha Schomburgk. Para intensificar ainda mais a animosidade da disputa, apresentou um projeto (aprovado pelo Congresso Nacional) que incluiu, oficialmente, como *Zona en Reclamación*, em 1965, a área de Essequibo no novo mapa oficial da Venezuela que perdura até hoje (Fig. 1).



Fig. 1: Mapa Político da Venezuela (território continental). No detalhe, a Região de Essequibo (*Zona en Reclamación*). (destaque nosso).

Fonte: Instituto Geográfico de Venezuela Simón Bolívar, 2007.¹⁷

¹⁷ Disponível em:

<http://www.igvsb.gov.ve/site2007/index.php?option=com_content&task=view&id=85&Itemid=136>
Acesso em 13 jun. 2009 16h43min.

Em 1961, o artigo 7º da constituição venezuelana encerrava em seu conteúdo a reivindicação do território de Essequibo: “O Território Nacional é o que correspondia à Capitania Geral da Venezuela antes da transformação política iniciada em 1810, com as modificações resultantes dos tratados celebrados validamente pela República”. (VENEZUELA, 1961, tradução nossa). Como forma da expressão de sua insatisfação, o artigo 10 da atual constituição venezuelana, a “Constituição Bolivariana” de 1999, declara que

O território e demais espaços geográficos da República são os que correspondem à Capitania Geral da Venezuela antes da transformação política iniciada em 19 de abril de 1810, com as modificações resultantes de tratados e laudos arbitrais não viciados de nulidade. (VENEZUELA, 1999, tradução nossa).

Desde 1963, o governo da Venezuela questiona, junto à ONU, a validade do laudo de 1899 e, mesmo após a independência da Guiana Inglesa, em 1966, o questionamento é mantido¹⁸.

3.4 A SUBLEVAÇÃO RUPUNUNI

No final de 1968 e início de 1969 foi organizada, na região de Essequibo, a “Insurreição de Rupununi”. Segundo Silva (2005), este movimento foi organizado por fazendeiros e tinha a adesão de índios e camponeses. O movimento separatista, que contava com apoio não-declarado do governo venezuelano, ocupou algumas instalações governamentais, bloqueando estradas e campos de pouso. Na deflagração, alguns poucos policiais da Guiana foram mortos e outros feridos, contando ainda a morte de um civil. Do lado dos revoltosos estimam-se 70 mortes. Para Silva, o despreparo militar dos insurretos e a pronta-resposta da GDF (Força de Defesa da Guiana) foram determinantes para o fracasso da intentona, aliado à falta do esperado apoio das Forças Armadas Venezuelanas (FAN – *Fuerza Armada Nacional*). (SILVA, 2005).

¹⁸ AMEAÇA militar não é Chávez, mas o descaso com as Forças Armadas. Disponível em: <www.msia.org.br/ibero-am-rica-iberoam-rica>. Acesso em: 27 dez. 2008.

Esse movimento foi motivado, principalmente, pela política de reforma agrária lançada pelo Primeiro-Ministro da Guiana, Forbes Burnhan, que prejudicava os fazendeiros crioulos da Região do Rupununi.

Em resumo, as opções eram bem limitadas: submeter-se às diretrizes políticas de Burnhan para a Guiana, que significaria a perda de suas terras e seus privilégios, ou aventurar-se em um movimento armado. Tanto assim que os rebelados foram os que possuíam as grandes extensões de terras no Rupununi: os Hart e Teddy Melville. Os Hart sozinhos controlavam mais de seis fazendas e *out stations*¹⁹ [...] (SILVA, 2005, p. 93).

O Gen. Thaumaturgo²⁰ teve a oportunidade de conversar com alguns dos fazendeiros locais e retrata a demanda dos insurretos:

Bom, nessa ocasião a gente começa a conversar com os aprisionados, que na maior parte era de índios e alguns que eram chamados de crioulos, mas não eram pretos. [...] eram ingleses que casaram com mulheres índias ou mestiças da região e criou aquela raça deles lá, o crioulo. Então, como é que eles se sentiam? Eles tinham feito... intencionavam liberar aquela área do Rupununi/Tacutu, por que eles não estavam de acordo com que o Forbes Burnhan, que era o primeiro ministro da Guiana, estava fazendo lá, inclusive uma reforma agrária, tomando terras, redividindo e tudo mais, então esse foi o ponto do assunto que foi o principal ponto da Guiana com os guianenses e dos crioulos, que foi reforçado pela velha intenção venezuelana [...]

Na verdade, esses fazendeiros crioulos, que após a sublevação se definiram como “os *mixed*”²¹, tiveram as suas origens com o estabelecimento da família

¹⁹ Retiro, local separado da fazenda usado para cuidar do gado.

²⁰ O Gen Thaumaturgo Sotero Vaz participou, como capitão, das tropas brasileiras enviadas ao Estado de Roraima para garantir que as fronteiras brasileiras não seriam violadas. Na época, o então capitão Thaumaturgo, servia no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) baseado na cidade de Manaus – BR. As informações foram obtidas através de entrevista não estruturada fornecida pelo Gen. a este pesquisador em 21 de maio de 2009 na sua residência em Manaus. Esta entrevista encontra-se em apêndice na parte pós-textual desta pesquisa.

²¹ “*Mixed* é a maneira como os remanescentes da Revolta do Rupununi se identificam etnicamente nos momentos atuais. É provável que em tempos anteriores à Revolta havia uma relativa aproximação étnica com os brancos da Guiana Britânica em função de particularidades sociais, como a condição de fazendeiros e fornecedores de carne para os mercados da colônia, fazendo-os se identificar com o colonizador britânico, porém a condição de exilado, dada a conjuntura social específica de suas vidas, levou-os a se definirem como *mixed*”. (SILVA, 2005, p.51, na nota de rodapé nº 61).

Melville e os relacionamentos com os índios Atoraiú, Macuxi e Waipaxana e, posteriormente, com a chegada dos Hart. (SILVA, 2005).

Na tentativa de buscar apoio internacional para fazer frente à nova estrutura social desenvolvida por Burnhan, em 1968, os Melville se aproximaram do Brasil e da Venezuela. No entanto, o Brasil, que já havia perdido a questão do Pirara e aceitara, não dispensou mais atenções ao Rupununi. A Venezuela, que mantinha, e ainda mantém, a questão territorial em aberto, tornou-se importante aliado para empreender a ação militar que seria desencadeada no dia 1 de janeiro de 1969. (SILVA, 2005).

Oficialmente, não se constata a participação da Venezuela no apoio aos insurretos e as comprovações apresentadas pelo Professor Doutor Carlos Alberto Borges da Silva, foram, na sua maioria, coletadas em entrevistas com os exilados do Rupununi, alguns parentes destes e políticos da época. Esta falta de documentos oficiais corresponde à informação coletada na entrevista com o Gen. Thaumaturgo.

Thaumaturgo informa que, durante uma patrulha, avistaram um grupo de militares venezuelanos em uma pista de pouso na localidade chamada Boqueirão da Esperança (na verdade o nome nas cartas e mapas é Boqueirão da Lua, no Estado de Roraima). Neste aeródromo, havia três aviões Cessna e em um deles, que não conseguiu decolar por haver colidido o trem de pouso num cupinzeiro, foram aprendidos documentos que comprometiam o Governo da Venezuela com a insurreição. Estes documentos teriam sido entregues a uma comissão do Ministério das Relações Exteriores que estava na região, justamente para fiscalizar os procedimentos no intuito de evitar um conflito internacional.

[...] o que nós pegamos de documentação dentro do avião, comprometedor para Venezuela, da ação da Venezuela. Foi tudo entregue a uma comissão de inspeção do Ministério das Relações Exteriores. E o Gen. Rodrigo Otávio não abriu mão de nada e nem podia, eles estavam abusando da nossa territorialidade e da nossa soberania. Então o Gen. Rodrigo Otávio mandou o Rodolfo²² fazer a retirada desse avião de lá. A documentação toda foi com o Teixeira pra Boa Vista tomar o destino do Ministério das Relações Exteriores. (THAUMATURGO, 2009).

²²Rodolfo era Coronel da Força Aérea Brasileira no Território de Roraima (informação fornecida pelo Gen. Thaumaturgo).



FOTO 1: Avião abandonado pelos venezuelanos no Boqueirão da Lua.
Fonte: SILVA, 2005, p. 245.

Segundo Thaumaturgo, o plano da Venezuela era apoiar a sublevação na região sul da Guiana, desviando a atenção e as forças governamentais para lá e então tomar de assalto a capital Georgetown. Essa informação foi colhida de prisioneiros essequibanos na fazenda Guanabara:

[...] a Venezuela apoiava os revoltosos no sul da Guiana para a liberação da área e a Guiana, que só tinha naquela época, na realidade, uma unidade militar de valor igual a batalhão reforçado²³, viria do norte abafar os revoltosos e a Venezuela faria, então, um desembarque de tropas em Georgetown e se assumiria o poder do governo e fazia a divisão do rio Essequibo no que eles queriam da “*Zona en Reclamación*” deles.

Silva (2005) relata que o apoio da Venezuela à Guiana seria através de treinamento, apoio logístico e armamentos tanto para o treinamento como para a ação. Essa informação também é confirmada pelo Gen. Thaumaturgo, como será visto na próxima seção.

Ambos confirmaram que os guianenses eram levados para a Venezuela para receberem treinamento militar e depois retornavam para a cidade de Lethem. Silva (2005), inclusive, informa o local exato do escritório e do campo de treinamento:

²³Esta unidade militar a qual Thaumaturgo se refere era a recém criada GDF.

Depois das reuniões em Lethen, começaram os treinamentos militares na Venezuela. Uma casa foi alugada pelo Ministério das Relações Exteriores nas imediações da Praça Simon Bolívar, em Tumeremo, servindo como escritório da operação. No entanto, a base de operação foi estabelecida na fazenda Santa Tereza, nas proximidades de Santa Elena de Uairén. Dali, o contato com o centro de treinamento era feito por avião, preferencialmente. (SILVA, 2005, p. 96).

Esses e outros detalhes do apoio venezuelano, inclusive com a participação de autoridades daquele país, e da preparação dos insurretos da região do Rupununi, foram amplamente explorados por Silva na sua tese de doutorado em 2005.

Não obstante o apoio fornecido inicialmente pela Venezuela e o plano arquitetado para o desembarque na capital Georgetown, a insurreição foi rapidamente sufocada pela GDF e o esperado reforço venezuelano não ocorreu.

Embora Silva (2005) aponte como provável causa o despreparo dos insurretos e a pronta-resposta da GDF, conforme visto no início desta seção, para o analista argentino Ignacio J. Osacar, do *site* Nueva Mayoria, o fator decisivo para o fracasso do levante foi a atitude do governo brasileiro, que ordenou uma imediata mobilização de forças terrestres para a fronteira e o deslocamento de aviões de combate para a Base Aérea de Boa Vista (RR) (“Guyana, hipótese de conflito para a Venezuela?”, 7 mar. 2007). Esta opinião é também compartilhada pelo Coronel de Engenharia da reserva do Exército Brasileiro Hiram Reis e Silva, um estudioso sobre o assunto. As tropas federais do Brasil teriam obrigado o exército venezuelano, que tentava cruzar a região norte de Roraima para apoiar a insurreição, a retornar para o seu território²⁴.

3.5 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SUBLEVAÇÃO RUPUNUNI

Ainda que mencionado por analistas e especialistas no assunto, não se tinha reunido, até então, provas documentais ou realizado entrevistas com os participantes da operação militar empreendida pelas tropas federais do Brasil, na região de Roraima, para resguardar as fronteiras brasileiras no episódio do Rupununi.

²⁴SILVA, Hiram Reis. “Cháves e a “Zona en Reclamación”. Disponível em: <<http://www.jornalobate.com.br>>. Acesso em: 02 nov. 2008 19h39min.

Em uma pesquisa documental realizada nos arquivos do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), sediado na Cidade de Manaus, este pesquisador teve acesso ao Boletim Interno nº 18, de 27 de janeiro de 1969, que comprova na letra “a” da sua IV parte (assuntos gerais) o deslocamento de tropa conforme o texto abaixo:

“Torno público que o TEN CEL ART QEMA JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Cmt (comandante) deste Centro, deslocou-se a 5 de Jan 69, para a região de fronteira do Brasil com a Guiana por ordem do Exmº Sr Cmt M. A. onde permanece até a presente data, exercendo o Comando das tropas brasileiras em Roraima, nas localidades de BONFIM-NORMANDIA-SURUMU e marco Brasil-Venezuela. Tal medida foi tomada tendo em vista a revolução interna que ocorreu na região do Rupununi, naquele País.

Havendo sido designado pelo Ten Cel Cmt do Centro, seguiu para a Região da fronteira do Brasil com a Guiana o CAP INF THAMATURGO SOTERO VAZ, a 5 de janeiro de 1969, ali permanecendo na localidade de Normandia-Roraima, onde exerceu o Comando da Sub-Área, regressado a 16 Jan 69 para Manaus.

Em decorrência da situação existente na fronteira do Brasil com a Guiana, face a revolução interna existente neste último, foi deslocado a 7 de Janeiro de 1969, um Pelotão do CIGS composto dos militares abaixo relacionados para a localidade de BOMFIM: [...]” (BRASIL,1969).

Esse documento foi o ponto de partida para a localização e entrevista realizada com o Gen. Thaumaturgo que revelou detalhes das ações desenvolvidas contra tropas venezuelanas e essequibanas para preservar a territorialidade e soberania do Brasil.

O General informou que se deslocou para a cidade de Boa Vista a bordo de uma aeronave C-47 da Força Aérea Brasileira (FAB), bem como toda a tropa. Questionado sobre a participação da FAB, mencionou que, além do C-47, participaram hidroaviões Catalinas, que faziam o ressuprimento das tropas em Bonfim e Normandia. E, ainda, dois Avros responsáveis por transportar uma comitiva do Ministério das Relações Exteriores. A participação do Catalina foi registrada na FOTO 2, durante o desembarque, na região de fronteira, do General, identificado por Thaumaturgo, como sendo Edmundo da Costa Neves, Comandante do Grupamento de Elemento de Fronteira de Roraima.

Ao chegar a Boa Vista, Thaumaturgo e o Gen. Rodrigo Otávio, Comandante Militar da Amazônia, foram informados das ações que estavam ocorrendo do outro lado do rio Tacutu, nas proximidades de Normandia na fazenda Guanabara, fronteira

com a Guiana. Decolaram com destino a localidade e ainda voando, já próximo ao pouso, era possível avistar muita fumaça decorrente dos combates entre a GDF e os revoltosos.



FOTO 2: Desembarque do Gen. Edmundo da Costa Neves.
Fonte: SILVA, 2005, p. 245.

Ao pousarem, o Gen. Rodrigo Otávio deu ordens a Thaumaturgo para assumir a tropa, que estava sob o comando de um tenente, com uma tarefa bem definida:

“Vai pra lá e faz o acolhimento dos revoltosos fugindo da Guiana, atravessando o Tacutu em direção a faz. Guanabara. Desarma e mantém eles presos lá, confinados na faz. Guanabara”. Peguei minha mochila, subi na caçamba e fui embora para a faz. Guanabara.

Foi a partir dos aprisionamentos feitos nesta primeira ação que o então Capitão Thaumaturgo colheu informações sobre o ponto de apoio que a Venezuela havia estabelecido no Boqueirão da Lua. Ao passar essa informação ao Tenente-Coronel (TCel) Teixeira, que havia sido designado Comandante das Tropas do Exército Brasileiro (EB) em Roraima, conforme o boletim do CIGS citado anteriormente, o mesmo ordenou missões de vasculhamento de área, com patrulhas. Numa dessas patrulhas, Thaumaturgo relata a descoberta de um esconderijo com grande quantidade de armamento dentro do território brasileiro.

Nessas patrulhas nós encontramos e recolhemos de canhão sem recuo 57 a carabina ponto 30, metralhadoras, submetralhadoras, munição e juntando isso aí, tudo tendo por área de homizio dentro do Brasil, na área de Roraima num lavrado ... mais de duas toneladas de armas.

Na foto 3, pode-se observar parte do armamento apreendido e o oficial responsável pela apreensão (agachado segurando a cinta de munição), identificado por Thaumaturgo como sendo o então Tenente Jander do CIGS.



Foto 3: Tenente Jander do CIGS (agachado, segurando a cinta de munição) com os armamentos capturados dos revoltosos em caixas encontradas próximas ao Rio Maú.

Fonte: SILVA, 2005, p. 244.

Em outras dessas patrulhas foram capturados três jipes pequenos, que segundo Thaumaturgo estavam em poder dos irmãos Hart²⁵. Um desses jipes faz parte do acervo do museu do CIGS e está em exposição com uma placa de madeira com o texto indicativo da situação em que foram apreendidos e como foram utilizados depois pelo Exército Brasileiro (EB).

Numa dessas patrulhas, inclusive, foi quando você viu aquele jipinho que está lá (fazendo referência ao museu do CIGS), eram três jipinhos, estavam com os irmãos ... eram três irmãos, isso foi perto

²⁵Embora Thaumaturgo não se lembrasse do sobrenome dos irmãos, ele menciona que eram os “ligações” com a Venezuela. Segundo Silva (2005), os irmãos Hart tomaram a iniciativa de procurar ajuda exterior, vindo mais tarde a exercerem o papel de elementos de ligação com a Venezuela.

de Casa Amarela, que era uma localidade na fronteira acima de Bonfim, entre Bonfim e Normandia. Eles tinham atravessado com aqueles jipes, que aqueles jipes flutuam. Eles tinham atravessado com o jipe o Tacutu e estavam entrando no Brasil quando deram de cara com uma patrulha nossa. Aí tentaram dar uns tirinhos e levaram umas rajadas e se entregaram. Os irmãos ... ta faltando o nome agora ... que eram os ligações com a Venezuela. Bem, aí nós tomamos os jipinhos deles e levamos para Normandia, fizemos alguns reparos e passamos a fazer operações mais rápidas com aqueles jipinhos deles. Combustível agente conseguia.



Foto 4: Jipe apreendido em ação próximo ao Rio Tacutu.
Fonte: O autor.



Foto 5: Placa oferecida pelo Gen. Thaumaturgo em comemoração ao 35º aniversário do CIGS, fazendo menção a captura do jipe no episódio do Rupununi.

Fonte: O autor.

Mas, até então, o que se sabia era a apreensão dos revoltosos do Rupununi e parte do seu armamento. Havia informe da participação venezuelana, no entanto, não ocorrera nenhum contato com estes. Até que, em uma patrulha para averiguar a informação, comandada pelo próprio Thaumaturgo, os venezuelanos foram avistados em território brasileiro, em uma fazenda chamada Boqueirão da Lua, quando, então, foi apreendido o avião apresentado na foto 1 da página 76:

Quando nós confirmamos a existência, na realidade do ponto de apoio lá no Boqueirão da Esperança lá em cima, ponto de apoio venezuelano dentro do território brasileiro, nós resolvemos ir lá. Foi uma tirada puxada por que nós levamos aquele jipinho por aqueles morros todos, que é tudo pedregoso, a braço e quando nós chegamos em cima, que dava pra ver a pista do Boqueirão e o rio, eles perceberam, os venezuelanos que estavam lá. Tinham três aviões Cessna e aí começamos ... nós descendo pra pegar e eles batendo em retirada. Os aviões já com os motores ligados e nós seguindo em frente, claro, claro, e nem podia deixar de ser assim, território nacional, estrangeiros e etc... e tome bala e um desses aviões não conseguiu decolar por que bateu num cupim e o trem de pouso quebrou e os caras saíram correndo pra atravessar o rio e passarem pra dentro da Guiana, que nós não íamos atrás deles. Bem, esse avião foi retirado depois pela Força Aérea com o Cel Rodolfo da FAB que era o piloto do território de Roraima.

Segundo Thaumaturgo, vários venezuelanos foram presos nessas ações. Foram trazidos para Manaus, onde ficaram presos no 8º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) e depois liberados. Ele relata que o apoio da Venezuela só não se efetivou por que o Brasil mobilizou as tropas e atuaram de forma a impedir a utilização do território brasileiro como base para as operações. Afirma, ainda, que tudo foi investigado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), que conversou com os presos, visitou as áreas e viu a documentação apreendida.

Restava saber por que a Venezuela se aventurou em atravessar o Brasil ao invés de contornar a fronteira. Com relação a este fato, Thaumaturgo, que serviu muitos anos na Região Amazônica, esclarece que a região de fronteira entre a Venezuela e a Guiana, ao norte do Estado de Roraima é muito “dobrada” (expressão para dizer que a geografia é montanhosa). Para fazer tal manobra, as tropas venezuelanas levariam mais tempo e teriam limitações de meios para serem empregados na ação.

Desta forma, fica comprovada não só a participação das tropas federais do Brasil no episódio, como também a invasão do território brasileiro por parte dos revoltosos da região de Essequibo e das tropas venezuelanas. A participação da Venezuela, apoiando os fazendeiros da “*Zona en Reclamación*” deixa mostras que continua viva, no ideário venezuelano, a reivindicação secular.

3.6 A ATUALIDADE DA REIVINDICAÇÃO

O evento não teve repercussão no Brasil. A imprensa do sudeste do Brasil divulgou somente pequenas notas sobre a Revolução na Guiana. A participação da EB e da FAB não foi assunto dos periódicos e nem tampouco a invasão venezuelana das terras de Roraima²⁶. No entanto, o problema, que se arrastava desde a época colonial, provocou mudanças no contingente militar brasileiro na região. Foram criados, logo após o evento, os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) do EB nas localidades de Bonfim e Normandia e, em 1984, a Base Aérea de Boa Vista (BABV). As criações destes pelotões e da estrada BR-401, que liga Boa Vista a Normandia, foram destacadas por Miyamoto (1989 apud SILVA, 2005, p. 135):

²⁶Constatado através de pesquisa nos arquivos da Biblioteca Nacional dos principais periódicos da época.

Depois da Revolta, os militares que governavam o Brasil passaram a demonstrar maior interesse por essa região de fronteira, criando destacamentos militares que vieram a ser permanentes em Bonfim e em Normandia, logo transformados em pelotões de fronteira. Também estradas, como a BR 401, que liga Boa Vista a Normandia, assentamentos povoados a partir de migrações espontâneas, como os de Vila São Francisco, Vilena, Taboca, Surrão, Nova Esperança, entre outros, localizados na área do Município de Bonfim, consolidação de vilas como as sedes dos municípios de Normandia e Bonfim, comunicação e outras modernidades tecnológicas, entre elas rádio e televisão, passaram a ser direcionados para a região, dinamizando a ocupação e estruturação desta faixa de fronteira.

Além de provocar mudanças estruturais, tanto no que diz respeito às forças armadas como na consolidação das sociedades fronteiriças, a reivindicação da Venezuela tem criado problemas para o desenvolvimento da região de Essequibo, com reflexos para a economia do Brasil. Ainda na década de 80, durante o governo do presidente brasileiro José Sarney, alguns fatos chamaram a atenção para a política na região, conforme o seu próprio relato²⁷:

Quando eu fui presidente, tentei fazer um acordo com a Guiana para termos um entreposto em Georgetown que nos daria acesso ao Caribe, como escoadouro da produção da Zona Franca de Manaus. Construiríamos uma estrada da fronteira até Georgetown. A Venezuela não permitiu, justamente questionando a soberania da Guiana nesse território. O ministro Gibson Barbosa, em suas memórias, fala de uma proposta venezuelana ao Brasil para reabrirmos a questão e, em troca, recebermos uma parte do território conquistado. O Brasil teria se recusado a tratar do assunto, em nome da paz no continente e a estabilidade de nossas fronteiras.

Esse relato, extraído do artigo “A Questão de Essequibo” publicado em 2007 no Jornal do Brasil *on line*, provocou o discurso, no Senado Brasileiro, do Senador Mozarildo Cavalcanti, publicado no Diário do Senado Federal, em 17 de novembro de 2007, a favor do aumento do orçamento das forças armadas, que segundo a sua opinião estão sucateadas, e ressaltava os problemas estratégicos que poderia advir da demarcação da área indígena da Raposa Serra do Sol com a despovoação da região. Esta retirada de 350 famílias das vilas de Socó, Mutum, Água Fria e Surumu

²⁷SARNEY, José. Opinião: A Questão de Essequibo. **JB on Line**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2007 Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/editorias/pais/papel/2007/11/16/pais20071116014.html>>. Acesso em: 20 out. 2008 20h03min.

(FIG. 2) está no sentido contrário da política de assentamentos de povoados da década de 70 citada por Miyamoto.

O Senador foi designado pelo Presidente do Senado, como ele mesmo relata no discurso, para visitar a região, permanecendo lá por quarenta dias, apoiado pela FAB. Neste período, se disse indignado com o que viu, prometendo escrever um livro sobre o assunto para que realmente ficasse registrado como forma de chamar a atenção de vários segmentos da sociedade brasileira. A opção de escrever um livro é justificada pelo Senador devido à ineficácia dos anais do Senado:

Preciso escrever um livro para que, amanhã, não se diga que ficamos calados, porque às vezes o que tanto falamos aqui não chega à percepção do povo. E os Anais, os famosos Anais do Senado não são consultados por quase ninguém. Será que alguma universidade se preocupa sequer em pesquisar os Anais do Senado, ou os Anais da Câmara? Então, quando dizemos “peço que se registre nos Anais do Senado”, é para quê? Será que algum historiador sequer se debruça sobre essa questão? E chamo a atenção para essa questão. Para tanto, está aqui o artigo do Presidente Sarney, o problema está claro: a Venezuela está se preparando para tomar o que acha que sempre foi dela.

Tal como relatou o Gen. Thaumaturgo em entrevista, na mesma discussão no Senado, o Senador brasileiro Augusto Botelho ressalta a localização da Raposa Serra do Sol como sendo estratégica para uma ação militar da Venezuela em direção a região de Essequibo:

Está mais complicado. Mas a reserva Raposa Serra do Sol é o caminho para o Chávez passar, porque, com a tropa, ele não vai poder dar aquela volta. Naquela ponta de Roraima, lá na pontinha de Roraima, na situação mais extrema, só há montanhas. Onde é mais plano para se andar é pela Raposa Serra do Sol. Não tem outro caminho. Não sei como vai ser isso. Ele vai passar e ninguém vai ver, Mozarildo, porque não vai dar para ver daqui. Além disso, só existe um pelotão lá no...

No Uiramutã. (complementado pelo Senador Mozarildo Cavalcante).

Na verdade, na fronteira com a Venezuela, próximo a Raposa Serra do Sol, só existe o PEF da Vila Pacaraima que este pesquisador, por força do ofício, já teve a oportunidade de visitar inúmeras vezes, bem como os PEF que fazem fronteira com a Guiana: Uiramutã, Bonfim e Normandia.



Fig. 2: Mapa do extremo norte de Roraima (RR) com destaque para a Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol.

Fonte: Editado pela Seção de Desenho da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR).

Atualmente, com a política de aquisição de armas do Presidente venezuelano Hugo Chávez, a imprensa brasileira começou a noticiar a possibilidade de uma “corrida armamentista” no continente como fator de desequilíbrio na América do Sul. Como a questão de Essequibo é um dos poucos contenciosos territoriais, a jornalista Eliana Cantanhêde, da Folha de São Paulo, escreveu, na sua coluna, em 16 de março de 2007, o artigo intitulado “Os tambores da Guerra – O Fator Guiana”, onde defendia a possibilidade do presidente venezuelano buscar um inimigo externo, caso enfrente problemas maiores de legitimidade interna:

[...] se quiser dar uma demonstração de força, poderá ser via indireta. A Guiana é um prato feito [...] Chávez vai além – teme a possibilidade de uma base militar americana nas suas barbas. Estejam ou não delirando os estrategistas brasileiros, o fato é que Chávez tem dado demonstrações de que não está brincando.

Qualquer que seja a brincadeira, o Brasil vai acabar metido nela, por ar, por terra, e não apenas pela diplomacia.

A observação de Catanhêde com relação à busca de um inimigo externo para enfrentar problemas de legitimidade interna encontra amplo amparo na história das relações internacionais. Pode-se citar a Itália como um caso clássico. Quando a Europa estava as portas da Segunda Grande Guerra, Mussolini vislumbrou a possibilidade de aumentar o seu prestígio, e com isso a segurança do seu governo, através de uma guerra para anexar a Abissínia, vingando a derrota humilhante que a Itália sofrera em Adowa quarenta anos antes. Para Mussolini, esta era a maneira mais fácil e com menor risco e custo para consolidar o seu poder e aumentar a autoridade da Itália na Europa (CHURCHILL, 2005, v.1, p.82-83).

Outro episódio histórico ocorrido mais recentemente e que se aproxima ainda mais do caso sul-americano foi a aventura militar da Argentina na tentativa de anexar as Ilhas Malvinas na Guerra contra a Inglaterra em 1982. Para neutralizar o crescente poder da Armada Argentina e da Força Aérea, consolidando, desta forma, o poder do exército e o seu próprio, o Gen. Galtieri que havia, recentemente, deposto através de golpe militar Roberto Viola, apoiou o Almirante Anaya, nos seus planos de invasão do arquipélago, em troca do respaldo no golpe. Em acréscimo a estratégia de Galtieri, uma vitória nessa guerra criaria uma justificativa histórica para o impopular governo das forças armadas. (CARDOSO et all, 1983, p. 35; 39).

A conquista de Essequibo poderia colocar Chávez no mesmo padrão de pensamento de políticos que querem prolongar seu poder sobre o Estado: recupera a região perdida, consolida o seu poder e reafirma a Venezuela como uma potência militar regional.

Não é pauta deste trabalho buscar as evidências sobre o mérito da demanda venezuelana sobre a região de Essequibo, nem tampouco analisar se os tratados e laudos internacionais continham vícios de origem que prejudicaram a Venezuela, em benefício da Inglaterra. A pesquisa almeja analisar se as ações do governo venezuelano para conquistar o território podem atentar contra a soberania do Brasil e, neste caso específico, se o Brasil tem a capacidade militar para dissuadir as ações militares daquele país nesta intentona.

Evidências dão mostras recentes que a reivindicação venezuelana prosseguem. Com relação a este tópico específico, o Gen. Thaumaturgo deixa o alerta:

Agora você pensa que esse problema da “*Zona en Reclamación*” acabou? Não acabou não! Isso é uma questão de honra, de vida ou morte lá pros venezuelanos. Nós tivemos aqui, quando eu era Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, reuniões²⁸ que nós fizemos aqui por causa dos problemas de fronteira [...] a firme decisão deles de defender aquela área como território venezuelano e aquela área de Essequibo ainda é “*Zona en Reclamación*” por que não morreu o desejo daquilo ser incorporado como parte território venezuelano.

Para manter a integridade do seu território, a Guiana não está muito diferente da realidade vivida em 1969. Seu poder defensivo continua depositado na GDF que, como veremos, é pouco expressiva quando comparada as FA venezuelana. Atualmente, a dificuldade da Venezuela em conquistar o território, ao se considerar somente os fatores regionais, são as montanhas ao norte do estado de Roraima e o território brasileiro funcionando como uma espécie de Estado tampão.

3.7 GUYANA DEFENSE FORCE²⁹

A GDF começou a funcionar efetivamente a partir de novembro de 1965, quando o treinamento começou com uma equipe de instrutores do Reino Unido, portanto, 4 anos antes da Revolta do Rupununi. A composição básica das suas tropas foram os recrutas que anteriormente integravam outras organizações afins

²⁸ O Gen. Thaumaturgo esclareceu que estas reuniões contaram com a participação de militares venezuelanos e que, inclusive, ganhou um quadro como forma de agradecimento a recepção, prática comum (protocolo) nestes tipos de eventos envolvendo nações amigas.

²⁹ Os dados históricos e estruturais da GDF foram pesquisados no *site* da própria GDF, disponível em <http://www.gdf-gy.org/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=31> acessado em 28 dez. 2009 20h36min. As informações referentes à economia do país foram consultadas no *site* da Central Intelligence Agency (CIA) disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gy.html>> acessado em: 28 dez. 2009 19h05min. O quantitativo militar foi pesquisado no artigo Adelanto del Balance Militar de América del Sur 2008 disponível no *site* <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1130&Itemid=30> acessado em 17 ago. 2009 17h55min.

como a Força Voluntária da Guiana Inglesa, a Unidade de Serviços Especiais, a Polícia da Guiana Inglesa e alguns civis voluntários.

A GDF é uma organização mais voltada para os serviços sociais da nação, comprometendo boa parte do seu tempo em tarefas comunitárias, missões para o desenvolvimento nacional e missões emergenciais aonde se fizer necessário o uso dos recursos e equipamentos que estão à disposição da organização. Para a sua própria subsistência, a força produz alguns dos seus próprios alimentos através do Corpo de Agricultura, além de costurar os seus próprios uniformes, refletindo a dificuldade financeira do país.

A Guiana tornou-se altamente endividada por ter praticado, no passado, um modelo de desenvolvimento econômico voltado para dentro. Atualmente, a economia é fortemente dependente da exportação de seis *commodities*: açúcar, ouro, bauxita, camarões, madeira e arroz. Estes produtos, que representam quase 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, são altamente sensíveis à condições climáticas adversas e as flutuações nos preços das *commodities*.

Os problemas crônicos da Guiana incluem a escassez de mão-de-obra qualificada e uma infra-estrutura deficiente. O país está incluído na lista dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC - *Highly Indebted Poor Country*). Para amenizar a situação da Guiana, em março de 2007, o *Inter-American Development Bank* cancelou uma dívida de quase US \$ 470 milhões, equivalente a quase 48% do PIB.

Os gastos da Guiana com a GDF representam 1,8% do PIB, modestos quando considerada a arrecadação de U\$ 2,973 bilhões, que coloca o país em 174º lugar na economia mundial. Convertendo esses números em “expressão do poder militar”, representam uma força terrestre de 900 militares, um grupo aéreo com um efetivo de 100 membros e uma marinha costeira também com um efetivo de 100 militares, perfazendo um total de 1.100.

Os equipamentos também são bastante modestos e escassos: 9 veículos blindados de exploração, três aviões bimotor de médio porte e 3 helicópteros para emprego geral. Cumpre ressaltar que nenhuma aeronave possui sistema de armamento. A ala aérea da GDF realiza missões primárias de transporte, comunicações e de ligação. Como missões secundárias, incluem o combate ao narcotráfico e patrulha marítima.

A pouca representatividade militar da Guiana fica bem caracterizada quando se pesquisa *sites* e revistas especializadas em assuntos militares. Devido a essa escassez de poder bélico, o país não compõe nenhuma lista de nações com alguma expressão militar. Por esse motivo este pesquisador optou por excluir a Guiana do equilíbrio do poder militar dos países envolvidos na hipótese de emprego. Desta forma, a comparação será Brasil *vis-à-vis* a Venezuela.

4 ANÁLISE DA DISSUAÇÃO NO CASO HIPOTÉTICO

A análise do poder militar se restringiu aos exércitos e forças aéreas dos Estados em questão devido às características da região envolvida excluir a possibilidade de participação das marinhas, como foi visto no capítulo anterior. No entanto, como os efetivos militares das marinhas podem de ser mobilizados para outras tarefas, esse quantitativo é mostrado na tabela 4.

4.1 O BALANÇO DO PODER NA ESTRATÉGIA DE ATRICÃO

4.1.1 O PODER LATENTE

Mearsheimer (1983) afirma que, embora as armas tenham sofrido grandes evoluções, a estratégia básica continua a mesma. Esse tipo de guerra é muito dispendioso para o atacante que, geralmente, acaba por sofrer mais perdas que os defensores. É comum prevalecer quem tem mais capacidade de fogo e recursos humanos, tornando o cálculo da dissuasão relativamente simples. Fica claro, então, que terá capacidade de se manter mais tempo na guerra o Estado que tiver vantagem econômica e predisposição para aplicar essa vantagem econômica em recursos militares.

Embora se possa efetuar o cálculo da dissuasão para este tipo de estratégia medindo os vários tipos de recursos tangíveis de um Estado em relação a outro, Mearsheimer (2001, p. 62-63) estabelece quais recursos são fundamentais para fornecer uma mostra confiável da riqueza do Estado. Estes recursos podem ser medidos de várias maneiras. O autor propõe que sejam enumerados os indicadores

que reflitam a riqueza de um poder latente de um Estado e que para países de segmentos econômicos semelhantes, Mearsheimer considera como um bom indicador o PIB.

É importante que os segmentos econômicos sejam semelhantes, pois países de vocação agrária e semi-industrializados podem ter o PIB próximo a um país altamente industrializado, uma vez que esse indicador representa todo o volume de bens e serviços medidos num período de tempo fixado. No entanto, o autor explica que um país altamente industrializado é mais mobilizável para um conflito armado do que um país semi-industrializado.

O mesmo pode ocorrer com a relação entre população e a força produtiva dos Estados comparados. O Estado de vocação agrária pode ter uma população consideravelmente maior para atender a produção do campo enquanto que o Estado industrializado necessita de mão-de-obra especializada e numericamente menor. Estas variações obrigariam comparações mais detalhadas de vários indicadores para se determinar o poder latente entre os Estados envolvidos, visto haver várias possibilidades de combinações.

Embora Mearsheimer afirme que, para países de desenvolvimento econômico semelhantes, na atualidade, somente o PIB já seja um parâmetro adequado para comparação, a produção de ferro e aço e o consumo de energia, símbolos do desenvolvimento industrial de um país, podem ser utilizados para comparação nos casos antecedentes a 1960. A partir desse ano, foram estabelecidos os indicadores econômicos atualmente utilizados.

O PIB sozinho, então, pode não ser um indicador preciso na comparação entre Estados de segmentos econômicos diversificados. Por esse motivo e para se aumentar a confiabilidade da análise, também foram incluídos, como indicadores econômicos para o cálculo do poder latente, a força de trabalho, a reserva de divisas e ouro, a produção e o consumo de energia elétrica. Desta forma, pretende-se comparar os principais elementos estabelecidos por Mearsheimer para a análise do poder latente, abrangendo todas as condições apresentadas pelo autor: países de segmentos econômicos iguais ou diferentes e com parâmetros que determinam a industrialização do país.

Tabela 2 – Comparação dos Indicadores Econômicos – Brasil e Venezuela³⁰.

INDICADORES	BRASIL	VENEZUELA
PIB*	U\$ 1,998 trilhões	U\$ 356,3 bilhões
Força de Trabalho	93,65 milhões	12,59 milhões
Reserva de Divisas e Ouro	U\$ 238 bilhões	U\$ 26,41 bilhões
Produção de Energia Elétrica	438,8 bilhões kWh	113,3 bilhões de kWh
Consumo de Energia Elétrica	404,3 bilhões de kWh	83,02 bilhões kWh

* Valores em dólares para a paridade do poder de compra.

Fonte: disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em 15 dez. 2009 10h49min.

Ao se analisar os dados apresentados na tabela 1 pode se verificar que os indicadores econômicos favorecem ao Brasil. O PIB do Brasil, representado pela paridade do poder de compra em dólares, é 5,6 vezes maior que o da Venezuela. Comparando a reserva de divisas e ouro, que é um indicador de aplicação imediata para aquisição de armamentos, o Brasil supera a Venezuela na proporção de 9:1. A comparação do nível de desenvolvimento industrial pode ser percebida através do consumo de energia, ficando a proporção em 4,86 a favor do Brasil. Observa-se, no campo Produção de Energia Elétrica, que ambos os países são auto-suficientes na produção da energia que necessitam.

A população é outro critério que Mearsheimer leva em consideração para avaliar o poder latente de um Estado. Esta população, além de representar a força produtiva, pode sinalizar a capacidade de mobilização para composição das tropas.

Ao analisar a composição da população dos países observam-se os seguintes números³¹:

³⁰ Foram utilizados como indicadores numéricos que determinam a riqueza dos Estados, os dados disponíveis em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> com data de atualização de 2007 e 2008. Os números representando as parcelas das populações dos países por faixa etária, por idade para o alistamento militar e os demais índices populacionais também foram coletados no site da Central Intelligence Agency (CIA). Acesso em 15 dez. 2009 10h49min.

³¹ Foram consideradas as somas entre homens e mulheres em todos os critérios.

Tabela 3 – População

POPULAÇÃO	BRASIL	VENEZUELA
TOTAL	198.739.269	26.814.843
MÉDIA DA IDADE	28,6	25,5
14 – 64 ANOS	66,8%	64,6%
TAXA CRESCIMENTO	1,99%	1,508%

Fonte: disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> acesso em 15 dez. 2009 10h49min.

Ambos os países apresentam a maior parte das suas populações na faixa etária produtiva. No entanto, em termos quantitativos, o Brasil tem uma população produtiva 7,44 vezes maior que a Venezuela, confirmando a informação constante no campo “Força de Trabalho” da tabela 2.

Alem da importância econômica, a população tem outra função diretamente relacionada com a guerra que é a mobilização. Para se analisar estes parâmetros deve se considerar, a faixa etária possível de ser mobilizada e o número de cidadãos atingindo a idade para o serviço militar (SM).

Tabela – 4 População Mobilizável para o Serviço Militar

POPULAÇÃO	BRASIL	VENEZUELA
Homens em idade para o SM	38.043.555	5.391.582
Mulheres em idade para o SM	44.267.520	5.873.563
Homens atingindo a idade para o SM anualmente	1.690.031	276.051
Mulheres atingindo a idade para o SM anualmente	1.630.851	274.162

Fonte: disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> acesso em 15 dez. 2009 10h49min.

A CIA utiliza como parâmetro, para o serviço militar de um país, a quantidade total de homens e mulheres na faixa etária de 16 a 49 anos e que não são desqualificados por motivos de saúde. Este número é estimado em decorrência das condições de saúde do Estado e proporciona uma estimativa mais realista do número real apto para servir. Nestes critérios, os números também são favoráveis ao Brasil numa proporção de, aproximadamente, 8 vezes.

4.1.2 O PODER MILITAR

Não obstante a riqueza e a população serem consideradas importantes dimensões do poder latente, Mearsheimer (2001), ao elaborar a sua análise, estabelece que a forma com que estas dimensões são aplicadas no segmento militar é que vão se traduzir em uma maior ou menor capacidade de poder militar quando comparados a outros Estados.

Para se avaliar como os indicadores econômicos e populacionais influenciam nos contingentes militares, buscou-se verificar o efetivo por força armada dos países analisados, separando-se poder terrestre, marítimo³² e aéreo. Numa análise preliminar dos contingentes militares da Venezuela, possível força ofensiva, e Brasil, como força defensiva, têm em valores absolutos os seguintes números:

Tabela 5 – Efetivo das Forças Armadas da Venezuela e do Brasil

ESTADO	EXÉRCITO	MARINHA	FORÇA AÉREA
VENEZUELA	63.000	17.500	11.500
BRASIL	217.800	61.000	63.500

Fonte: Anticipo del Balance Militar 2008. <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1130&Itemid=30>. Acesso em 17 ago. 2009 17h55min.

Mearsheimer (1983) leva em consideração, para realizar o cálculo ofensivo/defensivo, em valores absolutos dos recursos humanos, a proporção de 3:1 e que o ideal seria estar entre 5:1 e 8:1.

Tomando por base a análise, somente em relação aos efetivos, já se verifica a inviabilidade uma estratégia de atrição, partindo da Venezuela. Em proporções, fica mais ressaltada a inversão dos valores da teoria de Mearsheimer, pois o exército do Estado defensivo, no caso o Brasil, contaria com, aproximadamente, 3,4:1 em relação ao Estado ofensivo. A marinha, 3,5:1 e a força aérea, a situação mais acentuada, 5,5:1.

³² Embora a análise do poder marítimo não faça parte deste estudo, como já foi informado, o contingente dessa força foi incluído na amostra por se tratar de pessoal com treinamento militar, portanto passível de ser direcionado para tarefas em outras forças.

Um fator que pode equilibrar a diferença numérica dos efetivos é a qualidade, em termos tecnológicos, do armamento e do treinamento empregados pela força de menor contingente (COHEN, 2002), ou seja, como o país investe parte do PIB no segmento militar.

No entanto, essa não é a situação em pauta. O equilíbrio do poder militar entre Brasil e Venezuela é simplificado a uma questão numérica. De fato, a *GlobalFirePower.com*, site que traz o ranking mundial do poder militar, classifica o Brasil em oitavo no mundo, enquanto que a Venezuela foi classificada na trigésima – oitava no mundo. Comparando os países com os demais Estados da América do Sul, o Brasil fica em primeiro lugar e a Venezuela em terceiro.

Os sites e revistas especializadas em análises do poder militar levam em consideração, além da capacidade bélica, alguns fatores que não são de aplicação imediata em combate, mas são considerados essenciais para a sustentação do Estado no conflito:

- a) Índice do total de efetivos das três Armas em relação à população do país.
- b) Índice dos gastos militares em relação ao PIB.
- c) Plano de Defesa Nacional: planejamento de longo prazo, vontade política, interesse no fortalecimento das Forças Armadas, indústria bélica e Política de Defesa Nacional.
- d) Projeção Estratégica: população total, área do país, efetivos militares, Produto Interno Bruto (PIB), capacidade de mobilização e atuação em missões de paz da ONU.

Na tabela 6, observa-se a comparação dos fatores de cálculo do poder militar extraídos do balanço do ano de 2008 realizado pelo site especializado Nueva Mayoria. Este portal traz a atualização da conjuntura sociopolítico ibero americana além de artigos relacionados com as forças armadas regionais. As pesquisas e dados estatísticos para construção das análises do site Nueva Mayoria são extraídos de sites oficiais dos respectivos governos analisados, do *Stokholm international Peace Research Institute* (SIPRI) e da ONU. Buscaram-se as informações na supracitada fonte devido ao fato dos critérios utilizados pelos seus analistas estarem de acordo com os fatores sugeridos por Mearsheimer (2001) para se executar este tipo de cálculo.

Tabela 6 – Fatores do Poder Militar – Balanço 2008

FATORES	BRASIL	VENEZUELA
Gastos militares como % do PIB	1,7	1
% do efetivo militar regional	31,5	8,5
Tanques	322	190
Blindados de Combate/Transporte para Infantaria e Exploração	1200	192
Artilharia de Campanha	576	124
Aviões de Combate	371	79
Contingente em Missões de Paz	1.154	0

Fonte: Anticipo del Balance Militar 2008.
 <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1130&Itemid=30>. Acesso em 17 ago. 2009 17h55min.

Da análise dos indicadores do poder latente e do poder militar verifica-se que, de uma forma geral, as condições favoráveis ao Brasil descarta a possibilidade de utilização da estratégia de atrição pela Venezuela, posto que, nos campos verificados, o Brasil apresenta uma superioridade numérica considerável e a conversão do poder latente em poder militar brasileiro mantém a proporcionalidade dessa vantagem.

Para facilitar a visualização da relação entre Brasil e Venezuela quanto ao poder latente e poder militar, segue a tabela 7.

Tabela 7 – Proporção, em termos de Poder Latente e Militar, entre Brasil e Venezuela

	FATORES	BRASIL/VENEZUELA
Poder Latente	PIB	5,6
	Reserva de Divisas e Ouro	9,0
	Consumo de Energia Elétrica	4,9
	Força de Trabalho	7,4
Poder Militar	População em idade para SM	8,0
	Efetivo do Exército	3,4
	Efetivo da Aeronáutica	5,5
	Efetivo da Marinha	3,5
	Tanques	1,7
	Blindados de Combate/Transporte para Infantaria e Exploração	6,3
	Artilharia de Campanha	4,6
	Aviões de Combate	4,7

Fonte: o autor

No entanto, estes números podem ter outras interpretações, na medida em que se muda a estratégia. A capacidade bélica e o equilíbrio dos poderes latentes sozinhos não são suficientes para o cálculo da dissuasão aplicado a todas as estratégias (MEARSHEIMER, 1983). Embora comprovada a capacidade dissuasória do Brasil para a estratégia da atrição, quando se limita os objetivos do conflito a uma determinada parte do território, este cálculo fica mais complexo e exige uma análise específica.

4.2 O NORTE DE RORAIMA COMO OBJETIVO LIMITADO

Ainda que a estratégia da atrição se demonstre ineficaz para a solução de Essequibo pelo uso da força, tendo como barreira o poder militar brasileiro, o governo venezuelano pode se utilizar da estratégia de objetivos limitados como alternativa.

Esta teoria se encaixa na escolha racional, pois pode propiciar à Venezuela aquisição de parte do território brasileiro, mesmo que por um tempo limitado, que possibilite a progressão das tropas em direção a região de Essequibo ao mesmo tempo em que as mantém afastadas do “corpo principal da força oponente”, que seria as forças armadas do Brasil. (MEARSHEIMER, 1983, p. 53).

No caso em análise, para que a Venezuela empreenda com sucesso a estratégia, ela necessita ter uma superioridade alcançada por meio da surpresa e que o Brasil não tenha poder de resposta imediata e nem seja capaz de mobilizar a força principal antes que o atacante conquiste o objetivo estipulado.

Para efetuar o cálculo da dissuasão para esta estratégia é necessária uma análise das forças envolvidas, tomando por base as principais unidades militares nas proximidades do objetivo. O ponto estratégico da região do objetivo limitado é a localidade de Caramambatai, justamente por ser o primeiro ponto abaixo da região montanhosa. Ao mesmo tempo em que é o lugar que propicia o deslocamento mais adequado da força ofensiva é também o ponto mais afastado do corpo militar principal do defensor. Outra característica que favorece a força atacante é a proximidade com a fronteira da Guiana, tendo que superar para atingi-la uma estreita faixa de terra brasileira de aproximadamente 68 km.

Esta localidade, Caramambatai, está situada na tríplice fronteira Venezuela-Brasil-Guiana (fig. 3), próximo ao Monte Roraima, pertencente ao Estado Brasileiro.



Fig. 3 – Mapa de Navegação Aérea Visual da Tríplice Fronteira Venezuela-Brasil-Guiana. No destaque em vermelho, a pista de Caramambatai. Nos destaques em azul, as maiores elevações da região.

Fonte: disponível em: http://www.aisweb.aer.mil.br/aisweb_files/publicacoes/wac/wac2826.pdf. Acesso em: 26 ago. 2009 11h26min.

Com se observa no mapa da figura 3, ao norte de Caramambatai os montes se elevam, criando o terreno “dobrado” citado pelo Gen. Thaumaturgo. O Monte Roraima com 2724,3m (8990ft), o Monte Caburai a leste, com 1447,6m (4777ft) e, já no território guianense, o Monte Avanganna com 2028,2m (6693ft). Os círculos lilases com traço no centro simbolizam pistas de pousos, normalmente situados próximas às malocas. Embora elas se apresentem muito mais numerosas no território brasileiro, a média de comprimento disponível para pouso não passa de 650m, feitos da compactação do próprio terreno denominada piçarra (a decodificação de símbolos de cartas aeronáuticas está disponível no [site](http://www.aisweb.aer.mil.br/aisweb/aip_brasil) http://www.aisweb.aer.mil.br/aisweb/aip_brasil), permitindo somente o pouso de algumas aeronaves de pequeno porte, projetadas para aterrissagem em campos não-preparados. Na foto abaixo, observa-se, nos detalhes, a pista de Caramambatai, com o Monte Roraima ao norte, marcando o início da cadeia de montanhas no norte do continente sul-americano.

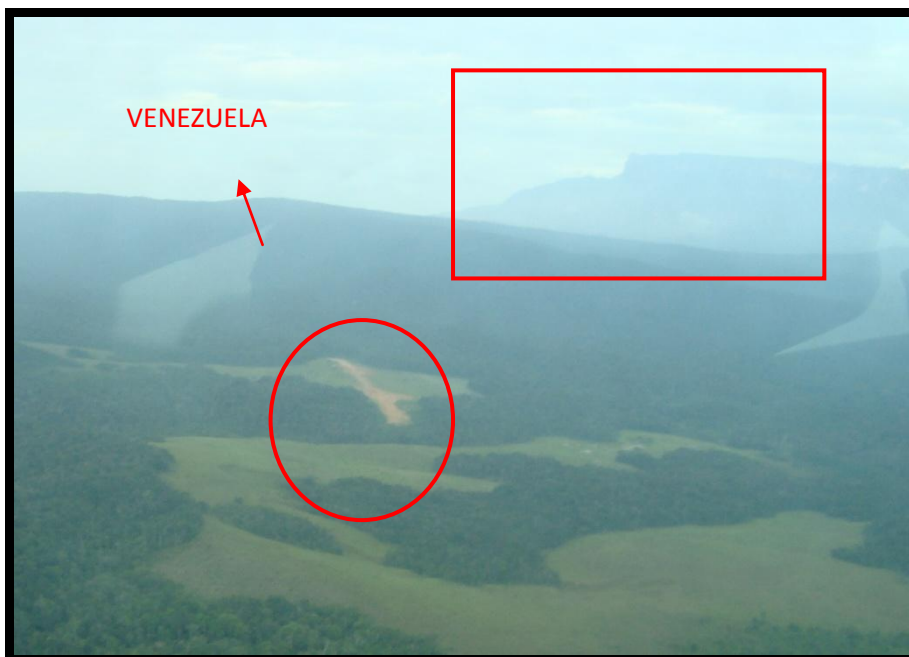


Foto 6: Pista de Caramambatai com o Monte Roraima ao norte
Autor: Major Aviador André Luiz Riera Herédia em 27 jul. 2009 9h21min

Para se determinar a área, na qual estão localizadas as forças que podem ser imediatamente envolvidas, foi feita uma circunferência, tendo como raio a distância entre da pista de pouso de Caramambatai até a cidade de Manaus, no Brasil, sede do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do VII COMAR (Sétimo Comando Aéreo Regional) e outra circunferência, tendo como raio a distância de Caracas, capital da Venezuela até a Pista de Caramambatai³³. Ficou constatada que as distâncias são muito similares (figura 4), utilizando-se, então, para o cálculo do poder militar, todas as unidades militares do exército e da força aérea venezuelana, pois a circunferência cobre quase a totalidade daquele território. Por parte do Brasil contaria as unidades do exército subordinadas ao CMA nas localidades de Manaus, Boa Vista e Tefé e as bases aéreas subordinadas ao VII COMAR nas localidades de Manaus e Boa Vista.

³³ Todas as distâncias, neste trabalho, foram estimadas utilizando-se o *software* Google Earth.

tanques, veículos blindados e mecanizados, está sediado na cidade de Maracay, vizinha a Caracas.

Em relação aos meios aéreos a situação não é diferente. Suas 79 aeronaves de combate³⁵ estão distribuídas em três grupos de caça. O Grupo Aéreo de Caça (GAC) 11, com os Mirrages 50, sendo substituídos pelos SU-30, e o GAC 16, com os F-16 A/B (necessitados de uma revitalização, segundo o site Nueva Mayoria) estão sediados na Base Aérea de Palo Negro, em Maracay³⁶. O GAC 12, operando obsoletos F-5 Tiger II³⁷, na Base Aérea de Barquisimento, na cidade de mesmo nome.

Ainda que as principais forças militares da Venezuela estejam posicionadas afastadas do objetivo, elas podem ser concentradas de forma a garantir a parte do território necessária à passagem das tropas em direção a Essequibo. O posicionamento das forças de defesa em tempo de paz é, segundo Mearsheimer (1983), importante para o desfecho da estratégia de objetivos limitados. Forças defensivas avançadas criam problemas para as forças atacantes. Passa-se, então, à análise da situação do defensor na região.

O Exército Brasileiro tem uma estrutura³⁸ de Comandos Militares Regionais, cada um com as suas áreas de responsabilidades divididas da seguinte forma:

- a) Comando Militar do Sul - 3^a e 5^a Regiões Militares (RM);
- b) Comando Militar do Sudeste - 2^a RM;
- c) Comando Militar do Leste - 1^a e 4^a RM;
- d) Comando Militar do Nordeste – 6^a, 7^a e 10^a RM;
- e) Comando Militar do Planalto – 11^a RM;
- f) Comando Militar do Oeste – 9^a RM;
- g) Comando Militar da Amazônia – 8^a e 12^a RM.

³⁵ Balance militar de Colombia, Venezuela y Ecuador. Disponível em <<http://www.nuevamayoria.com>> acesso em 25 ago. 2009 20h56min.

³⁶ Disponível em <<http://www.fav-club.com/articulos/mirageaniver/mirage25.htm>>. Acesso em 25 ago. 2009 21h25min.

³⁷ A FAB também opera o F-5 Tiger II. No entanto, para superar o problema de obsolescência do projeto original, no ano de 2001, iniciou-se um projeto de modernização de 46 aeronaves, processo orçado em US\$ 285 milhões, das quais 23 já haviam retornado para a FAB. A modernização das aeronaves contemplou: sistema de autodefesa, sistema de pontaria, painel com mostradores multifuncionais digitalizados, sistema de comunicação criptografada, interface com armamento inteligente dentre outros. Disponível em: <www.defesanet.com.br>.

³⁸ A estrutura do EB, bem como a localização de suas OM estão disponíveis no site <<http://www.exercito.gov.br>> que foi acessado várias vezes durante a pesquisa. Outras fontes consultadas foram os sites oficiais do Governo Brasileiro.

O Comando Militar da Amazônia, segundo o seu Comandante de então, Gen. Augusto Heleno, tem aproximadamente 25.000 militares. É o grande comando do Exército Brasileiro mais próximo da área ao norte do Estado de Roraima e que tem esta área sob a sua jurisdição.

Nós temos hoje na Amazônia 25 mil militares, mas não estão todos na fronteira. Na fronteira, nós temos 28 organizações militares: 26 Pelotões Especiais de Fronteira, duas Companhias Especiais de Fronteira, que têm de 150 a 180 militares, e três destacamentos, com um efetivo um pouco menor, e que mais tarde serão transformados em Pelotões Especiais de Fronteira. Mas é um dispositivo que consegue fazer uma vigilância efetiva da fronteira, e temos mais a retaguarda, os batalhões especiais de fronteira e as brigadas de infantaria de selva, que são responsáveis por esses pelotões de fronteiras que estão lá na frente e que têm condições, em caso de necessidade, de reforçar e apoiar esses elementos de primeiro escalão que ficam exatamente junto à fronteira. (GEN. AUGUSTO HELENO, 2008)³⁹.

Não obstante a 8ª e a 12ª RM comporem efetivamente a tropa da região, divididas em Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, respectivamente, somente será utilizada para o cálculo parte da 12ª RM. Será excluída a 8ª RM, por estar sediada na Cidade de Belém do Pará, a 1293 km de Manaus, fora, portanto, da área estabelecida para o engajamento imediato das forças. Do exposto, o mapa de distribuição das forças fica reduzido conforme a figura 6:

³⁹O General que “Cuida” da Amazônia. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/o-general-que-cuida-da-amazonia/>>. Entrevista concedida a Agência Brasil em 13 mar. 2008. Acesso em 20 ago. 2009 20h43min.

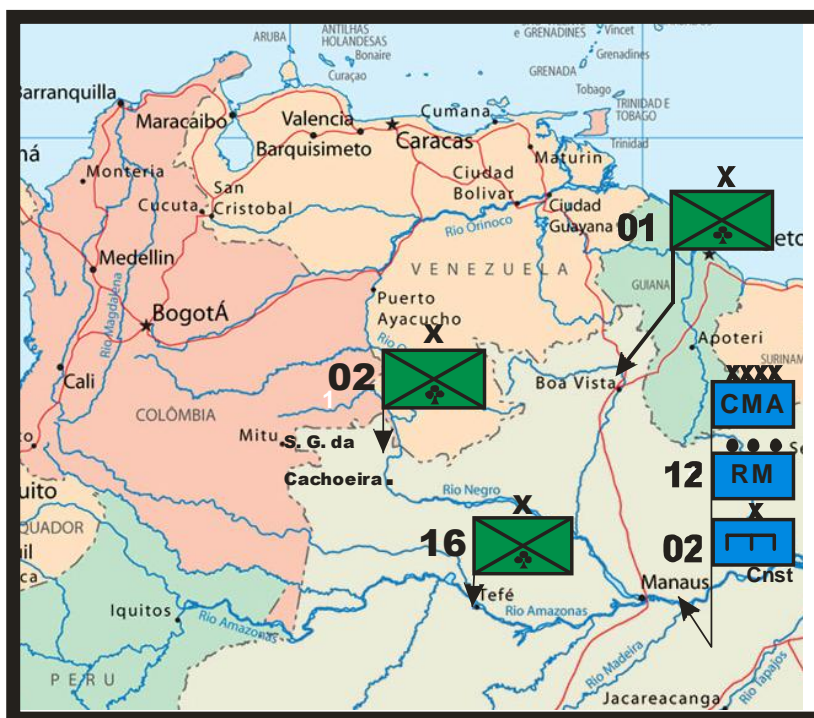


Fig. 6: Mapa de situação do EB na área de emprego imediato
 Fonte: Editado pela Seção de Desenho da EAOAR

A Amazônia Ocidental é composta de quatro estados sob sua responsabilidade: Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. No entanto, as OM sediadas nos Estados do Acre e Rondônia, bem como as da Cidade de Tabatinga, no Amazonas, também serão excluídas por estarem fora do círculo pré-estabelecido. Desta forma, restam as OM de Manaus, Tefé, São Gabriel da Cachoeira e Boa Vista. Esta exclusão reduz bastante o efetivo de 25.000 militares para emprego imediato, como será visto a seguir.

Com um efetivo estimado de 40 a 60 militares, os PEF têm como uma das suas missões servir como força de defesa inicial das fronteiras para retardar o avanço das forças invasoras enquanto forças de maiores contingentes são mobilizadas para o combate. Dando suporte aos PEF estão as Companhias Especiais de Fronteira (CEF), com um efetivo de 150 a 180 militares. Este sistema de Fronteira é subordinado e suportado por Batalhões e Brigadas⁴⁰.

No caso de Roraima, a 7^a Brigada de Infantaria de Selva (Bda Inf SI) – Boa Vista, com um efetivo de 5.000 militares, apóia os PEF de Bonfim, Normandia, Pacaraima, Surucucus e Auaris. Os dois primeiros na fronteira com a Guiana e os três últimos na fronteira com a Venezuela. Basicamente, este é o efetivo para dar combate e resistir às primeiras horas. A 1^a Bda Inf SI é a única na região que tem

⁴⁰ Id., 9.

Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (GAC SI) e Esquadrão de Cavalaria Mecanizada.

Mais afastadas estão a 16^a Bda Inf SI – Tefé e 2^a Bda Inf SI – São Gabriel da Cachoeira. Ambas com efetivos menores que os da 1^a Bda Inf SI. Na sede do CMA, em Manaus, estão as OM de suporte das Brigadas e algumas Companhias de Comando, o CIGS, Batalhões de Logística, Suprimento e Companhias de Comunicações e Engenharia. Para o pronto emprego, há 4^o Batalhão de Aviação do Exército (B Av Ex) e o 1^o Batalhão de Infantaria de Selva.

Com relação à FAB⁴¹, a região conta com as Bases Aéreas de Manaus (BAMN) e a de Boa Vista (BABV). Na BAMN estão sediados dois Esquadrões de Transporte de Tropa e um Esquadrão de Helicóptero com as funções básicas de infiltração de tropa. Estes esquadrões somados ao 4^o B Av Ex, se prestariam a mobilização imediata das brigadas da região para o local do objetivo.

O único esquadrão aéreo com capacidade bélica na região (os helicópteros do Exército estão armados, basicamente, com metralhadoras calibre 7.62, a exceção dos HA-1 que carregam metralhadoras .50 e casulos para foguete SBAT 70)⁴² fica sediado na BABV, operando 20 aeronaves da categoria caça – leve. O turbo-hélice A-29 Super Tucano tem como função primária a vigilância da área de fronteira contra o transporte de ilícitos em aeronaves de baixa e média performance.

Desta forma, os fatores para o cálculo da dissuasão podem ser observados na tabela 8:

⁴¹A estrutura da FAB, bem como a localização de suas OM está disponíveis no *site* <<http://www.fab.mil.br>>, que foi acessado várias vezes durante a pesquisa. Outras fontes consultadas foram os *sites* oficiais do Governo Brasileiro.

⁴²Disponível em <<http://www.cavex.eb.mil.br>>. Acesso em 07 set. 2009 20h35min.

Tabela 8 – Fatores do Poder Militar na Região do Objetivo Limitado

FATORES	BRASIL	VENEZUELA
Efetivo militar*	14.000	74.500
Tanques	-	190
Blindados de Combate/Transporte para Infantaria e Exploração	13	192
Artilharia de Campanha	18 ⁴³	124
Aviões de Combate	20	79

Fonte: Anticipo del Balance Militar 2008.
 <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1130&Itemid=30>. Acesso em 17 ago. 2009 17h55min.

* Considerada a soma de forças terrestres e forças aéreas

Ao se reduzir a área de mobilização para a região próxima ao objetivo limitado pode ser percebida a inversão dos números analisados para a estratégia de atrição. Fazendo-se uma análise preliminar, constata-se que o atacante, nesta situação, goza de uma vantagem militar que atende as condições iniciais para implementar a estratégia. Ou seja, tem condições de atingir o objetivo antes da mobilização das forças defensoras principais. A proporção, para a ação inicial, em termos de pessoal, fica em 5,3:1. Com relação ao equipamento militar a disparidade é esmagadora, pois ao se considerar o principal elemento da força terrestre, os MBT, os atacantes contam com a sua força total, 190 tanques, enquanto que a defesa não tem nenhum na região. A proporção dos blindados de infantaria motorizada é de 14,7:1, a artilharia 6,9:1 e a aviação 3,95:1, todos a favor do atacante. No entanto, como já foi visto anteriormente, para que o objetivo seja mantido é necessária a inversão dos papéis e o atacante passe a posição de defensor no terreno para que a atrição, então, conte a seu favor.

Retoma-se, então, a análise feita para a estratégia de atrição, onde já foi constatada a vantagem do Brasil através da análise para os fatores do poder militar.

Nesta situação, poderia se supor que o defensor, em vantagem para uma estratégia de guerra de atrição, poderia estendê-la ao Estado atacante. Não obstante já se ter esclarecido que a análise da dissuasão, para esta pesquisa, envolve o conceito de negação e não de punição, parte-se da suposição de que o

⁴³ Segundo o Major de Artilharia Benetti, o GAC é composto de 3 a 4 baterias de obuses, cada uma delas constituídas de 6 obuseiros, perfazendo um total de 18 ou 24 bocas-de-fogo. Disponível em <www.defesa.ufjf.br> “Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro” acesso 18 set. 2009 15h22min.

defensor não iria iniciar essa guerra e que, portanto, o conflito continuará a ser limitado.

O leitor atento pode se perguntar onde se encaixa as operações aéreas por parte do atacante para a estratégia dos objetivos limitados, uma vez que tenha ficado explícito a sua superioridade numérica e qualitativa. Cumpre ressaltar que, segundo a teoria de Mearsheimer (1983), nesta estratégia a força atacante se concentra na área do objetivo, evitando o confronto com o corpo defensivo principal: “Obviamente que o atacante vai encontrar alguma resistência durante a ofensiva inicial. Assim, será necessário destruir uma parte, **ainda que pequena**, da força do inimigo”. (ibid., p.54, tradução e grifo nosso). O autor segue enfatizando que a estratégia de objetivos limitados não foi concebida baseada no conceito de punição para se infligir grandes perdas às forças defensoras. Por esse motivo não faria sentido a força atacante implementar operações aéreas além do norte de Roraima.

Assim sendo, os ataques se limitariam aos PEF da região para se estabelecer uma posição defensiva. Este é justamente o maior problema assinalado por Mearsheimer. Conquanto as forças defensivas principais não sejam destruídas, elas são mobilizadas para a retomada do objetivo.

Existe, ainda, a questão da surpresa estratégica e tática que poderiam ser quebradas com a penetração de aeronaves além da área objetivada. Seria o caso de ataques planejados aos comandos e bases nas cidades de Manaus e Boa Vista que poderiam ser detectadas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), promovendo uma resposta rápida e indesejada pelo atacante.

Do ponto de vista do atacante, a surpresa estratégica é essencial para evitar batalhas de grande escala com as forças defensoras alertadas. Sem surpresa estratégica, no entanto, esta é uma tarefa difícil - especialmente contra uma defesa que tem a capacidade de reagir rapidamente às ameaças inesperadas. (ibid., p.54, tradução nossa).

A pouca penetração preconizada pela estratégia, seja para não perder a surpresa estratégica ou para evitar o desgaste com forças defensoras fora da área do objetivo, acaba por ter o mesmo efeito (embora o autor as trate separadamente) e se revestem em vantagem para o defensor. No caso analisado, as tropas defensivas podem ser mobilizadas em pontos onde o atacante tenha evitado o

confronto, como por exemplo, a BABV. Ao se retornar ao conflito de 1969, observa-se que as tropas venezuelanas, na busca de um caminho menos “dobrado” (a geografia do local permanece a mesma, o que modificou foi a abertura e melhoria de algumas estradas), se instalaram na localidade Boqueirão da Lua, próxima a Cidade de Normandia, esta última distante da capital do estado, Boa Vista, 165 km (linha reta) a nordeste ou 276 km pelas estradas em condições ruins de conservação (existem outros caminhos, porém, considerados “caminhos carroçáveis”, em piores estados de conservação)⁴⁴.

Analisando-se os fatores do poder militar na região estabelecida para o acionamento imediato das forças de cada Estado, pode-se concluir que o cálculo da dissuasão para a estratégia de objetivos limitados, para o caso em questão, dividiu-se em duas partes.

Primeiro, com relação à conquista do objetivo, verifica-se que a superioridade militar na região favorece a Venezuela, que em princípio teria condições de ocupar a região e assumir uma posição defensiva. Esta posição poderá ser mantida até a mobilização das forças defensoras para o contra-ataque. Esta primeira parte mostra a fragilidade no posicionamento das forças brasileira na região para dissuadir uma possível investida da Venezuela. Maior no que se refere ao poder aéreo, pois a principal base de defesa aérea encontra-se na região centro-oeste do Brasil, na cidade de Anápolis, distante 2.683 km de Caramambatai.

O Grupo de Defesa Aérea no Brasil, sediado na cidade de Anápolis, opera 12 aeronaves Mirage 2000c que, embora tenham a capacidade de carregar 6,3t de armamento, têm um raio de ação de 804 km, necessitando para estendê-lo até a região do objetivo de pousos técnicos para reabastecimento (os pousos técnicos não são possíveis com a aeronave preparada para o emprego) ou o acionamento de aeronaves reabastecedoras⁴⁵. Estas últimas têm os seus esquadrões baseados na cidade do Rio de Janeiro, portanto, mais distantes ainda da área do objetivo.

No entanto, a força atacante, ao se estabelecer na região, passa à estratégia da atrição e nessa segunda parte da análise a vantagem é brasileira, que teria condições de mobilizar suas forças e permanecer mais tempo no conflito, como já foi

⁴⁴ Os dois caminhos já foram feitos diversas vezes pelo pesquisador em missões de reconhecimento do terreno e transportando o Comandante e comitiva da 7ª Bda Inf SI em missões de inspeção do PEF, pilotando a aeronave C-98 Caravan.

⁴⁵A ficha técnica da aeronave MIRRAGE 2000c está disponível em <http://www.defesnet.com.br/fx/mirage2000_cb.htm>. Acesso em 10 set. 2009 10h43min.

comprovado na análise dos fatores para a estratégia da atrição. As bases aéreas de Manaus e Boa Vista serviriam como base de deslocamento para as tropas, armamentos e aeronaves de combate, o que dificultaria a permanência das tropas venezuelanas, sustentando uma posição defensiva no terreno.

À Venezuela cabe calcular se o tempo e os gastos para se manter na posição defensiva, na região do objetivo limitado, são aceitáveis para deslocar as tropas através dessa área até a região de Essequibo. É em função desse binômio que deverá ser feita a análise da capacidade dissuasória do poder militar brasileiro quando a estratégia perseguida pela Venezuela for a estratégia de objetivos limitados.

No entanto, é importante evidenciar que a comparação das forças para a estratégia da atrição fica próxima ao estipulado como a ideal por Mearsheimer para aplicá-la. Para a Venezuela optar pela estratégia de objetivos limitados no norte do Estado de Roraima, com o objetivo de estabelecer uma guerra de atrição contra o Brasil, os decisores devem considerar que o Estado Brasileiro conta com um contingente de aproximadamente 4:1 quando somadas as forças terrestre e aérea e a população em condição de ser convocada está na proporção de 8:1. Além da superioridade numérica em relação ao efetivo total e mobilizável, o Brasil goza de relativa superioridade em equipamentos, como por exemplo, aviões para vários tipos de emprego militar.

Mearsheimer (1983) explica que as estratégias de atrição, objetivos limitados e *blitzkrieg* devem ser empregadas separadamente para cada tipo de guerra que se deseja empreender, levando-se em consideração a capacidade militar do atacante e da defesa e que não compensa utilizar-se de uma guerra de atrição ou da *blitzkrieg*, que têm como característica a aniquilação, para alcançar objetivos limitados, conquistando parte do território do defensor.

Ainda assim, o autor afirma que, em uma determinada circunstância, é possível utilizar a *blitzkrieg* para ganhar um objetivo limitado. Quando as unidades da força defensiva estão separadas por grandes distâncias territoriais, como é o caso do poder militar brasileiro que se encontra na região centro-sul do país, o atacante pode lançar uma *blitzkrieg* para destruir totalmente as defesas locais e ocupar a parte do território inicialmente defendido. A defesa encontraria grandes

dificuldades para superar a grande massa territorial no intuito de realizar uma contra-investida.

4.3 AS CONDIÇÕES PARA LANÇAR UMA *BLITZKRIEG*

4.3.1 OS MEIOS E O TERRENO

Como já foi visto na seção anterior, a Venezuela não tem, na atualidade, suas principais forças mobilizadas próximas às fronteiras do Brasil. Na verdade, suas unidades militares encontram-se posicionadas a noroeste, próximas a capital Caracas e a sudoeste, na fronteira com a Colômbia. Este posicionamento é condizente com a preocupação do governo venezuelano com a aliança EUA - Colômbia, principalmente em relação à possibilidade de instalações de bases estadunidenses no país vizinho.

A única unidade militar próximo a fronteira é uma brigada de infantaria de selva localizada no vilarejo de Luepa, a 123 km de Caramanbatai e a 148 km de Pacaraima. No entanto, as forças brasileiras encontram-se afastadas da região e na comparação feita para a aplicação da estratégia de objetivos limitados foi visto que, numericamente, tanto em relação a tropas quanto em relação ao armamento, a Venezuela goza de superioridade.

Mearsheimer (1983) elege a penetração como principal objetivo da *blitzkrieg*. Quando a defesa está posicionada de forma que o atacante tem que vencer uma grande massa territorial para combater, esta penetração pode ser lançada para ocupar um objetivo limitado. Claro ficou, no capítulo anterior, que, não só a disposição das tropas brasileiras longe do norte de Roraima, mas também a própria extensão do território que deveria ser conquistado para o objetivo maior da Venezuela, que seria a anexação da região do Essequibo, poderia levá-la a crer na possibilidade de lançar uma ofensiva utilizando essa combinação estratégica na região. O único óbice seria a manutenção do território conquistado.

Para aplicar a estratégia da *blitzkrieg* com a intenção de conquistar o objetivo limitado, as forças venezuelanas teriam que ser empregadas de forma maciça na fronteira ao norte e a ofensiva teria que ser a tal velocidade que a

surpresa impediria a mobilização da defesa a tempo na região. Para se avaliar a questão da velocidade, que implica, obrigatoriamente, a evolução dos meios bélicos no terreno, é necessária uma análise das condições de deslocamento do atacante até a região do objetivo, bem como da posição da defesa nesta região ou ainda, como a defesa movimentaria as suas forças até a linha de contato.

A Venezuela tem o seu terreno consideravelmente regular e com várias estradas de rodagem, asfaltadas ou não, em condições de levar o poder militar até a fronteira com o Brasil. O território, conhecido como *La Grand Sabana*, é apropriado ao deslocamento de blindados que teriam que se deslocar da cidade de Maracay até o começo do território brasileiro, ou seja, uma distância de aproximadamente 920 km.

Ao se considerar o preconizado pela doutrina de emprego da U.S Army - *Military Operations on Urbanized Terrain*⁴⁶, FM 100 – 5, para o deslocamento de tropas mecanizadas em áreas urbanizadas e sob fogo convencional, a média de avanço é de 30 a 60 km por dia. No entanto, para mobilizar as suas tropas blindadas a Venezuela pode imprimir um avanço regular pelo seu território e sem ameaças. Considerando-se 65 km/h a velocidade média dos MBT AMX – 30⁴⁷ em terrenos livres de obstáculos, em pouco mais 14 horas os MBT estariam alcançando a região de fronteira, surpreendendo o PEF de Vila Pacaraima que, como já foi mencionado, conta com um efetivo variando entre 40 e 60 militares.

Ressalta-se que na extensão de Caramambatai até Vila Pacaraima só existem algumas aldeias indígenas e vilas, sendo 0,85 hab/km² a média da densidade demográfica dos municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia⁴⁸. Este vazio demográfico oferece a oportunidade de uma entrada “silenciosa”, a exemplo do que foi feito em 1969. Possibilita, ainda, penetrar profundamente com uma força principal sem a necessidade de um confronto direto, deixando a fixação dos pontos fortes para uma força de ocupação, enquanto a força de penetração já se encontraria avançando na direção do objetivo.

⁴⁶ Military Operations on Urbanized Terrain. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/90-10/90-10ch3.htm>>. Acesso em 22 dez. 2009 18h18min.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.militaryfactory.com/armor/detail.asp?armor_id=47>. Acesso em 05 out. 2009 16h15min

⁴⁸ Roraima em Números. Governo do Estado de Roraima – SEPLAN – CGEES. Disponível em CD-ROM.

Após a fronteira, a linha que liga a parte mais estreita, partindo da Venezuela em direção a Guiana, passando pelo território brasileiro, é de 68 km. O terreno, segundo Freitas (1996), pouco escarpado, é basicamente formado por pequenas irregularidades, variando de 70 a 160m de altura. Geograficamente, esta área de aplainamento, que é a de maior predominância no Estado de Roraima, é conhecida como Pediplano Rio Branco – Rio Negro, abrangendo as bacias dos rios Branco, Tacutu, Surumu e Caumé. Com uma cobertura vegetal formada por gramíneas entrecortadas por palmeiras denominadas buritis, localizados a beira de igarapés, a geografia da região se mostra favorável ao deslocamento de tropas mecanizadas.

Não obstante o terreno em Roraima ser apropriado para a utilização de blindados, a força defensiva não explora esta condição, pois os MBT estão sediados em OM localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil. O equilíbrio entres forças, no que diz respeito a estes equipamentos também se mostra favorável à Venezuela (ver tabela 8), uma vez que na área estabelecida para o envolvimento das forças, o EB conta somente com um Esquadrão de Cavalaria Mecanizada dotado de 13 carros de combate, sendo seis EE-9 Cascavel e sete EE-11 Urutu⁴⁹.

Como o terreno é propício ao emprego de blindados e na região existem duas rodovias asfaltadas que ligam a capital Boa Vista à Venezuela e à Guiana, além de no sentido oposto chegar a Manaus, e sendo o estado de Roraima uma fronteira de extrema importância estratégica na região norte do país, seria de bom tom que ali fosse agregado um maior poder em força de blindados, até para renovar o equipamento já existente e dar uma maior capacidade de pronta reposta a qualquer problema futuro [...]⁵⁰

Desta forma, o balanço das forças favorece a Venezuela e as condições do terreno e vegetação favorecem a aplicação dos blindados para ambas as partes, o que acaba por favorecer também a Venezuela, uma vez que o Brasil não conta com uma força de blindados expressiva na região.

Como a distância da Venezuela até a Guiana, passando pelo território brasileiro, é de aproximadamente de 68 km, em 24 horas as tropas venezuelanas atingiriam a região de Essequibo, utilizando sua força mecanizada de transporte

⁴⁹ BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Blindados em Roraima – “Sentinelas do Lavrado”. Disponível em <www.defesa.ufjf.br> . Acesso em 07 set. 2009 18h14min.

⁵⁰ Ibidem.

dotada de 30 veículos de reconhecimento M8 Greyhound, 100 V-100 Commando Transports, 30 LAV-150 Commando Transports, 100 Dragoons, incluindo alguns montados com canhão de 90 mm, 35 EE-11 Urutu, e 25 AMX-VCI de transporte de pessoal. Este último é o que tem a menor autonomia, 350 km. Os demais ficam acima de 500 km, inclusive os MBT AMX – 30 que tem uma autonomia de 600 km, o que propicia superar a faixa do território brasileiro sem a necessidade de abastecimento⁵¹.

Esta média de avanço está compatível com a média histórica dos principais avanços de blindados desde a II GM. van Creveld (1994) lembra que esta foi a média de avanço da versão soviética da *blitzkrieg*. Durante a campanha de Vistula-Oder, os deslocamentos das forças blindadas soviéticas levaram uma média de 68,75 km por dia. Este cálculo leva em consideração que as forças em deslocamento encontram alguma resistência por parte da defesa. Como relata Beevor (2002, p. 57-59), após a ofensiva do Vistula, a tropa russa encontrou pouca resistência no avanço em direção a Prússia Ocidental. Os batalhões de infantaria, apoiados por canhões autopropulsados, rompiam as linhas de frente, garantindo os cruzamentos para a passagem dos blindados.

Biddle (2004, p. 250) utiliza uma média de avanço para tropas levemente engajadas de 21,2 km/dia. Ainda assim, as tropas venezuelanas gastariam pouco mais de três dias de deslocamento para cruzar o território brasileiro em direção a Guiana.

No caso analisado, a força de defesa seria constituída pelas tropas terrestres compostas pela pouca artilharia e carros de combates já presente na região e pelo emprego das aeronaves AT – 29 já mencionadas. No entanto, para que a Venezuela lance suas tropas, estas devem ter uma doutrina condizente e o treinamento necessário para realizar a ação.

4.3.2 AS DOCTRINAS DE EMPREGO

A doutrina militar venezuelana sofreu, em 2005, uma mudança significativa nas suas características. A nova Lei Orgânica das Forças Armadas Nacionais

⁵¹ Disponível em: <http://www.militaryfactory.com/armor/detail.asp?armor_id=47>. Acesso em 05 out. 2009 16h15min.

(LOFAN), aprovada pela Assembléia Nacional, estabeleceu as estruturas jurídicas, organizacionais e de comando e controle da doutrina de segurança nacional da Venezuela. Segundo o ex-correspondente de guerra e jornalista investigativo da *British Broadcasting Corporation (BBC News)*, John Sweeney, a LOFAN, embora contenha uma mistura de conceitos adaptados a partir das doutrinas militares dos Estados Unidos, dos países europeus e dos latino-americanos é, principalmente, baseada no modelo militar cubano⁵².

O artigo 3º da LOFAN encerra em seu conteúdo a autorização para a FAN Bolivariana "resistir à ocupação do país por forças militares invasoras (por todos os meios), incluindo ações de prevenção contra as forças hostis que demonstrem a intenção de iniciar uma ofensiva"⁵³. Na análise de Sweeney, a doutrina de segurança nacional venezuelana, copiada de Cuba pelo governo de Chávez, elege os Estados Unidos como maior inimigo externo seguido pela Colômbia, o que explica o posicionamento das suas principais tropas próximas a este último.

De fato, ao se analisarem as diferenças entre as doutrinas militar venezuelana antes e depois da reforma de 2005, verifica-se a ênfase, no atual pensamento militar, em militarizar a população com vistas à segurança pessoal do Presidente e de seus colaboradores, ou seja, primeiramente contra um levante interno. Como doutrina de emprego secundária, esta se aproxima mais da guerra de resistência cujo objetivo é impedir a invasão contra um inimigo potencialmente mais poderoso.

Os analistas da revista eletrônica *Globalsecurity*⁵⁴ ressaltam que, antes da atualização da LOFAN, a doutrina de emprego da FAN era voltada para uma guerra de objetivos limitados. Taticamente, a doutrina deveria empregar forças combinadas capazes de um significativo poder de fogo e choque, ao mesmo tempo exibindo mobilidade adequada. Seria uma defesa ativa em que as forças regulares enfrentariam o inimigo em posições defensivas estáticas, semelhante ao caso em pauta. No entanto, a capacidade de imprimir tal doutrina contra uma potência militar sempre esbarrou na indisponibilidade dos meios bélicos. Na atualidade, essas forças

⁵² Sweeney, John. Venezuela - Chavez's Bolivarian Military Machine: A Cuban Model for Internal Repression. Disponível em: <<http://vcrisis.com/?content=letters/200509260542>>. Acesso em 23 set. 2009 10h18min.

⁵³ Disponível em: <<http://militarvenezuela2005.blogspot.com/2005/11/ley-orgnica-de-la-fuerza-armada.html>>. Acesso em 12 out. 2009 14h50min.

⁵⁴ Fuerzas Armadas Nacionales – FAN. Disponível em <<http://www.globalsecurity.org/military/world/venezuela/fan.htm>>. Acesso em 12 out. 2009 16h20min.

estariam voltadas para a estratégia da resistência ou guerrilha, o que fica explicitado pelas resoluções do presidente venezuelano Hugo Chávez como:

- a) implementar o estilo militar cubano;
- b) duplicar as reservas do exército, que ficariam em torno de 100.000;
- c) criar as unidades de Defesa Popular, compostas de 50 a 500 civis, para atuarem nos locais de trabalho e em fazendas;
- d) distribuição de armas para 10.000 membros do Círculo Bolivariano. Estes grupos são treinados no Comitê de Cuba para a Defesa da Revolução e operam em grupos de sete a 11 pessoas.

A LOFAN de 2005 deixa evidente que a doutrina de emprego da FAN não está focada na aplicação de uma estratégia ofensiva como a estratégia de objetivos limitados ou a *blitzkrieg*. Ainda assim os meios bélicos estão relativamente à disposição, possibilitando a sua utilização. Neste caso deve-se considerar se a doutrina de emprego da força defensiva é capaz de impedir a ação.

Diferentemente do que ocorre na Venezuela, no Brasil não existe uma lei orgânica que define todos os procedimentos das forças armadas como um corpo único. Cada força tem suas diretrizes e os seus próprios manuais de doutrina. No entanto, o Ministério da Defesa (MD), através da portaria normativa nº 113, de 1º de fevereiro de 2007, estabelece fundamentos doutrinários para o emprego das FA, em atendimento às necessidades da Defesa Nacional, organizados em um manual denominado Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04). Este documento não abrange a concepção para a organização e preparo das FA, delegando para o comando de cada força esta estruturação.

Ainda que o MD do Brasil não estabeleça estruturas a nível operacional, ao contrário da LOFAN, a Doutrina Militar de Defesa, encerra claramente em seu conteúdo as principais estratégias para o emprego das FA. Dentre elas pode-se destacar a estratégia da dissuasão:

O Brasil adota uma postura estratégica baseada na existência de uma estrutura militar com credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório. No contexto de um plano mais amplo de defesa e a fim de reprimir uma possível agressão armada, o País empregará todo o poder militar necessário e suas reservas mobilizáveis, com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com o mínimo de danos à integridade territorial e aos interesses nacionais, buscando

condições favoráveis para o restabelecimento da paz. (BRASIL, 2007, p. 36).

Para desenvolver as estratégias militares, a MD51-M-04 (p. 37-40) orienta a adoção dos seguintes princípios de guerra: objetivo, ofensiva, simplicidade, surpresa, segurança, economia de forças ou de meios, massa, manobra, moral, exploração, prontidão e unidade de comando. Cabe ressaltar que a economia de forças ou de meios, a qual a doutrina se refere, é quanto ao “uso econômico das forças e pela distribuição e emprego judiciosos dos meios disponíveis para a obtenção do esforço máximo nos locais e ocasiões decisivos.”

Observa-se, então, que mesmo sem descer ao nível operacional, a doutrina adotada pelo Brasil conduz as FA a adotarem procedimentos para restabelecer a integridade territorial compatíveis com os descritos pelos teóricos da *blitzkrieg*, ou seja, o governo brasileiro acredita na sua capacidade de implementar a estratégia como forma de dissuasão e não na capacidade de suas defesas. Desta forma, obriga o pretense atacante a fazer o cálculo clássico da dissuasão que é, justamente, avaliar as suas condições militares para suportar um possível contra-ataque na área do objetivo.

No caso específico da Amazônia, a exemplo da doutrina cubana que a Venezuela tem adotado, o Brasil também desenvolve a estratégia da Doutrina de Resistência, Segundo da Silva (2007) “Atualmente, o CMA estuda a Doutrina de Resistência, que consiste, em linhas gerais, do emprego no Exército Brasileiro contra uma força militar preponderantemente superior. O grande impasse deste estudo está em estabelecer uma doutrina específica para a logística.”

Como já foi verificado que a supracitada região é minimamente defendida e a Doutrina de Resistência não é cabível no caso em análise, para que as FA brasileiras lancem um contra-ataque na área do objetivo é necessário avaliar as condições para a preparação e mobilização de tropas e equipamentos na região norte do Brasil, uma vez que o corpo bélico principal encontra-se no centro-sul, a milhares de quilômetros e que a supracitada área só pode ser atingida por meios aéreos.

4.3.3 MOBILIZAÇÃO DA DEFESA

Há preocupação, assinalada na Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil, aprovada em 18 de dezembro de 2008, através do decreto 6.703, que imputa à FAB a capacidade para levar o combate a pontos específicos do território nacional, em conjunto com o Exército e a Marinha. No entanto, o próprio Ministério da Defesa, órgão responsável pela coordenação da mobilização nacional, reconhece que a primeira implicação é⁵⁵:

[...] a necessidade de dispor de aviões de transporte em número suficiente para transportar em poucas horas uma brigada da reserva estratégica, do centro do País para qualquer ponto do território nacional. As unidades de transporte aéreo ficarão baseadas no centro do País, próximo às reservas estratégicas da Força Terrestre.

Esta END, embora já tenha sido aprovada, carece de tempo para a sua implantação. Hoje, o que regulamenta e orienta a Mobilização Nacional, no Brasil, é o Sistema Nacional de Mobilização Nacional (SINAMOB), aprovado em 2 de outubro de 2008, através do decreto 6.592. No caso específico da Mobilização Militar, o órgão central do sistema é o MD, que regula a mobilização das FA através do Subsistema Setorial Mobilização Militar, cuja função geral é “assegurar o emprego contínuo, adequado e oportuno dos meios e das condições necessárias para o enfrentamento militar da agressão estrangeira”⁵⁶.

Esses sistemas e subsistemas trazem orientações e regulações de caráter geral e limitam a mobilização aos recursos já existentes e disponíveis. No caso da mobilização aérea, está prevista a utilização das aeronaves militares e as empregadas na aviação civil. Os meios aéreos disponíveis seriam suficientes para em poucas horas mobilizar uma grande quantidade de material militar de pequeno porte (equipamento pessoal e munição de vários calibres) e contingente na BABV. O grande óbice para essa mobilização ficaria por conta dos carros de combates. Os

⁵⁵ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA. Disponível em: <http://www.mobilizacaonacional.org.br/mobnac/end_diretrizes_fab.html>. Acesso em: 22 dez. 2009 10h40min.

⁵⁶Decreto 6.592 de 02 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6592.htm>. Acesso em: 22 dez. 2009 10h57min.

blindados aerotransportáveis em aeronaves HÉRCULES C – 130, única aeronave com dimensão e rampa para carga rolantes dessa natureza, são os URUTU e CASCAVEL. O LEOPARD e outros equipamentos militares de dimensões maiores precisariam de um Cargueiro Militar Estratégico do porte de um C – 17 Globemaster, IL – 76, ANT-124 ou ainda um C – 5 GALAXI.

Com uma média de disponibilidade em torno dos 45%, levando-se em consideração que nem todas as 22 aeronaves da frota estão distribuídas para as OM operadoras (o que representaria 9,9 aeronaves em condições de vôo), tendo em vista a necessidade de inspeções de grande porte que duram meses, e que as distribuídas também têm necessidade de inspeções menores, restariam, aproximadamente, 6 aeronaves C – 130 para os transportes dos blindados⁵⁷. Levando-se em consideração, ainda, as distâncias a serem voadas na velocidade do C – 130 (520 km/h), que gastariam em média 7 horas de vôo⁵⁸, devido às dimensões continentais do país, a carga útil de cada aeronave comportaria somente um veículo por vôo, combinado com outros tipos de carga ou fração de tropa. O C-130, inteiramente disponível para transporte de pessoal, tem a capacidade de transportar 72 militares com armamento e equipamento pessoal ou 64 pára-quedistas.

O EB possui a Força de Ação Rápida Estratégica para mobilização imediata composta pela Brigada de Operações Especiais, sediada na cidade Goiânia, na região centro-oeste, pelo Comando de Aviação do Exército na cidade de Taubaté, Brigada de Infantaria Pára-quedista, na cidade do Rio de Janeiro, e pela Brigada de Infantaria Aeromóvel em Caçapava, as três últimas na região sudeste do país.

Estas forças são as mais adestradas e equipadas do Exército e têm a capacidade de serem rapidamente mobilizadas e empregadas em qualquer parte do território nacional, ou serem lançadas além das linhas inimigas, sendo importante força de dissuasão do Exército.⁵⁹

⁵⁷ BRASIL. Instrução do Comando da Aeronáutica 400-8. *Diretrizes para o Programa de Trabalho Anual da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico e de suas Organizações Subordinadas* - Exercício 2009.

⁵⁸ A principal tropa componente da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército Brasileiro é a Brigada de Infantaria Pára-quedista, sedida na cidade do Rio de Janeiro. Esta cidade fica a 7 horas de vôo da cidade de Boa Vista. A 12ª Brigada de Infantaria Leve tem a sua sede na cidade de Caçapava, também na Região Sudeste do Brasil, portanto a 7 horas de vôo do local do conflito hipotético. Disponível em: <<http://www.soparamilitares.hpg.ig.com.br/forcaacaorapidaeb.htm>> Acesso em: 3 jan. 2010 16h55min.

⁵⁹ Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/missao/est/bil.htm>>. Acesso em 3 jan. 2010 17h35min.

A Força de Ação Rápida, doutrinariamente, deve estar pronta para o emprego em até 48 horas. Em 48 horas as tropas Venezuelanas já estariam no território da Guiana ou bem próximo dele (se for utilizada a média de deslocamento de Bidlle, 2004). Este tempo proporcionaria, ainda, a possibilidade de as tropas atacantes de se estabelecerem no território do objetivo limitado. Para se ter uma idéia da quantidade de militares a ser mobilizada no emprego dessa força, uma brigada tem, aproximadamente, três mil militares, como já foi mencionado anteriormente. Seriam mais de nove mil militares a serem transportados, além do carregamento dos equipamentos. Cumpre ressaltar que a Força de Ação Rápida é treinada para suportar apenas 48 horas sem ressuprimento, e a sua entrada em ação deve ser precedida de uma infiltração de uma força de operações especiais dois dias antes da sua entrada em ação.

Ao se analisarem as condições para o emprego das forças envolvidas, verifica-se que a Venezuela, embora não tenha uma doutrina para implementar uma guerra de movimento do tipo *blitzkrieg*, tem clara vantagem, com maior efetivo e equipamento militar numa região que favorece o avanço das tropas em um percurso relativamente pequeno, quando comparado ao esforço empreendido por outros exércitos nas guerras do passado.

O baixo efetivo e equipamentos, como artilharia e veículos blindados, das FA do Brasil, na região, contraria a teoria de Mearsheimer, que estabelece como melhor opção para impedir ou parar uma *blitzkrieg* uma defesa móvel em posição avançada em relação à linha de contato. O atual posicionamento das FA brasileiras requereria uma mobilização a nível nacional para o engajamento na guerra. No entanto, os meios aéreos, únicos capazes de atingir a região, são eficientes para o transporte de tropas e equipamentos leves, mas não para o transporte dos MBT necessários para realizar uma defesa móvel eficiente. As principais aeronaves de combate de alta performance estão fora do alcance da região, necessitando serem mobilizadas em bases mais ao norte para poderem atuar de forma eficiente, que implicaria em mobilizar todo o armamento antecipadamente.

Portanto, levando-se em consideração os fatores apresentados, o Brasil não tem meios disponíveis para impedir uma *blitzkrieg* da Venezuela na área do objetivo militar. A resposta seria lenta e tardia, favorecendo a penetração rápida das tropas

venezuelanas em direção à Guiana. Essa relação fica ainda mais crítica para o defensor ao se levar em consideração a possibilidade de ataques aéreos.

4.3.4 OS MEIOS DE DETECÇÃO E A GUERRA AÉREA

Na década de 1990, surgiu a preocupação do Governo Brasileiro em criar um sistema que fomentasse o desenvolvimento da Região Amazônica de modo harmonioso entre as necessidades humanas e ambientais. Dessa necessidade surgiu o programa governamental chamado Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), cuja principal tarefa é integrar os vários elos do sistema composto por órgãos federais, estaduais e municipais.

Dentre esses órgãos, ficou sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, através do Comando da Aeronáutica, a infra-estrutura técnica capaz de coletar e processar dados e prover a telecomunicação na área de interesse do SIPAM. Para desenvolver essas atividades foi criado o SIVAM. Os dados para controle do espaço aéreo são, segundo Lourenção (2003), coletados através de um sistema de 19 (dezenove) radares de solo (fixos), primários e bidimensionais, características que conferem a estes equipamentos a capacidade de captar alvos que não possuem sistema para serem rastreados (*transponder*) e secundários autônomos, com capacidade de telecomando, cobrindo rotas aéreas acima de 3.030m (10.000 ft). Para a detecção a baixa altura e grandes altitudes, são utilizados 6 (seis) radares móveis aerotransportáveis, tridimensionais, totalmente automatizados, deslocáveis por aviões C-130 e para detecção somente de vôos a baixa altura, 5 (cinco) radares embarcados em aviões EMB-145-AS, designado na FAB com o R – 99.

Esses 19 radares de solo propiciam uma cobertura, para a altitude de 10.000m (33.000 ft), de 100% do espaço aéreo sobre a Região Amazônica, demonstrando ser um ótimo recurso para o controle de tráfego aéreo para aeronaves em vôos de linha aérea e aeronaves que cruzam o espaço aéreo com autorização para este fim, conforme a representação da figura 7.

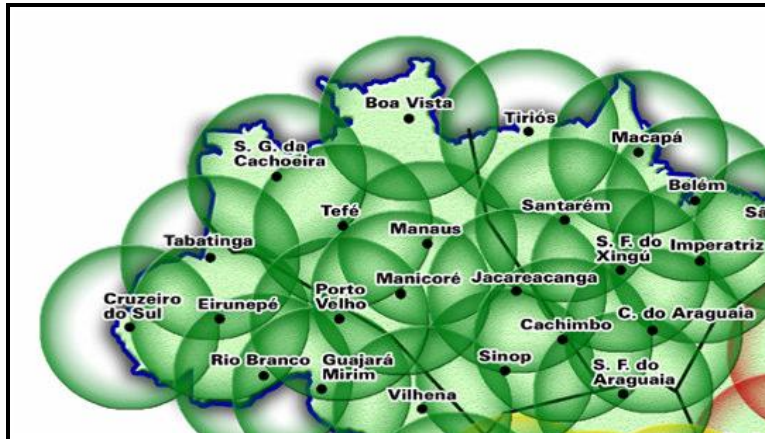


Fig. 7: Área de Cobertura do SIVAM a 10.000 m (33.000 ft).

Fonte: Palestra da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA) para Escola Superior de Guerra (ESG). Disponível em: <www.fiesp.com.br/defesa/pdf/cgerd2009/sivam.pdf> Acesso em: 8 set. 2009 13h01min.

No entanto, quanto mais baixa a altitude, mais deteriorada é a detecção. Por esse motivo são utilizados os radares aerotransportados e as aeronaves R – 99. A apresentação da cobertura a 6.000m (20.000 ft) já não se mostra tão eficiente quanto a 10.000m e, efetivamente a baixa altura, próximo ao solo, a detecção se restringe somente às áreas próximas às capitais dos estados e centros populacionais, como pode ser observado na figura 8. Foram essas falhas de detecção dos radares que estimularam as forças aéreas a desenvolverem as táticas de navegação a baixa altura. Os vôos a baixa altura são os praticados pelas aeronaves que desejam cruzar determinados espaços aéreos sem serem detectadas.

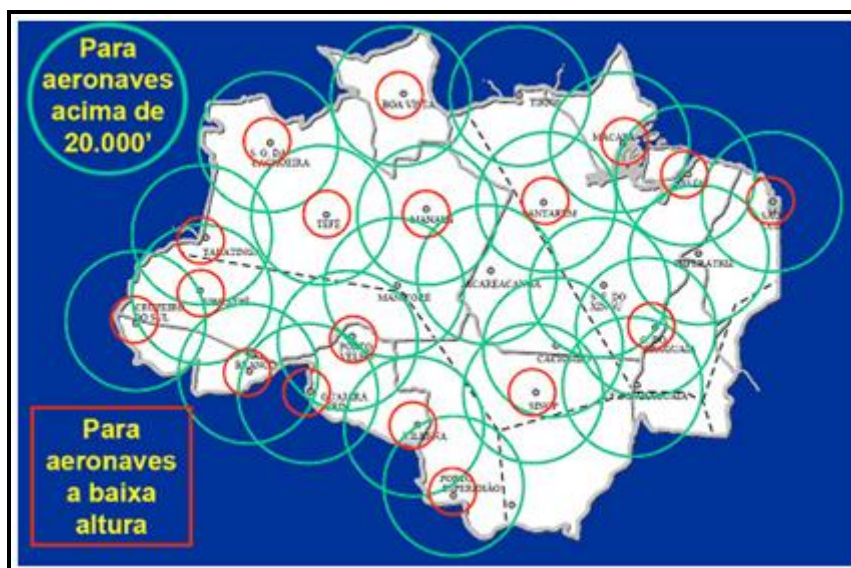


Fig. 8: Comparação da área de Cobertura Radar a 6.000m e próximo ao solo.

Fonte: Palestra sobre o SIVAM para as Escolas de Estado-Maior brasileiras. Disponível em: <www.mar.mil.br/egn/cepe/simposios/amazoniaDesafio/coroneIPinheiro.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2009 15h47min.

Os radares móveis e as aeronaves não estão permanentemente vigiando todos os vãos a baixa altura e cobrindo as falhas de detecção em toda região ao mesmo tempo. O sistema de vigilância deixa corredores, possibilitando o ingresso de aeronaves em setores sem a capacidade de disparar o alerta para as aeronaves interceptadoras.

Ainda que a cobertura fosse eficiente também em níveis mais baixos, as aeronaves interceptadoras mais próximas, capazes de fazer frente a aeronaves de alta performance como os SU - 30, estão baseadas na região centro-oeste do país (como já foi visto anteriormente). Ou seja, não têm autonomia para interceptar alvos na região norte. Mesmo que estas aeronaves fossem capazes de voar até a região, a distância a ser percorrida é muito maior quando comparadas as distâncias das BAMN e BABV até a fronteira com a Venezuela (ver figura 4).

Como a surpresa é um princípio que deve ser buscado na estratégia da *blitzkrieg*, a Força Aérea Venezuelana (FAV) pode reabastecer durante o sobrevoo em altitude sobre território venezuelano, fora do alcance dos radares do SIVAM, e permanecer oculta penetrando a baixa altura no espaço aéreo brasileiro. Esta manobra propiciaria ataques às principais pistas de desdobramento das FA

brasileiras na região norte, atrasando ainda mais o tempo de resposta ou até mesmo impossibilitando uma resposta em curto prazo.

A pista da BABV, sede dos AT – 29, aeronaves que se prestariam a atrasar o avanço das tropas venezuelanas, é a mais próxima da fronteira com a Venezuela. Um ataque a esta base colocaria a principal arma aérea brasileira na região fora de operação.

Uma medida que poderia evitar tal ação por parte da FAV seria a ameaça de uma artilharia antiaérea eficiente. No entanto, sem entrar no mérito da qualidade do equipamento operado pelo Brasil, a região não conta com organizações militares providas de artilharia antiaérea. O EB posicionou essas OM na região centro-oeste, sudeste e sul do país, estando distribuídas da seguinte forma: 1ª Brigada de Artilharia Anti-Aérea (1ª BDA AAAe) e 2º Grupo de Artilharia Anti-Aérea (2º GAAAe) no estado de São Paulo, 1º GAAAe no estado do Rio de Janeiro, 3º GAAAe no estado do Rio Grande do Sul, 4º GAAAe no estado de Minas Gerais e o 11º GAAAe no Distrito Federal.

Na FAB, a situação não é diferente. A única unidade de artilharia antiaérea, a 1ª Companhia de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1ª CAAAD) está localizada no estado do Rio Grande do Sul. Do exposto, a artilharia anti-aérea, a exemplo dos principais meios militares do Brasil, também teria que ser mobilizada e deslocada.

Ao se analisarem as condições das FA do Brasil com relação aos meios para uma guerra aérea, no intuito de fazer frente a uma investida da FAV, fica caracterizado que estes meios, embora existentes, não estão a disposição para o pronto-emprego num teatro de operações hipotético na região norte do país. A sua mobilização não poderia ser efetivada em poucas horas, mesmo que o SIVAM fosse eficaz em detectar movimentos aéreos em qualquer nível de vôo. Desta forma a capacidade de detecção e o poder aéreo brasileiro não contribuem para uma efetiva dissuasão no caso de a Venezuela acreditar ser capaz de empreender uma *blitzkrieg* para conquistar um objetivo limitado no norte de Roraima ou, simplesmente, atravessar o território brasileiro para atacar a Região de Essequibo.

5 CONCLUSÃO

O trabalho trata sobre a dissuasão convencional na América do Sul. Como referência foi utilizada a teoria de Mearsheimer, que explora a aplicação de estratégias militares (atrição, objetivos limitados e *blitzkrieg*) que o atacante tem a intenção de implementar. O autor considera a estratégia do atacante fundamental para se determinar a capacidade de dissuasão do Estado defensor em dissuadi-lo.

A análise foi realizada com base no conflito hipotético entre Brasil e Venezuela, considerando-se como objetivo da Venezuela a conquista de parte do território da Guiana, a região de Essequibo. Para atingi-lo, o atacante, devido às condições geográficas, teria que deslocar suas tropas, através do norte do estado de Roraima, território brasileiro, deflagrando o conflito entre os Estados.

Levou-se em consideração, para a comparação do equilíbrio de poder entre os Estados para a estratégia da atrição, a riqueza, a população e os equipamentos militares. Para a estratégia de objetivos limitados foram analisados os recursos militares, disponíveis para aplicação imediata, próximos a região onde se desenvolveriam as ações militares. E, no caso da estratégia da *blitzkrieg*, além dos fatores utilizados na estratégia de objetivos militares, foram analisados, também, as doutrinas militares de ambos os Estados e a capacidade de mobilização e de detecção do Brasil.

Com base nos dados apresentados e analisados para os tipos de estratégias elencadas por Mearsheimer (1983), passa-se, então a classificar os tipos de dissuasão que o Brasil poderá ou não exercer em relação às ações militares que, hipoteticamente, podem ser implementadas pelo Governo Venezuelano. Para fazer essa classificação foi utilizado o livro de Lawrence de Freedman (2008) que assume que dissuasão, como estratégia, depende do pressuposto de que o comportamento

de um Estado, potencialmente hostil, pode ser manipulado através de ameaças oportunas e adequadas. Ou seja, se o Estado defensor se mostra preparado para qualquer tipo de ameaça, com a capacidade de retaliar qualquer iniciativa do pretense ofensor é como se estivesse dizendo a este Estado para ter um bom comportamento.

Com relação à classificação em estreita ou ampla a dissuasão brasileira é considerada estreita, pois não é capaz de dissuadir qualquer operação militar partindo da Venezuela. Embora seja capaz de dissuadir uma estratégia de atrição por ter mais poder latente, ou seja, mais capacidade de se manter no conflito e adquirir mais equipamentos e ainda contar com uma capacidade inicial melhor, tendo mais poder militar, com mais efetivo e equipamentos quando do início do conflito, com relação a uma guerra de objetivo limitados essa dissuasão pode falhar ao se considerar o objetivo maior da Venezuela em manter a área do objetivo limitado somente o tempo necessário para o objetivo maior, que seria a conquista da Região de Essequibo já em território da Guiana.

A capacidade dissuasória brasileira é evidentemente estreita quando se compara a capacidade da FA venezuelana em lançar uma *blitzkrieg*, no norte de Roraima, considerando-se as defesas brasileiras naquela região. Os dados apresentados demonstraram que a Venezuela não tem a doutrina e o treinamento direcionado para essa estratégia. No entanto, é capaz de mobilizar suas forças a uma velocidade maior do que o Brasil conseguiria mobilizar suas defesas. Cumpre ressaltar que as posições defensivas do Brasil na região norte são numericamente e qualitativamente inferiores as forças da Venezuela e deve-se considerar que essas defesas deveriam estar posicionadas de forma avançada em relação à fronteira.

Partindo da análise acima se verifica que, especificamente com relação aos países ao norte do continente sul-americano, a dissuasão brasileira não pode ser estendida, principalmente com relação à Guiana, pois o Brasil não seria capaz de conter uma invasão relâmpago em seu território, possibilitando o acesso a Guiana através do norte de Roraima. Como o Brasil, na tentativa de estender a dissuasão para outros Estados, pode sofrer um ataque no seu próprio território, o que está em jogo é a capacidade de uma dissuasão central, adaptando Morgan (1977 apud FREEDMAN, 2008), o Brasil estaria disposto a sofrer um ataque no seu território para proteger outro Estado?

Ainda que o equilíbrio de poder favoreça ao Brasil, a doutrina e o preparo das suas FA, bem como as características dos equipamentos militares (ausência de aeronaves com capacidade de bombardeamento estratégico e de aeronaves cargueiras estratégicas) evidenciam um poder militar voltado para aplicação no teatro de operações, características inerentes a dissuasão por negação e não por punição.

Finalmente, com relação à dissuasão imediata ou geral, o Brasil, que tem o maior efetivo militar e está classificado em primeiro lugar na América do Sul, mantém as suas forças em condições de serem, de certa forma, mobilizadas. A velocidade dessa mobilização vai depender em qual região se pretende empregá-la. Para direcioná-la para a região norte, local do conflito hipotético, verificou-se que vários fatores intervenientes podem atrasar ou inviabilizar esta mobilização. Desta forma, a dissuasão brasileira não pode ser classificada como imediata para uma ação externa em determinadas partes do país. Por esse motivo é mais correto classificar a dissuasão como geral.

Pode-se, então, responder a questão central deste estudo de caso que foi: contra quais tipos de ação militar as forças armadas do Brasil seriam capazes de dissuadir a Venezuela de resolver a questão de Essequibo, utilizando o território e o espaço aéreo brasileiro?

O Brasil é capaz de dissuadir uma guerra de atrição e tem condições de dissuadir, também, uma guerra de objetivos limitados utilizada pela Venezuela com a intenção de reter o território ocupado, uma vez que a estratégia levaria a uma guerra de atrição, como já foi visto.

No entanto, não é capaz de dissuadir a guerra de objetivos limitados, quando a Venezuela tem como objetivo principal deslocar as suas tropas para uma ação na Guiana, principalmente por não haver tempo para mobilização militar antes que a Venezuela cumpra o seu objetivo. E não é capaz de dissuadir a Venezuela de uma investida do tipo *blitzkrieg* por não haver defesas posicionadas de forma avançada em relação à fronteira e por ser incapaz de mobilizar tropas de pronta resposta em tempo hábil para conter o avanço.

Ao responder a pergunta central da pesquisa, este trabalho alcançou o objetivo proposto, tornando possível estabelecer uma ferramenta de análise, baseada nas teorias de Mearsheimer e Freedman, para comparar as capacidades

de dois países, relacionando os meios e as estratégias utilizadas para uma ofensiva em oposição à capacidade da defesa. Em outros termos, desta análise pode-se determinar com uma boa margem de precisão a capacidade de dissuasão de um país e como essa dissuasão pode ser vista pelo Estado que deseja atacá-lo. Esta ferramenta poderá servir de assessoria para os decisores elaborarem estratégias nacionais de defesa, possibilitando a escolha de meios e a distribuição desses meios no território, voltadas para o tipo de dissuasão que se pretenda alcançar.

A proposta do trabalho foi uma comparação entre poderes militares. Como foi dito anteriormente, não leva em consideração outros poderes que podem influenciar a condução do conflito e o desfecho do mesmo, como por exemplo, a dependência econômica de um Estado em um determinado setor da economia. Outros fatores, como a vontade política, podem influir também na decisão de um Estado em se lançar numa ofensiva, mesmo que a análise favoreça ao defensor. Ou ainda, um Estado com capacidade de programar uma *blitzkrieg*, não o faça por receio de que o adversário “arraste” o conflito para uma grande guerra de atrito. Por este motivo, este trabalho abre a possibilidade a outras pesquisas para estabelecer modelos em outros segmentos das relações interestatais que podem influenciar na decisão de se ir ou não a guerra. Ao se elaborar modelos para outros segmentos, certamente a precisão da análise, num contexto mais amplo, será melhorada e, desta forma, poderá se determinar com maior precisão o grau de dissuasão.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMEAÇA militar não é Chávez, mas o descaso com as Forças Armadas. Disponível em: < www.msia.org.br/ibero-am-rica-iberoam-rica >. Acesso em: 27 dez. 2008.

ANTICIPO del Balance Militar 2008.

<http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1130&Itemid=30>. Acesso em 17 ago. 2009 17h55min.

AQUINO, Carlos Vuyk. PALESTRA DO CISCEA PARA ESG. Disponível em: <www.fiesp.com.br/defesa/pdf/cgerd2009/sivam.pdf>. Acesso em: 8 set. 2009 13h01min.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Trad. Sérgio Bath. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

_____. *Pensar a Guerra, Clausewitz*. Volume 2 Trad. Elisabeth Maria Speller Trajano. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BALANCE militar de Colombia, Venezuela y Ecuador. Disponível em <http://www.nuevamayoria.com> acesso em 25 ago. 2009 20h56min.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. *Bilndados em Roraima – “Sentinelas do Lavrado”*. Disponível em: <www.defesa.ufjf.br>. Acesso em: 07 set. 2009 18h14min.

BALYS, John. Arms Control and Disarmament in BALYS, John *et all* (org.). *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002.

BEEVOR, Antony. *A Batalha pela Espanha – A Guerra Civil Espanhola 1936-1939*.

_____. *Berlim 1945: A Queda*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BENETTI, Cezar Carriel. *Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro*. Disponível em: < www.defesa.ufjf.br >. Acesso 18 set. 2009 15h22min.

BIDDLE, Stephen. Land Warfare: Theory and Praticce in BALYS, John *et all* (org.). *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002.

_____. *Military Power – Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. New Jersey: Princeton Univesity Press, 2004.

BYMAN, Daniel; WAXMAN, Matthew. *The Dynamics of Coercion – American Foreign Policy and the Limits of Military Migth*. Cambridge: Cambridge University, 2002.

BOOTH, W.C.; COLOMB, G. G. *A Arte de Pesquisar*. Tradução: Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BOND, Brian & ALEXANDER, Martin. Liddell Hart e De Gaulle: Doutrinas da Responsabilidade Limitada e da Defesa Móvel in PARET, Peter (org.). *Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 2*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, DF, 1988.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. *Política de Defesa Nacional*. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=ambiente_regional>. Acesso em: 24/01/2009

_____. Decreto 6.592 de 02 de outubro de 2008. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6592.htm>. Acesso em: 22 dez. 2009 10h57min.

_____. Diário do Senado Federal, 17 de novembro de 2007.

_____. Instrução do Comando da Aeronáutica 400-8 - *Diretrizes para o Programa de Trabalho Anual da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico e de suas Organizações Subordinadas* - Exercício 2009.

_____. Exército Brasileiro. Ministério da Defesa. *Manual de Campanha - Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas- C-21-30*. 4ª Edição, 2002.

_____. Ministério da Defesa. *Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04*. Brasília, DF, 2007.

CARDOSO, O.R.; KRSCHBAUM, R.; VAN DER KOOY, E. *Malvinas – La Trama Secreta*. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina S.A., 1983.

CATANHÊDE, Eliana. Os Tambores da Guerra – O Fator Guiana. *Folha de São Paulo*, Brasília, 16 mar. 2007. Disponível em: < http://www.defesanet.com.br/zz/al_ven_arms_1.htm >. Acesso em: 24 out. 2008.

CHOQUE de Titãs – Tanques no Sinai. Guerra na Paz. Rio de Janeiro: Ed. Rio Gráfica, 1984, V. 4, p. 880 – 884.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COHEN, Eliot. Technology and warfare in BALYS, John *et all* (org.). *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002. p. 236-253.

DA SILVA, Jorge José Góes. Logística e Mobilização Nacional na Amazônia Ocidental - Reflexo para os Pelotões Especiais de Fronteiras. *Caderno de Estudos Estratégicos de Logística e Mobilização Nacional – ESG*, 2007. Disponível em:

<<http://www.esg.br/uploads/2008/12/cadernos-salmob.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2009 21h25min.

DAVIS, Malcom R. & GRAY, Colin S. Wapons of Mass Destruction in BALYS, John *et all* (org.). *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002. p. 254-285.

DOUGHERTY, James & PFALTZGRAFF, Robert Jr. *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.

DOUHET, Giulio. *O Domínio do Ar*. Tradução: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, 1978. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1988.

FRANKLIN, Cleber Batalha. *Segurança e Defesa nas relações entre o Brasil e a Venezuela*. 30º Encontro Anual da ANPOCS. 24 a 28 de outubro de 2006. GT08 - Forças Armadas, Estado e Sociedade. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/218.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2009 15h05min.

FREEDMAN, Lawrence. As Duas Primeiras Gerações de Estrategistas Nucleares In: PARET, Peter (org.). *Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 2*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. p. 359-414.

_____. *Deterrence*. Cambridge: Polity Press, 2004.

FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. Manaus: Editora Grafima, 1996.

FUERZA Armada Nacional – FAN. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/venezuela/fan.htm>>. Acesso em: 12 out. 2009 16h20min.

FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra – de 1789 aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.

GARDEN, Timothy. Air Power: Theory and Practice. In: BALYS, John *et all* (org.). *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002.

GEYER, Michael. Estratégia Alemã na Era das Máquinas de Guerra, 1914-1945 in PARET, Peter (org.). *Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 2*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GUYANA'S Western Border - From 1897 to 1905. Disponível em: <<http://www.guyana.org/Western/1897-1905.html>>. Acesso em: 26 set. 2009 22h25min.

HART, Basil Henry Liddell. *Estratégia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.

HERZOG, Chaim. *A Guerra do Yom Kippur*. Trad. Júlio Gálvez. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

INSTITUTO GEOGRÁFICO DE VENEZUELA SIMÓN BOLÍVAR.
<http://www.igvsb.gov.ve/site2007/index.php?option=com_content&task=view&id=85&Itemid=136>. Acesso em 13 jun. 2009 16h43min.

ISHMAEL, Odden. *The Trail Of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue 1988*, disponível em
<http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy.html>.

KALEVI, J. Holsti. *The State, War, and State of War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 15 – 174.

KELLY, Philip. *Checkerboards & Shatterbelts – The Geopolitics of South America*. Austin: University of Texas Press, 1997.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

LEE, Frantz. J.T., Disponível em: <<http://www.franz-lee.org/files/coopguy>>

LOURENÇÃO, Humberto José. *A Defesa Nacional e a Amazônia: O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP. Campinas, 2003.

MALKASIAN, Carter. *A History of Modern Wars of Attrition*. Westport: Praeger Publishers, 2002.

MEARSHEIMER, John J. *Conventional Deterrence*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.

_____. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York and London: W. W. Norton & Company, 2001.

MANN III, Edward C. *Thunder and Lightning – Desert Storm and The Airpower Debates*. Alabama: Air University Press, 1995.

MANUAL DE TRATADOS – Naciones Unidas. Disponível em:
<<http://treaties.un.org/doc/source/publications/THB/Spanish.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2009 9h12min.

MARTIN, Laurence. *Before The Day After – Can NATO defend Europe*. London: Normad Publishers Ltd., 1985.

MIKSHE, Ferdinando Otto. *Blitzkrieg*. London: Faber and Faber Limited, 1942.

MILITARY Operations on Urbanized Terrain. Disponível em:
<<http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/90-10/90-10ch3.htm>>. Acesso em 22 dez. 2009 18h18min.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL. Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em:
<http://www.mobilizacaonacional.org.br/mobnac/end_diretrizes_fab.html>. Acesso em: 22 dez. 2009 10h40min.

MULTILATERAL ARMS REGULATION AND DISARMAMENT AGREEMENTS. Disponível em: <<http://disarmament.un.org/TreatyStatus.nsf>>. Acesso em: 17 dez. 2009 10h42min.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2009 21h47min.

OLIVEIRA, M. A. (org.) *et all*. Textos Seleccionados de Tratados, Convenções e Acordos *in Desarmamento – Organizações e Regimes internacionais de Não-proliferação*. Volume II –. Genebra, janeiro de 2002.

O GENERAL que “Cuida” da Amazônia. Disponível em:
<<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/o-general-que-cuida-da-amazonia/>>. Entrevista concedida a Agência Brasil em 13 mar. 2008. Acesso em 20 ago. 2009 20h43min

OREN, Michael. *Seis Dias de Guerra: Junho de 1967 e a Formação do Moderno Oriente Médio*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ORGANISMO PARA LA PROSCRIPCIÓN DE LAS ARMAS NUCLEARES EM LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Tratado de Tlatelolco. disponível em:
<<http://www.opanal.org>>. Acesso em: 21 abr. 2009 7h58min.

PAPE, Robert A. *Bombing to Win – Air Power and Coercion in War*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1996.

PARET, Peter. Napoleão: Revolução na Guerra. In: PARET, Peter (org.). *Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 1*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

PAYNE, Keith B. & WALTON, C. D. Deterrence in the Post-Cold War World. In: BALYS, John *et all* (org.). *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002. p. 254-285.

_____. Deterrence in the Post-Cold War World. In: BALYS, John *et all* (org.). *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2007. p. 209-227.

PINHEIRO, Alvaro Luiz da Costa. PALESTRA SOBRE O SIVAM PARA AS ESCOLAS DE ESTADO-MAIOR BRASILEIRAS. Disponível em:
<www.mar.mil.br/egn/cepe/simposios/amazoniaDesafio/coronelPinheiro.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2009 15h47min.

REIS E SILVA, Hiram. Chávez e a 'Zona em Reclamación'. *Jornal O Rebate*. Macaé, 20 fev.2008. Disponível em: <<http://www.jornalorebate.com.br>>. Acesso em: 02 nov. 2008 19h39min.

ROCHA, Márcio. *Planejamento Estratégico no Preparo da Força Aérea*. Rio de Janeiro: Editora Luzes, 2006.

RORAIMA EM NÚMEROS. Governo do Estado de Roraima – SEPLAN – CGEES. Disponível em CD-ROM.

SANTOS, Murillo. *Evolução do Poder Aéreo*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1989.

SARNEY, José. Opinião: A Questão de Essequibo. *JB on Line*, Rio de Janeiro, 16 nov. 2007 Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/editorias/pais/papel/2007/11/16/pais20071116014.html>>. Acesso em: 20 out. 2008 20h03min.

SEVERSKY, Alexander P. *A Vitória Pela Força Aérea*. Trad. Asdrúbal Mendes Gonçalves. – Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica; 1988.

SCHOMBURGK, Robert. *History of The Republic of Guyana. Report No.2: Letter from Mr. Schomburgk to Governor Light, Demerara, agosto de 1841*. Reportes de dezembro de 1841 a janeiro de 1843. Disponível em: <http://www.guyana.org/suriname/schomburgk_reports.html>. Acesso em 12 jun. 2009 20h30min.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. *Região do Rio Essequibo: Atualidade de Uma Reivindicação Territorial Venezuelana*. Universidade Estadual de Roraima, 2006. Disponível em: <<http://www.uerr.edu.br/revistas/remgads/uploads/c881ba82-22d7-64fe.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2008 21h35min.

_____. *A Revolta do Rupununi: Uma etnografia possível*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 2005.

SWEENEY, John. *Venezuela - Chavez's Bolivarian Military Machine: A Cuban Model for Internal Repression*. Disponível em: <<http://vcrisis.com/?content=letters/200509260542>>. Acesso em 23 set. 2009 10h18min.

TENNASSEE, Paul, Disponível em: <http://www.guyanajournal.com/race2_pt.html>.

VAN CREVELD, Martin Levi. *Air Power and Maneuver Warfare*. Alabama: Air University Press. 1994.

VENEZUELA confirma compra de tanques militares russos. Disponível em: <http://www.cpcb.com.br/default.asp?pag=noticias&id_noticia=19880>. Acesso em: 3 ago. 2009 às 21h37min.

VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/legislacion-view/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

_____. *Ley Organica de la Fuerza Armada*. Disponível em: <<http://militarvenezuela2005.blogspot.com/2005/11/ley-orgnica-de-la-fuerza-armada.html>>. Acesso em: 12 out. 2009 14h50min.

Sites visitados:

www.aisweb.aer.mil.br/aisweb/aip_brasil

www.cavex.eb.mil.br

www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook

www.defesanet.com.br/fx/mirage2000_cb.htm

www.exercito.gov.br

www.fab.mil.br

www.fav-club.com/articulos/mirageaniver/mirage25.htm

www.gdf-gy.org/index.php?option=com_content&view=article&id

www.guiageo-americas.com/mapas/americasul-politico

www.igvsb.gov.ve/site2007/index.php?option=com_content&task=view&id=85&Itemid=136

http://memory.loc.gov/cgi-bin/map_item.pl?data=

www.militaryfactory.com/armor/detail.asp?armor_id=47

www.soparamilitares.hpg.ig.com.br/forcaacaorapidaeb.htm

7 APÊNDICES

7.1 MAPA DETALHADO DA TRÍPLICE FONTEIRA VENEZUELA-BRASIL-GUIANA



Base 801767 (R00008) 7-91

Fonte: Disponível em: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/map_item.pl?data=>. Acesso em: 13 fev.2010. (editado pelo autor).

7.2 ENTREVISTA COM GAL THAUMATURGO SOTERO VAZ REALIZADA DIA 21/05/2009

PESQUISADOR: Gal este documento remete o senhor a alguma lembrança?

GEN THAUMATURGO: Foi o seguinte: Estava em casa na Vila Militar do São Jorge, Manaus, quando o Cel. Teixeira, meu compadre e Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), passou lá em casa e me disse: “Thaumata, acho que nós vamos embora amanhã para Roraima”. Tudo bem. “Prepara a tua mochila que nós vamos passar lá um tempinho”. O que que houve? “Eu vim do QG (Quartel General) do CMA (Comando Militar da Amazônia) e o Gen. Rodrigo Otávio já me deu a ordem para preparar para embarcar e levasse comigo uns militares que eu julgasse necessário. Tu vai junto comigo”. Sim senhor, tudo bem.

No dia seguinte, pegamos... fomos de C-47 MN-BV com o Gen. Rodrigo Otávio. Chegamos em BV posamos e desembarcamos.

PESQUISADOR: O Sr. foi de aeronave pra lá?

GEN THAUMATURGO: C-47.

PESQUISADOR: C-47 da Força Aérea?

GEN THAUMATURGO: Força Aérea. FAB.

PESQUISADOR: Existiam outras aeronaves envolvidas na operação?

GEN THAUMATURGO: Só o Catalina. Pelo menos, enquanto nós estávamos na operação, só tive conhecimento do Catalina. Inclusive me apoiava com o suprimento que naquela época não havia estrada. A estrada era... é no campo de Normandia. E também se eu não me engano um ou dois Avros que levaram uma comitiva do Ministério das Relações Exteriores quando foi fazer uma inspeção lá na área.

PESQUISADOR: Então toda a tropa foi deslocada de C-47?

GEN THAUMATURGO: A tropa toda foi de C-47, exceto a tropa da Companhia de Fronteira de Boa Vista – RR que deslocou, se deslocou pra Bonfim e um pelotão que foi pra Normandia e a fazenda (Esqueceu. Depois, durante a entrevista fez várias referências a Fazenda Guanabara como local de estacionamento da sua tropa), onde

na realidade nós ficamos a maior parte do tempo. Então, esses dois pelotões da Companhia de Fronteira foram o que foi empregado inicialmente, posteriormente, o Gen. Rodrigo Otávio deu ordem para o Cel Teixeira que providenciasse a ida do CIGS para Bonfim e Normandia. Bem, é.... aquilo ali foi muito interessante por que o primeiro contato nosso com a questão revolucionária guianense foi no aeroporto de BV quando o Gen. Rodrigo Otávio desembarcou junto com outro e foi deslocando para o aeroporto e naquela época já tinha deslocado para BV o Gen. Edmundo da Costa Neves que era General de Brigada, Gen. Edmundo tinha apreendido uma aeronave da Guiana com alguns militares da Guiana que tinham ido a Boa Vista pra negociar o resgate de elementos guianenses presos pela força... pelo Exército Brasileiro.

O General botou eles pra correr, botou todo mundo pra dentro do avião: “Não quero saber de vocês aqui. Aqui não tem resgate não tem coisa nenhuma, vamos resolver de outra forma. Pega esse avião e vão embora pra Guiana agora mesmo antes que eu prenda vocês”. Esse foi o primeiro contato.

Aí eles receberam um relatório que veio pelo rádio sobre umas ações que estavam ocorrendo do outro lado do rio Tacutu, na altura da Fazenda Guanabara, e imediatamente eles se foram pra lá, lá pra Normandia. Tá bem, então fomos para Normandia. Chegando lá, já voando, vimos aquelas fumaças pretas, pegando fogo em alguns lugares do lado da Guiana, nada do lado do Brasil. Aí, pousamos em Normandia, isso foi no dia 5 ou 6 de janeiro de 69. Fomos recebidos no aeroporto (na verdade campo de pouso) por um sargento. O Gen. Rodrigo Otávio era uma figura lendária, o sargento já foi meio temeroso para se apresentar ... o Gen perguntou: “Muito bem, o que foi que aconteceu? Cadê a sua tropa?” – Sargento: “Tão lá pra Fazenda Guanabara por causa do conflito que estava acontecendo lá”. – Gen. Rodrigo Otávio: “E quem é que ta lá? O tenente foi pra lá?” – Sargento: “É foi pra lá. Eu tô sozinho aqui, juntamente com esses dois soldados”.

Aí o General se virou pra mim e disse: “Thaumaturgo, pega a sua mochila e vai pra lá. Qual o transporte que tem?” – Sargento: “Tem uma caçamba do governo”.

PESQUISADOR: Qual era a missão específica que ele queria que o senhor desempenhasse lá?

GEN THAUMATURGO: “Vai pra lá e faz o acolhimento dos revoltosos fugindo da Guiana, atravessando o Tacutu em direção a Fazenda Guanabara, desarma e mantém eles presos lá, confinados na Fazenda Guanabara”. Peguei minha mochila, subi na caçamba e fui embora para a Fazenda Guanabara.

Cheguei lá, já tinha formada uma linha de defesa bem na Fazenda Guanabara, ao longo da margem do rio Tacutu. Tinha tiro “pra caramba” do outro lado e o primeiro problema foi segurar os nossos soldados para que nós não atirássemos do outro lado do rio pra não criar um conflito internacional, seguindo as ordens que o General tinha me dado. E fomos acolhendo, falei com o tenente, ele tinha procedido muito bem, tava muito bem na missão dele, e fomos acolhendo e desarmando e guardando aquele armamento num depósito na fazenda com segurança relativa. Muito bem, e fiquei lá, fiquei lá na Fazenda Guanabara.

Bom, nessa ocasião a gente começa a conversar com os aprisionados, que na maior parte era de índios e alguns que eram chamados de crioulos, mas não eram pretos. Crioulos por que fizeram ... eram ingleses chamados... que casaram com mulheres índias ou mestiças da região e criou aquela raça deles lá, o crioulo. Então, o como é que eles se sentiam? Eles tinham feito ... intencionavam liberar aquela área do Rupununi/Tacutu, por que eles não estavam de acordo com que o Forbes Burnhan, que era o primeiro ministro da Guiana, estava fazendo lá. Inclusive uma reforma agrária, tomando terras, redividindo e tudo mais, então esse foi o ponto do assunto que foi o principal ponto da Guiana com os guianenses e dos crioulos, que foi reforçado pela velha intenção venezuelana do Rafael Caldeira que, aqui entre nós dois e o gravador, era um cretino e um fingido muito grande. Inclusive, que tinha cortado relações diplomáticas, que era o presidente da Venezuela, cortado relações diplomáticas com o Brasil por causa da revolução de 64 e que tava ... levou alguns guianenses para a Venezuela pra fazer treinamento militar e nesse treinamento militar é ... o regresso deles para aquela área de Lethen e as outras áreas das outras cidades que eu não lembro o nome, pequenas localidades.

Eles formaram uma ação que seria estrategicamente o seguinte: a Venezuela apoiava os revoltosos no sul da Guiana para a liberação da área e a Guiana, que só tinha naquela época, na realidade, uma unidade militar de valor igual a batalhão reforçado, viria do norte abafar os revoltosos e a Venezuela faria, então, um desembarque de tropas em Georgetown e se assumiria o poder do governo e fazia a

divisão do rio Essequibo no que eles queriam da “*Zona en Reclamación*” deles. E foi assim que eles fizeram. Só que eles não conseguiram fazer, completar, todo o plano. Posteriormente eu vou te explicar por que.

Bem, e isso eu ouvi deles. E relatórios, apesar de a gente não ter as facilidades da Zona Franca (apontando para o gravador), tivemos que escrever mesmo, anotar e pois bem, são questões que foram demorando, mas nós descobrimos que da localidade de Boqueirão que era um campo de pouso numa fazenda do Boqueirão tava havendo uma é ... uma ação dos Venezuelanos através dessa fazenda do Boqueirão pra aquela área lá onde levavam armamento e aquela coisa toda.

Muito bem, passada essas informações para o Cel Teixeira, então, ele ordenou uma série de missões de vasculhamento de área, com patrulhas. Então nós começamos a fazer umas patrulhas ao longo da fronteira. Nessas patrulhas nós encontramos e recolhemos de canhão sem recuo 57 a carabina ponto 30, metralhadoras, submetralhadoras, munição e juntando isso aí, tudo tendo por área de homizio dentro do Brasil, na área de Roraima num lavrado. Mais de duas toneladas de armas!

PESQUISADOR: Tudo arma venezuelana?

GEN THAUMATURGO: Tudo venezuelano.

Eu: Eles já tinham entrado então?

GEN THAUMATURGO: Já tinham entrado. Numa dessas patrulhas, inclusive, foi quando você viu aquele jipinho que está lá (fazendo referência ao museu do CIGS), eram três jipinhos, estavam com os irmãos ... eram três irmãos (embora o gen Thaumaturgo não tenha lembrado nome, os três irmãos eram os Hart), isso foi perto de Casa Amarela, que era uma localidade na fronteira acima de Bonfim, entre Bonfim e Normandia. Eles tinham atravessados com aqueles jipes, que aqueles jipes flutuam. Eles tinham atravessados com o jipe o Tacutu e estavam entrando no Brasil quando deram de cara com uma patrulha nossa. Aí tentaram dar uns tirinhos e levaram umas rajadas e se entregaram os irmãos ... Tá faltando o nome agora ... que eram os ligações com a Venezuela. Bem, aí nós tomamos os jipinhos deles e

levamos para Normandia, fizemos alguns reparos e passamos a fazer operações mais rápidas com aqueles jipinhos deles. Combustível a gente conseguia.

Mas aí tem coisas interessantes, olha, na Fazenda Guanabara teve uma ocasião que eu tive que pedir autorização, inclusive, que lá tinha gado selvagem, gado que tinha sido domesticado que naquelas guerras todas, combates todos que ocorreram por ali, fugiram pro mato e se transformaram em selvagem mesmo, como porcos e cavalos que até hoje tem cavalos selvagens lá e até hoje tem porcos selvagens originários dos conflitos de muito antes, entre portugueses, ingleses e holandeses. Muito bem, aí o General: “Como é que nos vamos alimentar isso aqui? Você tem alguma sugestão?” eu disse tenho. Vou abater a tiros uns bois desses e pego o pessoal que carneia aqui e come. “Então pode fazer!” Fomos caçar boi pra alimentar o pessoal. Um tiro de FAL (Fuzil de Ataque Leve) na cabeça não tem boi que resista, e arrastávamos que não dava pra carregar dentro da caçamba. Muito pesado, pouca gente, então amarrávamos o boi e arrastava pelo lavrado até a Fazenda Guanabara aonde eles estavam, entregávamos a eles lá e dizíamos “vocês se virem aí pra preparar a refeição de vocês”.

Bem, quando nós confirmamos a existência, na realidade do ponto de apoio lá no Boqueirão da Esperança lá em cima, ponto de apoio venezuelano dentro do território brasileiro, nós resolvemos ir lá. Foi uma tirada puxada por que nós levamos aqueles jipinhos por aqueles morros todos, que é tudo pedregoso, a braço e quando nós chegamos em cima, que dava pra ver a pista do Boqueirão e o rio, eles perceberam, os venezuelanos que estavam lá. Tinham três aviões Cessna e aí começamos ... nós descendo pra pegar e eles batendo em retirada. Os aviões já com os motores ligados e nós seguindo em frente. Claro! Claro! E nem podia deixar de ser assim, território nacional, estrangeiros e etc... E tome bala e um desses aviões não conseguiu decolar por que bateu num cupim (cupinzeiro) e o trem de pouso quebrou e os caras saíram correndo pra atravessar o rio e passarem pra dentro da Guiana que nós não iríamos atrás deles. Bem, esse avião foi retirado depois pela Força Aérea com o Cel Rodolfo da FAB que era o piloto do território de Roraima.

O Rodolfo está aqui inclusive, está na cidade de MN. O Rodolfo trabalhou muito tempo na SUFRAMA, eu nem sei se ele está ainda lá na SUFRAMA. É uma

pessoa que conhece também esse problema desde o início. Nós nos conhecemos lá no esquadrão nos Afonsos, lançando de C-47 e depois de C-119.

PESQUISADOR: General é sabido por que eles resolveram criar essa base de apoio aqui no Brasil?

GEN THAUMATURGO: Por que era onde tinha mais facilidades pra eles, e mais seguro. O Boqueirão da Esperança (o nome correto é Boqueirão da Lua) era um buraco protegido próximo da fronteira. Qualquer coisa eles atravessavam a fronteira e iam pro outro lado, lá em cima no Tacutu.

PESQUISADOR: Na região de Caramambatai, é viável passar tropa ali?

GEN THAUMATURGO: É. Pelo nosso território.

PESQUISADOR: E pelo território da Venezuela direto pra Guiana?

GEN THAUMATURGO: Eles podem também. Só que vão levar mais tempo e ter limitação de meios pra ser empregado por que a região é muito dobrada.

E o Rodolfo com o Teixeira pelo rádio nós informamos, e o que nós pegamos de documentação dentro do avião, comprometedor pra Venezuela da ação da Venezuela. Foi tudo entregue a uma comissão de inspeção do MRE. E o Gen. Rodrigo Otávio não abriu mão de nada e nem podia, eles estavam abusando da nossa territorialidade e da nossa soberania. Então o Gen. Rodrigo Otávio mandou o Rodolfo fazer a retirada desse avião de lá. A documentação toda foi com o Teixeira pra Boa Vista tomar o destino do MRE. Eu sei que nós levamos lá uns 11 dias uns 12 dias difíceis viu, difíceis.

Quando houve um cessar fogo lá, esconderam muita coisa por causa dos venezuelanos. E os guianenses mesmos, você precisava ver como eles faziam a guarda dos rios. Eles não faziam a guarda dos rios lá na margem não. Eles ficavam no rio, na margem, dentro d'água. Quando o povo vinha fugindo pra atravessar eles TATATATA, morreu gente "pra caramba". O rio chegou a ficar vermelho e lá pra Bonfim muitos cadáveres apareceram depois.

PESQUISADOR: Os revoltosos atiravam nos Guianeses?

GEN THAUMATURGO: Não. A Força da Guiana. Aquilo criou uma ... o início dessa revolução lá naquela área de Lethen e em outros lugares era parecidíssimo com o

que aconteceu na intentona comunista de 1935 no Brasil. As guarnições das forças guianesas estavam dormindo nos aquartelamentos quando os revoltosos assaltaram e mataram eles dormindo. As mortes foram mais numerosas do que se contam, em ações completamente desumanas de parte a parte.

PESQUISADOR: E no lado brasileiro, nós sofremos alguma baixa?

GEN THAUMATURGO: Não, esse problema do Alcântara aí não foi nada de tiro, foi problema de saúde (se referindo a cópia do boletim interno do CIGS que eu lhe havia mostrado). Pra você ter uma idéia, pra ir de Boa Vista pra Bonfim de caminhão, você levava no mínimo de 8 a 10 horas numa estrada de areia, terra batida, era um sufoco. E atravessar aqueles igarapés era um sufoco, muito difícil. Nós ficamos alojados numa escola que foi feito nosso aquartelamento em Normandia. E aquela época não havia nenhum quartel em Bonfim. Normandia foi ter a primeira guarnição militar naquela ocasião da revolução na Guiana e Surumum também teve uma guarniçãozinha militar.

Agora você pensa que esse problema da “*Zona en Reclamación*” acabou? Não acabou não! Isso é uma questão de honra, de vida ou morte lá pros venezuelanos. Nós tivemos aqui, quando eu era Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, reuniões que nós fizemos aqui por causa dos problemas de fronteira, tem até ali um quadro que eu ganhei dos venezuelanos, a firme decisão deles de defender aquela área como território venezuelano. E aquela área de Essequibo ainda é “*Zona en Reclamación*” por que não morreu o desejo daquilo ser incorporado como parte do território venezuelano.

PESQUISADOR: O Sr acha que numa tentativa, de recuperar aquela parte do território da Guiana...

GEN THAUMATURGO: Com aquele maluco do Chavez? É possível!

PESQUISADOR: O Sr acha que eles tem como fazer isso sem ferir a soberania do Brasil ou eles fatalmente tem que ferir a nossa territorialidade?

GEN THAUMATURGO: Hoje em dia não! Eles aprenderam com essa!

Aquilo são questões que são tradicionais, como aquela do pirara que foi resolvida contra nós, nós perdemos e aceitamos, mas eles não aceitaram até hoje o arbítrio que foi feito do Essequibo. Então, eles querem aquela área pra eles, querem

e eles estão determinados nisso, eu não sei quando é que eles vão conseguir. A Guiana está se desenvolvendo muito e dificilmente a Inglaterra vai deixar isso acontecer. E não aconteceu até hoje que eles sabem que a Inglaterra está atrás da Guiana por que se eles saíssem fora eles invadem.

PESQUISADOR: Naquela época, lá em 69 só não aconteceu por que o Brasil impediu ou....

GEN THAUMATURGO: Não, não, foi por que o Brasil impediu!

PESQUISADOR: Isso ficou muito claro?

GEN THAUMATURGO: Ficou muito claro. A comissão mista diplomática foi lá investigar e viu tudo. Falou com os presos, viu as áreas e depois a documentação que foi apreendida nesse avião. O Rodolfo poderia falar muito melhor sobre isso, por que eu entreguei e voltei para a Fazenda Guanabara.

PESQUISADOR: Algum venezuelano morreu?

GEN THAUMATURGO: Eu não me lembro.

PESQUISADOR: Capturados alguns?

GEN THAUMATURGO: Foram, foram capturados e trazidos aqui para Manaus. Ficaram presos aqui, no 1^o BIS, e depois foram liberados.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)